

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
CURSO DE MESTRADO

**CAMPANHAS VIRTUAIS & DIREITOS HUMANOS:
ASPECTOS DISCURSIVOS DOS “RETRATOS DE ATIVISMO”**

Daniel Carvalho Cisneiros Silva

Recife
2016

DANIEL CARVALHO CISNEIROS SILVA

**CAMPANHAS VIRTUAIS & DIREITOS HUMANOS:
ASPECTOS DISCURSIVOS DOS “RETRATOS DE ATIVISMO”**

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora do Exame de Defesa como requisito parcial para aprovação no Mestrado em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco.

Linha de pesquisa: Cidadania e práticas sociais
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Virgínia Leal

Recife

2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária Nathália Sena, CRB4-1719

S586c Silva, Daniel Carvalho Cisneiros
Campanhas virtuais & direitos humanos: aspectos discursivos dos
"retratos de ativismo" / Daniel Carvalho Cisneiros Silva. – Recife, 2016.
143 f.: il.

Orientadora: Maria Virgínia Leal
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro
de Artes e Comunicação. Direitos Humanos, 2016.

Inclui referências.

1. Direitos Humanos. 2. Ciberativismo. 3. Campanhas virtuais. 4.
Estudos do discurso. 5. Cenas da enunciação. Retratos ativistas. I. Leal,
Maria Virgínia (Orientadora). II. Título.

341.48 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2017- 209)

DANIEL CARVALHO CISNEIROS SILVA

**CAMPANHAS VIRTUAIS & DIREITOS HUMANOS: aspectos discursivos dos
“retratos de ativismo”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Direitos Humanos da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de
Mestre em Direitos Humanos, em 29/08/2016.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Maria Virgínia Leal
Orientadora – PPGDH / UFPE

Prof^º. Dr^º. Gustavo Gomes da Costa Santos
PPGDH / UFPE

Prof^ª. Dr^ª. Siane Gois Cavalcanti Rodrigues
PPGLetras/UFPE

Recife – PE
2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pela base, pelo sustento, pelo afeto, pela Casa. Especialmente a minha mãe, Virgínia, e a meu pai, André, por tudo o que eles são em mim.

Agradeço a Virgínia Leal pela orientação de minha pesquisa de mestrado, conduzida sempre com muita disponibilidade, paciência e afeto, e pela confiança, persistência e generosidade diante de minhas falhas e faltas. Agradeço especialmente pela energia contagiante e motivadora com a qual você fala, dentro e fora de sala de aula, sobre qualquer assunto de seu vasto repertório intelectual, pois foi essa energia que me conduziu à Linguística e aos Direitos Humanos. Você é uma pedra importante do espelho de mosaicos diante do qual construo meu futuro.

Agradeço à Universidade Federal de Pernambuco, minha *alma mater*, e a todos os professores que a integram e me auxiliaram na execução da pesquisa aqui apresentada.

Aos professores Marcelo Miranda (PPGDH), Siane Gois (PPGL), Gustavo Gomes (PPGDH) e Ismar Inácio dos Santos (UFAL, mas *alumnus* da UFPE), pela leitura cuidadosa das versões preliminares de meu trabalho de pesquisa, pelos conselhos valiosos apresentados no seminário de dissertação, no exame de qualificação da dissertação e no exame de defesa da dissertação (aos quais se deve uma parte significativa do texto que se segue), e pela avaliação generosa de meu trabalho nestas três ocasiões (sem a qual eu não teria conseguido finalizar meu mestrado).

Ao meu “quinteto fantástico” de professores - Virgínia Leal, Celma Tavares, Jaciara Gomes, Marcelo Miranda e Gustavo Gomes - por minha passagem pelo PPGDH ter valido a pena: eu descobri muito em nossos encontros e desencontros teórico-utópicos.

Aos professores Renato Athias (Antropologia), José Afonso da Silva Júnior (PPGCOM), Mônica Rodrigues Costa (Serviço Social) e Evandra Grigoletto (PPGL),

por me acolherem como aluno-ouvinte em suas disciplinas que tanto contribuíram para a ampliação de meus horizontes intelectuais.

Agradeço a todos os amigos e amigas que me acompanharam nesta longa trajetória de três anos, dentro e fora do mestrado.

A Cleyton Feitosa e Lívia Barros, pelos exemplos de persistência e competência. A Cleyton, especialmente, por me ensinar tanto sobre política e democracia.

A Angélica Alves, pelas madrugadas de confidências, pelo suporte, pelos conselhos, pela paciência e pela audiência. O que seria de uma estrela sem seus admiradores?

A Wanessa Loyo, pela confortável cachorrada cotidiana: espiando pelas frestas ou arrombando a janela, você foi e é bem-vinda nesta Casa (apesar de todas as represálias).

A Nádia Maria, pela contínua e contagiante alegria à qual recorri em tantas madrugadas varadas a álcool e muita pala.

A Thayris Rayane, por insistir em me trazer de volta à vida. Além desta “tese”, muito além das algemas do passado, temos muitos sonhos a realizar.

A Ítalo Barros, meu tão amado “quéri”, por sempre me compreender e por compartilhar comigo e a dor e a delícia de ser quem somos e não ser quem queremos ser.

A Felipe Augusto, pela surpreendente ternura que encontrei em suas palavras e em sua companhia nos poucos momentos em que a distância nos permitiu encontros. De “amigas e rivais” passamos a “amigas” e a amizade, como o acontecimento, é da ordem da raridade.

A Herivelto Correia e Pedro Lira, pela tão prazerosa companhia notívaga e por sempre contribuírem para expandir meu horizonte de experiências urbanas.

A Anuska Vaz, Érica Maria, Jéssica Maria, Amanda Maria e outras pessoas especiais, pelos incontáveis momentos de amor que vivemos.

Agradeço a Gabriel e Leonardo pelos momentos bons que compartilhamos, raros oásis na árida lonjura de uma pesquisa de mestrado. A Gabriel, ainda, pela amizade, pelo ombro e ouvido, pelo tanto do que fomos que ainda é em mim.

Agradeço a Edilton pela intensidade das experiências que nosso encontro me proporcionou, já ao final da trajetória do mestrado.

Agradeço a todos os que me ampararam nos meses difíceis da depressão. Especialmente aos que por tantas horas me ouviram, aos que me acolheram em suas casas, aos que não me deixaram.

Agradeço à secretaria do PPGDH e, especialmente, a Karla, Ênio e Clarissa pela gentileza e presteza com que sempre atenderam às minhas demandas burocráticas.

Agradeço ao colegiado do PPGDH pela compreensão e generosidade manifestadas diante de minhas várias demandas.

Agradeço à Capes pela concessão da bolsa de pesquisa que tornou possível a realização de minha pesquisa de mestrado.

*“nenhuma força virá me fazer calar
faço no tempo soar minha sílaba
canto somente o que pede pra se cantar
sou o que soa, eu não douro a pílula*

*tudo o que eu quero é um acorde perfeito maior
com todo mundo podendo brilhar num cântico
canto somente o que não pode mais se calar
noutras palavras sou muito romântico”*

Caetano Veloso, *Muito Romântico*, 1977

RESUMO

Os direitos humanos são uma construção social e histórica do século XVIII que se firmou com a proclamação da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* pela ONU em 1948. Na contemporaneidade, diversos fatores têm contribuído para seu fortalecimento, destacando-se entre eles o advento da Internet e da cibercultura. O objeto de nossa pesquisa são campanhas virtuais em prol dos direitos humanos e nosso estudo focaliza um tipo específico de campanha formado por um novo fenômeno discursivo engendrado no espaço virtual da Internet, ao qual denominamos “retrato ativista”. Em nossa leitura, esse fenômeno se configura a partir do momento em que ações de protesto e denúncia migram dos espaços públicos físicos para os virtuais, tornando necessário o estabelecimento de uma nova forma de ativistas demonstrarem seu engajamento em causas sociais, o que se dá por sua inscrição imagético-performativa em retratos que servem a uma reivindicação ou denúncia. Nosso *corpus* é formado por três campanhas virtuais que circularam na rede social Facebook em 2015: *#partocomrespeito* (2015), *Ah, branco, dá um tempo* (2015) e *Sexualidade e ignorância* (2015). A abordagem desse objeto se dá por meio dos Estudos do Discurso, representados especialmente pela obra do linguista francês Dominique Maingueneau. Elegemos o conceito de “cenas de enunciação” para compreendermos como essas campanhas emergem no espaço virtual, denunciando violações de direitos e reivindicando direitos humanos e, ao mesmo tempo, legitimando esses atos de fala por meio de sua própria enunciação. Em nossas análises, observamos que as campanhas emergem na cena englobante política via “retratos ativistas”, um novo gênero discursivo que é uma hibridização entre o retrato fotográfico e o cartaz de ativismo. Observamos também que a cenografia instituída por esse gênero revivifica situações de violência promovendo a identificação entre locutores e interlocutores. O entendimento das estratégias que vêm sendo utilizadas por militantes e ativistas para atuar no espaço virtual pode contribuir para a construção de formas de ação mais efetivas neste “novo” espaço político, tendo em vista os diversos desafios relativos aos direitos humanos na contemporaneidade. Nosso trabalho abre caminho para estudos posteriores sobre os enunciadores que emergem nestas campanhas e a “imagem de si” discursiva (*ethos*) que eles formulam com o objetivo de sensibilizar seus interlocutores.

Palavras-chave: Direitos humanos. Ciberativismo. Campanhas virtuais. Estudos do discurso. Cenas da enunciação. Retratos ativistas.

ABSTRACT

Human rights are a social and historical construction from the eighteenth century that was consolidated by the proclamation of the Universal Declaration of Human Rights by the UN in 1948. In contemporary times, several factors have contributed to its strengthening, and among them the creation of the Internet and of the cyberculture stand out. The object of our research are virtual human rights campaigns and our study focuses on a specific type of campaign formed by a new discursive phenomenon engendered in the virtual space of the Internet, which we call "activist portrait". It is our understanding that this phenomenon takes shape from the moment protest and complaint actions switch from physical to virtual public spaces, making it necessary to establish a new way activists can demonstrate their commitment to social causes, which happens by their imagery-performative inscription into portraits that serve to a claim or complaint. Our corpus is formed by three virtual campaigns that circulated in the social network Facebook in 2015: *#partocomrespeito* [*#BirthWithRespect*] (2015), *Ah, branco, dá um tempo* [*Come on, white guy, give me a break!*] (2015) and *Sexualidade e ignorância* [*Sexuality and ignorance*] (2015). Our approach to this object is based on Discourse Studies, namely by the work of the French linguist Dominique Maingueneau. We chose the concept of "scenes of enunciation" to understand how these campaigns emerge in the virtual space, how they denounce human rights violations and claim human rights and, at the same time, how they legitimize these speech acts through their own enunciation. In our analysis, we observed that these campaigns emerge in the political enclosing scene via "activist portraits" a new discursive genre that is a hybridization between the photographic portrait and the activism poster. We also observed that the scenography established by this genre revivifies situations of violence by promoting identification between speakers and interlocutors. The understanding of the strategies that are being used by activists to act in the virtual space can contribute to the construction of more effective forms of action in this "new" political space, considering the various challenges related to human rights in the contemporary world. Our work opens the way to further studies on the enunciators that emerge in these campaigns and the discursive "image of self" (*ethos*) they formulate in order to sensitize their interlocutors.

Keywords: Human rights. Cyberactivism. Virtual campaigns. Discourse studies. Scene of enunciation. Activist portraits.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Diagrama 1	A construção do objeto de pesquisa	24
Diagrama 2	Pontos de vista para a construção do objeto de pesquisa desta dissertação	26
Diagrama 3	O campo conceitual dos direitos humanos	38
Diagrama 4	Contínuo da criticidade em relação a uma posição em um debate	44
Diagrama 5	Contínuo do envolvimento em relação a uma posição em um debate	44
Diagrama 6	Tipos de posicionamento quanto a uma questão em debate	44
Diagrama 7	A cena englobante	87
Diagrama 8	Relação entre os sentidos técnicos para o termo “política”	92
Diagrama 9	Os sentidos da expressão “ciência política”	93
Diagrama 10	As relações entre os conceitos de político, política, campo político e campo da política	100
Diagrama 11	Contínuo de concepções sobre o que pode ser considerado político	101
Diagrama 12	Contínuo de concepções sobre o discurso político	109
Diagrama 13	O espaço político	111
Figura 1	Exemplo de retrato fotográfico utilizado na campanha <i>Unbreakable</i> (1)	23

Figura 2	Exemplo de retrato fotográfico utilizado na campanha <i>Unbreakable (2)</i>	23
Figura 3	Exemplo de retrato fotográfico utilizado na campanha <i>#partocomrespeito</i> .	58
Figura 4	Logomarca da campanha <i>Ah, branco, dá um tempo</i>	61
Figura 5	Exemplo de retrato fotográfico utilizado na campanha <i>Ah, branco, dá um tempo</i>	62
Figura 6	Exemplo de retrato fotográfico utilizado na campanha <i>Sexualidade e Ignorância</i>	64
Quadro 1	Principais campanhas fotográficas virtuais com retratos ativistas realizadas nos EUA e no Brasil entre 2011 e 2015	21
Quadro 2	Comparação sistemática das escolas de pensamento sobre direitos humanos	39
Quadro 3	Textos de Maingueneau que discutem o conceito de “cenas da enunciação”	81
Quadro 4	Presença do verbete “política” em dicionários técnicos especializados em política	90
Quadro 5	Mapa estrutural das sociedades capitalistas	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Popularidade da campanha <i>#partocomrespeito</i>	59
Tabela 2	Popularidade da campanha <i>Ah, branco, dá um tempo</i>	63
Tabela 3	Popularidade da campanha <i>Sexualidade e Ignorância</i>	66

LISTA DE SIGLAS

CFV	Campanhas fotográficas virtuais
CFVRA	Campanhas fotográficas virtuais com retratos ativistas
ED	Estudos do Discurso
EDF	Estudos do Discurso de orientação francesa

SUMÁRIO

1	ESMIUÇANDO A PESQUISA	15
1.1	Problematizando: direitos humanos, ativismo e campanhas virtuais	16
1.2	Construindo o objeto: campanhas fotográficas virtuais em prol dos direitos humanos com “retratos ativistas”	19
1.3	Propondo a investigação: aspectos discursivos das CFVRA	26
1.4	Constituindo o <i>corpus</i> de pesquisa e discutindo o método de análise	30
1.5	Estruturando a dissertação	35
1.6	Pensando além do mestrado	36
2	ENCAMPANDO DIREITOS HUMANOS	37
2.1	Conceitualizando direitos humanos	37
2.2	Problematizando o direito à diferença	50
2.2.1	Considerações introdutórias	50
2.2.2	O direito à diferença.	54
2.3	Apresentando as campanhas	58
2.3.1	Campanha 1: #partocomrespeito (2015)	58
2.3.2	Campanha 2: Ah, branco, dá um tempo (2015)	61
2.3.3	Campanha 3: Sexualidade e ignorância (2015)	64
2.4	Situando práticas: movimentos sociais, ativismo, ciberativismo e repertórios	66

3	ENCENANDO A DEMANDA POR DIREITOS HUMANOS	78
3.1	Historiando o conceito de “cenas da enunciação”	79
3.2	Fundamentando o conceito de “cenas da enunciação”	81
3.3	Encenando a política	84
3.3.1	O conceito de cena englobante	84
3.3.2	O conceito de política	89
3.3.3	O conceito de discurso político	107
3.3.4	A cena englobante política	112
3.4	Encenando o ativismo	114
3.4.1	O conceito de cena genérica	114
3.4.2	A cena genérica ativista	115
3.5	Encenando a violência	117
3.5.1	O conceito de cenografia	117
3.5.2	A cenografia da violência	118
4	ESTIMANDO A PESQUISA	120
	REFERÊNCIAS	123
	ANEXO A – Fotografias analisadas	137

1 ESMIUÇANDO A PESQUISA

Na contemporaneidade, diversos fatores têm contribuído para o fortalecimento dos direitos humanos, destacando-se entre eles o advento da Internet e da cibercultura. O objeto de nossa pesquisa são campanhas virtuais em prol dos direitos humanos e nosso estudo focaliza um tipo específico de campanhas formado por um novo fenômeno discursivo engendrado no espaço virtual da Internet, ao qual denominamos “retrato ativista”, que serve como um novo item no repertório de ações para aqueles que militam em prol dos direitos humanos. Em nossa leitura, esse objeto se configura a partir do momento em que ações de protesto e denúncia migram dos espaços públicos físicos para os virtuais, tornando necessário o estabelecimento de uma nova forma de ativistas demonstrarem seu engajamento em causas sociais, o que se dá por sua inscrição imagético-performativa em retratos que servem a uma reivindicação ou denúncia.

Nossa motivação para abordar esse objeto advém tanto de fatores externos quanto de fatores internos ao pesquisador. Como fatores externos, destacamos a originalidade do tema e sua relevância para a reflexão sobre os direitos humanos no contexto da cibercultura, bem como nossa familiaridade com o objeto de pesquisa construída durante a realização de estudos prévios sobre uma campanha virtual em específico¹. A essa motivação estratégica se soma uma afinidade pessoal com as discussões sobre raça, gênero e sexualidade (tematizadas nas campanhas que constituem nosso *corpus*, como veremos), um interesse particular pelos estudos da imagem e do discurso visual (em função também de um estilo de aprendizagem prioritariamente visual) e uma forte ligação com a cibercultura e o(s) mundo(s) virtual(is).

A abordagem desse objeto se dá através dos Estudos do Discurso, representados pelas reflexões de Dominique Maingueneau, e focaliza as cenas de enunciação nas quais os retratos que constituem essas campanhas emergem e a maneira como as campanhas se legitimam no interior dessas mesmas cenas. Com isso, pretendemos obter um melhor entendimento das estratégias que vêm sendo utilizadas por militantes e ativistas para atuar no espaço virtual, pois essa compreensão é necessária para refletirmos sobre a situação atual dos direitos

¹ Referimo-nos aqui à campanha *Unbreakable - The Art of Healing*, cujos aspectos discursivos foram objeto de nossos estudos no início do mestrado que originou a presente dissertação. Para mais informações sobre a campanha, conferir a seção 1.2 deste mesmo texto; para mais informações sobre nossos estudos prévios, conferir o texto *Corpos Violados: Discursos sobre a Violência Sexual nas Fotografias do Projeto Unbreakable* (CISNEIROS, 2015).

humanos e pode contribuir para a construção de formas de ação mais eficazes, tendo em vista os diversos desafios relativos aos direitos humanos na contemporaneidade².

Nossa introdução está dividida em seis subseções: na **primeira**, contextualizamos o papel das campanhas virtuais no quadro amplo dos direitos humanos; na **segunda**, delimitamos nosso objeto de estudo, as campanhas fotográficas virtuais que se utilizam de “retratos ativistas”; na **terceira**, apresentamos nossa proposta de reflexão, delineando nossos objetivos e nossa perspectiva teórica; na **quarta**, discutimos nosso método de constituição e análise do *corpus*; na **quinta**, apresentamos a estrutura global da dissertação, descrevendo o conteúdo de cada seção; e na **sexta**, expomos nossas expectativas quanto à repercussão da pesquisa relatada nesta dissertação.

1.1 Problematizando: direitos humanos, ativismo e campanhas virtuais

Os direitos humanos são construções discursivas (isto é, construções linguísticas de caráter sócio-histórico) advindas do debate jurídico e filosófico ocorrido no contexto das revoluções que se deram na América do Norte e na Europa ocidental no século XVIII³. Eles encontraram sua consagração máxima na formulação e aprovação da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, documento fundador que possibilitou a construção do que conhecemos como o *Sistema Internacional de Direitos Humanos*⁴. Ainda que os direitos humanos tenham traçado uma trajetória paradoxal ao longo do século XX⁵, sendo considerados pelas forças políticas de esquerda “*parte integrante da política da guerra fria*”⁶ (SANTOS, 2009, p. 10) e “*princípios de dominação*

² Certamente, nossa pesquisa não é necessária para a continuidade deste tipo de ação, mas nossa tentativa de dar inteligibilidade a este fenômeno da realidade pode ser útil para militantes e ativistas na medida em que oferece um olhar diferente sobre suas práticas, possibilitando sua reatualização e, se necessário, sua reconstrução em função dos fins almejados.

³ Como explica a historiadora Lynn Hunt, o que compreendemos hoje como “direitos humanos” é produto de uma nova sensibilidade gerada no século XVIII por novos tipos de experiências individuais (2009).

⁴ Uma discussão pertinente sobre as controvérsias relativas a este documento pode ser encontrada em Alves (2005).

⁵ Tal paradoxo se manifesta no fato de que os direitos humanos, “*ao mesmo tempo que foram criados com a finalidade de resistirem a qualquer forma de abusos de poder, quando utilizados para criticar a exploração, degradação e humilhação, também se transformam em uma ampla modalidade de operação destes, ao servirem para justificar projetos que beneficiam apenas determinados grupos de interesse*” (PAES, 2011, p. 14)

⁶ Cabe justificar, nesta introdução, algumas escolhas que fiz quanto à formatação desse texto. Ainda que, de modo geral, eu tenha seguido as normas da ABNT para formatação, estruturação e apresentação de trabalhos (a saber, *NBR 6023:2002* para as *Referências*, *NBR 6024:2003* para a *Numeração das Seções*, *NBR 6027:2003* para o *Sumário*, *NBR 10520:2002* para as *Citações*, e *NBR 14724:2011* para a *Apresentação do Trabalho*), desviei-me

cultural” (VIOLA, 2008, p. 99), eles terminaram por se integrar à linguagem da política progressista após a derrocada do socialismo nas últimas décadas do século XX (SANTOS, 2009, p. 10).

No contexto da pós-modernidade, marcado pela intensificação da globalização, pelo enfraquecimento do Estado-nação e pela complexificação da sociedade, os indivíduos passam a se identificar menos com a nação e mais com comunidades identitárias⁷, dando origem aos novos movimentos sociais e à luta pelas “novas” subjetividades, o que leva a universalidade dos direitos humanos a ser relativizada com a afirmação do “direito à diferença”. Se, por um lado, o direito à diferença permite o estabelecimento de uma agenda política para garantir a cidadania a grupos historicamente oprimidos (e excluídos, em parte, do escopo dos direitos humanos em suas primeiras formulações, conforme explica Hunt, 2009), por outro lado, seu excesso pode levar a radicalismos que esvaziam alguns dos fundamentos dos direitos humanos, como a igualdade de direitos (ALVES, 2005, p. 99-112). De um modo ou de outro,

da norma nos seguintes pontos (sempre com o objetivo de facilitar a localização e visualização das informações no corpo do texto):

- a) Embora a norma para *citações* prescreva que citações com até três linhas devem ser integradas ao texto unicamente através de aspeamento, optei por destacá-las utilizando também o recurso “*itálico*”.
- b) Embora a norma para *referências* prescreva que os títulos de parte de monografia assim como os de artigos publicados em periódicos não devem ser destacados, optei por destacá-los utilizando o recurso “*itálico*”.
- c) Embora a norma para *referências* prescreva que as referências devem ser destacadas umas das outras pela colocação de um espaço em branco entre elas, ficando todas alinhadas à margem esquerda, sem deslocamento, optei por utilizar deslocamento de 1,5 cm a partir da margem esquerda.

⁷ A expressão “comunidade identitária” (CURADO; SANTOS, 2014, p. 8) ou “comunidade de identidade” (AGGARWAL, [2015], p. 70) não tem sido bem definida na literatura especializada e, certamente, precisa de uma conceituação mais bem fundamentada e que considere as diferentes acepções para os termos “identidade” e “comunidade”. Em nosso uso, ela busca designar, em *lato sensu*, comunidades formadas por pessoas que compartilham uma ou mais características que as permitem assumir uma determinada “identidade”. Não compreendemos “identidade” como a essência de um indivíduo, mas como uma construção social que relaciona determinados atributos de um indivíduo a determinados modos/modelos de ser/estar no mundo. Portanto, nossa compreensão da identidade tem menos a ver com o conceito matemático de identidade ($x = y$) e mais com o conceito matemático de pertencimento ($x \in y$), onde x é o indivíduo e y é o modo/modelo de ser e estar no mundo. O termo “comunidade”, por sua vez, é entendido como um grupo coeso de entidades que compartilham algum atributo em comum. Essa “coesão” (poderíamos falar, com um trocadilho, em “unidade do comum”) também é entendida como uma construção social para a qual interagem muitos fatores diferentes (interesses, objetivos, práticas etc.). Nesse sentido, levando em conta que tanto a identidade quanto a comunidade são construções sociais, podemos defender que as comunidades identitárias são também “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 2008), mas que diferem da “nação” - a comunidade imaginada por excelência na reflexão de Benedict Anderson - em função dos elementos selecionados e mobilizados para “imaginá-las”. Há que se considerar também a problemática da existência de comunidades que não sejam imaginadas e, ainda, a concepção de comunidade como uma construção simbólica (COHEN, 1985), mas nos abstermos de fazer esta discussão aqui tendo em vista que ela não atende aos nossos objetivos. Sobre os diversos sentidos do termo “comunidade”, conferir Costa (2005), Silva e Simon (2005) e Peruzzo e Volpato (2009). Sobre o conceito tradicional de “comunidade”, suas limitações e suas implicações políticas, conferir Young (1990, capítulo 8) e Peterson e Lupton (1996, capítulo 6).

podemos afirmar que hoje o *topos* dos direitos humanos está associado à luta contra todas as formas de opressão do ser humano e ao empoderamento de grupos historicamente oprimidos, como mulheres, não brancos e não heterossexuais⁸.

Na contemporaneidade, podemos considerar a existência de quatro grandes desafios em relação aos direitos humanos: o primeiro se refere à sua **fundamentação** e se expressa nas reflexões epistemológicas que buscam definir e justificar o conceito de “direitos humanos”⁹; o segundo está relacionado à sua **positivação** nos ordenamentos jurídicos dos Estados nacionais; o terceiro diz respeito à sua **promoção** e pode ser traduzido pela necessidade de divulgar o que são os direitos humanos e denunciar a sua violação; o quarto concerne à sua **efetivação** e se expressa tanto pela busca da realização dos direitos humanos quanto pelo combate à violação desses direitos. Como se percebe, esses quatro desafios estão diretamente inter-relacionados, na medida em que a “resolução” de qualquer um deles (resolução sempre situacional e, portanto, provisória) traz implicações para todos os outros.

Diversos atores sociais estão direta ou indiretamente envolvidos no enfrentamento destes desafios, destacando-se a atuação de **militantes e ativistas sociais** vinculados, ou não, a instituições ou movimentos de ativismo social. No que se refere ao terceiro desafio, militantes e ativistas, organizados em movimentos sociais ou de forma autônoma, buscam influenciar a esfera pública “*através da redefinição de papéis, normas, identidades (individuais e coletivas)[,] conteúdos e modos de produção e interpretação de discursos existentes*” (PEREIRA, 2011, p. 2-3). Como explica o sociólogo Manuel Castells, os **sistemas de comunicação** são fundamentais para o alcance desses objetivos, tendo em vista que é “*principalmente através deles que [os movimentos sociais] conseguem alcançar aqueles*

⁸ Para José Augusto Lindgren Alves (2005, p. 21), a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, tomada como fonte principal da linguagem dos direitos humanos, “*codificou as esperanças de todos os oprimidos, fornecendo linguagem autorizada à semântica de suas reivindicações*”.

⁹ Neste ponto me afasto da interpretação majoritária que é dada ao conhecido excerto do texto “Sobre os fundamentos dos direitos do homem”, no qual Norberto Bobbio afirma que: “*o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político*” (BOBBIO, 2004, p. 23, grifos do autor). Essa “interpretação majoritária” imputa a Bobbio a responsabilidade por deslegitimar a discussão sobre os fundamentos dos direitos humanos, ignorando a utilização do termo “tanto”, que no interior da oração “[...] *não é tanto o de justificá-los*” indica “menor intensidade”. Minha leitura é corroborada por outro excerto, menos conhecido, do mesmo texto de Bobbio, no qual ele afirma: “*Nossa tarefa, hoje, é muito mais modesta, embora também mais difícil. Não se trata de encontrar o fundamento absoluto [...], mas de buscar, em cada caso concreto, os vários fundamentos possíveis*” (idem, p. 23, grifo do autor). Nesse sentido, a busca pelos fundamentos dos direitos humanos encontra sua legitimidade nos casos concretos nos quais os direitos humanos podem intervir. Sendo esses casos temporal e geograficamente situados, a busca pelos fundamentos dos direitos humanos se torna uma necessidade constante daqueles que lutam pela efetivação destes direitos.

capazes de aderir a seus valores e, a partir daí, atingir a consciência da sociedade como um todo” (CASTELLS, 2003, p. 116).

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs) desencadeou o “boom” da **Internet** no final do século XX e início do século XXI, abrindo um amplo leque de possibilidades aos movimentos sociais. Na Internet, eles encontraram um espaço alternativo aos grandes meios de comunicação de massa que permitiu a emergência e circulação de discursos outros no espaço público. Ao se apropriarem das TICs, os movimentos sociais desenvolveram novas formas de mobilização política, aumentando seu repertório potencial de ações e promovendo uma espécie de “aceleração da política” (PEREIRA, 2011, p. 22). Hoje, às ações tradicionais se soma uma série de ações realizadas parcialmente ou exclusivamente *online* (difusão de ideias e táticas, *lobby* por e-mail, construção de *networking*, mobilização social, arrecadação de fundos etc.), configurando o que se conhece por **ciberativismo**.

Uma das ações mais utilizadas por militantes e ativistas sociais para se inserir na esfera pública e defender suas pautas é a realização de **campanhas** de promoção dos direitos humanos ou combate às violações desses direitos. Essas campanhas se utilizam de diversos recursos semióticos e estratégias de marketing adaptadas às injunções da contemporaneidade para sensibilizar seus interlocutores e engajá-los na luta pela mudança social. Com a emergência do ciberativismo, essas campanhas passaram a ocorrer também no espaço virtual, sendo reconfiguradas a partir das determinações deste novo mídiu, o que terminou por dotá-las de novas características e permitiu a produção de novos efeitos. O politicólogo Marcus Abílio Pereira destaca, por exemplo, a conversão dessas campanhas em poderosas ferramentas para visibilizar fatos que porventura “*não estejam sendo veiculados nas mídias tradicionais*” e para “*aplacar ou diminuir os riscos que muitos ativistas sofrem ao desenvolverem suas ações em campo*” (2011, p. 13).

1.2 Construindo o objeto: campanhas fotográficas virtuais em prol dos direitos humanos com “retratos ativistas”

Dentre os vários tipos de campanha realizados por militantes e ativistas na contemporaneidade, um tem se destacado bastante por apelar para alguns elementos que caracterizam nossa época, como a necessidade de visibilidade, o recurso à imagem, a

constituição sintética e a facilidade de compartilhamento em redes sociais. Referimo-nos aqui às campanhas fotográficas virtuais (CFV) constituídas por aquilo que chamaremos de “retratos ativistas” (CFVRA). Essas fotografias se caracterizam por retratar militantes e ativistas em uma performance de reivindicação, denúncia ou protesto, geralmente segurando cartazes com textos que os posicionam, de alguma forma, em relação a alguma causa social¹⁰. No caso das campanhas em prol dos direitos humanos, esses textos geralmente buscam pleitear a efetivação de um direito ou denunciar uma violação de direitos humanos, sensibilizando e mobilizando seus interlocutores. Ao atingir tais objetivos, essas campanhas vêm se firmando como um novo tipo de ação coletiva que se soma às que vêm configurando o repertório dos militantes e ativistas de direitos humanos no espaço virtual.

Esse tipo de campanha é um fenômeno recente no espaço virtual e sua origem pode ser localizada no início da segunda década do século XXI (entre 2010 e 2015). Os comunicólogos Amanda Santos e Paulo Vaz acrescentam que, “*embora seja um fenômeno recente (não mais de cinco anos de existência), é seguro dizer que faz parte de uma lógica que já vem se popularizando há algumas décadas*” (2015, p. 8). O lócus de enunciação das primeiras campanhas deste tipo são os Estados Unidos da América e sua rápida disseminação por outros países se deve certamente ao papel central desempenhado pelos EUA na atual geopolítica global¹¹. A realização de campanhas deste tipo no Brasil poderia ser creditada, não sem bastante polêmica, ao ‘colonialismo ou imperialismo ativista’¹², mas isso não deve nos impedir de reconhecer sua importância e seus efeitos na denúncia e no combate às violações de direitos humanos.

Recorrendo às memórias individuais dos internautas que utilizam com frequência as redes sociais, certamente encontraremos diversos relatos de visualização e compartilhamento de campanhas deste tipo. No ano de 2015, observou-se uma significativa circulação de campanhas que utilizam “retratos ativistas” em páginas do Facebook dedicadas à defesa dos

¹⁰ É preciso distinguirmos as fotografias que registram o ativismo no espaço real das fotografias que dão corpo a uma forma de ativismo que se constitui prioritariamente no espaço virtual a partir da circulação dessas fotografias. As primeiras são meros registros de uma ação que ocorreu no espaço real, e sua circulação no espaço virtual não instaura uma nova forma de ativismo, diferentemente das segundas, em que a circulação no espaço virtual é condição *sine qua non* para a constituição do ativismo. Voltaremos a esta questão na seção 3.

¹¹ Observe-se a aparente contradição no fato de os EUA serem grandes violadores de direitos humanos e, ao mesmo tempo, grandes ativistas de direitos humanos.

¹² Ambas as expressões são utilizadas pelo Coletivo Anarquista Luta Libertária para questionar a importação de determinados modelos de ativismo gerados no contexto do colonialismo/imperialismo e talvez inadequados à realidade brasileira (COLETIVO, 2004).

Direitos Humanos, a exemplo das páginas oficiais do Humaniza Redes, pacto criado pelo governo federal brasileiro para enfrentar as violações de direitos humanos na Internet¹³, e do DHnet, a mais antiga rede online de ativistas de direitos humanos no Brasil¹⁴. Listamos abaixo as principais campanhas deste tipo realizadas nos EUA e no Brasil, conforme conhecimento de mundo e pesquisa livre nas redes sociais virtuais.

ANO	CAMPANHA	PÁGINA OFICIAL
2011	<i>Project Unbreakable</i>	http://projectunbreakable.tumblr.com/
2012	<i>Who Needs Feminism?</i>	http://whoneedsfeminism.tumblr.com/
2013	<i>Women Against Feminism</i>	http://womenagainstfeminism.com/
2014	<i>I, Too, Am Harvard</i>	http://itooamharvard.tumblr.com/
2014	<i>Sou/curto Afeminado</i>	https://www.facebook.com/SouCurto-Afeminado-1489496857938694/
2015	<i>Parto com Respeito</i>	https://www.facebook.com/145800826429/photos/?tab=album&album_id=10153031171891430
2015	<i>Ah, Branco, Dá um Tempo</i>	http://ahbrancodaumtempo.tumblr.com/
2015	<i>Sexualidade e Ignorância</i>	http://galeria.jornalismojunior.com.br/sexualidade-e-ignorancia/

Quadro 1 - Principais campanhas fotográficas virtuais com retratos ativistas realizadas nos EUA e no Brasil entre 2011 e 2015. Fonte: elaborado pelo autor.

Ainda que bastante heterogêneas, todas as campanhas acima são CFV que se utilizam de retratos ativistas e que receberam bastante visibilidade no espaço virtual. Dentre elas, apenas a campanha *Women Against Feminism* não poderia ser considerada uma campanha em prol dos direitos humanos, tendo em vista que ela busca combater e deslegitimar o feminismo e os movimentos feministas (ainda que este combate se baseie na compreensão de que o feminismo discrimina determinados tipos de mulheres e promove a desigualdade entre os

¹³ Mais informações podem ser encontradas no seguinte endereço: <http://www.humanizaredes.gov.br/>. Acesso em 08 nov. 2016. Seguem alguns exemplos de postagens no Facebook sobre a campanha *Ah, Branco, Dá um tempo* (<https://www.facebook.com/humanizaredes/posts/355755951283641>) e sobre a campanha *Sexualidade e Ignorância* (<https://www.facebook.com/humanizaredes/posts/371745509684685>). Acesso em: 01 out. 2015. Os perfis oficiais do Humaniza Redes no Facebook (<https://www.facebook.com/humanizaredes>) e no Twitter (<https://twitter.com/HumanizaRedes>) saíram do ar em 12 de maio de 2016, logo após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff e a posse do presidente interino Michel Temer, fatos que antecederam o golpe de Estado no Brasil em 2016.

¹⁴ Mais informações podem ser encontradas no seguinte endereço: <http://www.dhnet.org.br/>. Acesso em 08 nov. 2016. Segue um exemplo de postagem no Facebook sobre a campanha *Sexualidade e Ignorância* (<https://www.facebook.com/direitoshumanosbrasil/posts/875403812540990>). Acesso em: 01 out. 2015.

gêneros ao defender a misandria¹⁵, ações que poderiam ser consideradas violações de direitos humanos conforme este raciocínio, do qual não compartilhamos). Todas as outras campanhas listadas acima buscam promover os direitos humanos ou combater sua violação.

É importante destacar ainda que essas campanhas mantêm relações de interinfluência e que algumas das campanhas mais recentes surgiram a partir das mais antigas. A campanha *I, too, am Harvard*, por exemplo, foi reproduzida em mais de vinte universidades anglófonas (como Oxford, Cambridge, McGill, Princeton, New York, Colorado-Boulder etc.) e inspirou a campanha brasileira *Ah, Branco, Dá um Tempo* (SANTOS; VAZ, 2015, p. 8). Já *Women Against Feminism* surgiu para confrontar a campanha *Who Needs Feminism?*, o que nos indica que a relação entre as campanhas não é apenas de concordância e influência, mas também de discordância e contraposição.

Para ilustrarmos as CFVRA, apresentaremos aqui a primeira campanha de nossa lista: *Project Unbreakable – The Art of Healing* (*Projeto Indestrutível - A Arte da Cura*). Segundo Santos e Vaz (2015), essa campanha foi a primeira a ganhar visibilidade na rede mundial de computadores, tendo popularizado ao redor do mundo a estética que caracteriza o que estamos chamando de “retratos ativistas”. O *Project Unbreakable* se caracteriza por reunir e expor fotografias de pessoas que sofreram agressão sexual no site <http://projectunbreakable.tumblr.com/>, além de realizar palestras de promoção da conscientização sobre a violência sexual. Ele foi idealizado em 2011 por Grace Brown, uma fotógrafa residente em Massachussets (USA), e tem como objetivos “*dar voz a sobreviventes de agressão sexual*”, “*aumentar a conscientização sobre agressão sexual e incentivar a cura através da arte*”¹⁶.

Nas fotografias que compõem o projeto, as vítimas seguram cartazes com textos que materializam lembranças dos episódios de violência sexual ou mensagens dirigidas aos agressores e ao público em geral (conferir figuras 1 e 2). Essas vítimas se convertem em ativistas no momento em que relatam suas experiências, denunciando essa violação do direito à integridade do corpo sexual e promovendo a conscientização da sociedade. Algumas dessas fotografias foram produzidas por Grace Brown, mas a maioria foi enviada pelas próprias

¹⁵ Esta compreensão é descrita, contextualizada e analisada por Santos e Vaz (2015).

¹⁶ Tradução livre de: “*to give a voice to sexual assault survivors*”, “*increase awareness of the issues surrounding sexual assault and encourage the act of healing through art*”. Entendemos que o termo “art” é empregado pela autora em sentido amplo, tendo em vista que não há nessas fotografias a elaboração estética característica dos objetos que conhecemos como obras de Arte.

vítimas para a equipe do projeto. Embora qualquer pessoa possa contribuir para o projeto, ele recebe predominantemente fotografias de mulheres norte-americanas.



Figura 1 – Exemplo de retrato fotográfico utilizado na campanha *Unbreakable* (1) – “Apenas chupe-o e supere isso”¹⁷.



¹⁷ Disponível em:

<http://projectunbreakable.tumblr.com/post/61609404803/the-poster-reads-just-suck-it-up-get-over>.

Figura 2 – Exemplo de retrato fotográfico utilizado na campanha *Unbreakable (2)* – “*Não se arrependa disso pela manhã*’ – Idade: 20 anos. Eu estava bêbada demais para dizer alguma coisa. Ele era meu amigo.”¹⁸.

As campanhas acima apresentadas são o fenômeno que pretendemos estudar nesta dissertação, mas sua conversão em objeto de pesquisa requer a adoção de um procedimento teórico-analítico de construção do objeto¹⁹. Conforme a interpretação dada por Alessandro de Melo às perspectivas teóricas de Gaston Bachelard e Pierre Bourdieu, os **objetos empíricos** que constituem a **realidade** não são ‘objetos a serem conhecidos’, mas apenas o ponto de partida para a constituição do **real**²⁰ - compreendido como o "*produto da complexificação da realidade pela teoria*" (MELO, 2006, p. 14) - e, conseqüentemente, para a constituição do objeto a ser conhecido, o **objeto de pesquisa/conhecimento**. Nesse sentido, a **construção do objeto** pode ser definida como o "*processo pelo qual a realidade assume a condição de objeto a ser conhecido*" (BORBA; VALDEMARIN, 2010, p. 24) e requer a superação de vários obstáculos - sendo a realidade e o senso comum os principais deles. Ela depende da inserção do objeto empírico em uma problemática teórica que permita sua transformação em um objeto de pesquisa (MELO, 2006, p. 4-8)²¹. Nas palavras de Bourdieu:

Por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, ele só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada (BOURDIEU, 1999, p. 48 apud MELO, 2006, p. 8).

Vejam os esse processo em uma representação gráfica (diagrama 1).

¹⁸ Disponível em: <<http://projectunbreakable.tumblr.com/post/62175579410/submissions-from>>.

¹⁹ Destacamos que o ato de categorizar esse fenômeno como “campanhas” já é uma conformação do objeto à razão do pesquisador.

²⁰ Aqui há um ligeiro distanciamento da noção de “real” presente na psicanálise lacaniana e, em germe, na psicanálise freudiana, segundo a qual o real é da ordem do incognoscível ou impensável. Esse ponto merece um maior aprofundamento, do qual nos escusamos por fugir aos nossos objetivos. Sobre a distinção entre o real e a realidade na psicanálise, conferir Jorge (2010).

²¹ Sobre essa questão é relevante trazeremos as reflexões de Michel Foucault sobre a formação dos objetos, levando em conta que sua arqueologia do saber é uma das bases epistemológicas de nossa pesquisa. Na síntese do comentador Alexandre Magno Teixeira de Carvalho: “*o que possibilita o surgimento de um objeto (sua emergência numa dada superfície) não é o “progresso do conhecimento”, mas uma conjunção de acontecimentos heterogêneos – discursivos e não discursivos – historicamente determinados, que se articulam de forma complexa, proporcionando a sua delimitação e especificação*” (2001, p. 65).

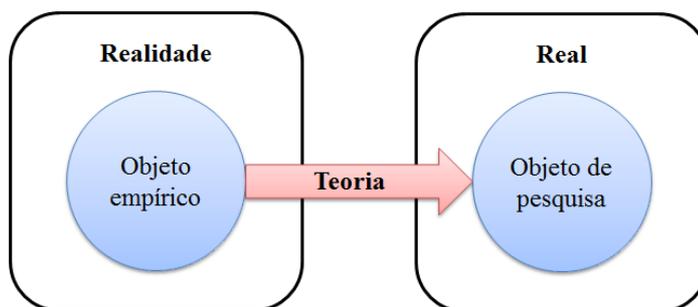


Diagrama 1 - A construção do objeto de pesquisa. Fonte: elaborado pelo autor.

Com base nessa perspectiva, afirmamos que as CFVRA são nosso objeto de pesquisa, construído a partir da inserção dos objetos empíricos acima apresentados na problemática teórica do ciberativismo. Como já dissemos, elas são um fenômeno emergente e, enquanto tal, elas representam apenas uma tendência da ação social que pode, ou não, permanecer no repertório de ação coletiva das futuras gerações e participar ativamente da promoção de mudanças sociais. Mas é justamente por ser uma tendência emergente que detemos aqui nosso olhar sobre ela, pois concordamos com o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2010) e sua sociologia das emergências quanto à importância de identificarmos “*alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas*” a fim de atuar sobre elas “*para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade de frustração*” (p. 118). Como explica o autor, a atuação sobre as alternativas emergentes se dá por meio de sua amplificação simbólica, que deve se traduzir como um “*excesso de atenção*” sobre elas, para “*combater a negligência a que têm sido votadas as dimensões da sociedade enquanto sinais ou pistas*” e para “*tornar menos parcial o nosso conhecimento das condições do possível*” e “*tornar menos parciais as condições do possível*” (p. 120).

Ainda sobre a construção do objeto, é importante esclarecermos nosso entendimento sobre objetos de pesquisa no campo dos direitos humanos. Em nossa perspectiva, os estudos de direitos humanos, enquanto campo de pesquisas recente, não possuem ainda um ponto de vista próprio sobre os objetos relativos aos direitos humanos²². Nesse sentido, seus pontos de vista são tantos quantos são as teorias às quais recorrem os/as pesquisadores/as que nele se situam, sejam essas teorias sobre direitos humanos ou sobre questões correlatas pertencentes a

²² O que hodiernamente se chama de “teoria geral dos direitos humanos” é, na verdade, uma teoria jurídico-política dos direitos humanos ou, quando muito, uma teoria filosófico-política dos direitos humanos, pouco familiarizada com as diversas dimensões dos direitos humanos que fogem aos domínios do Direito, da Política e da Filosofia.

outras áreas do conhecimento mais consolidadas (a exemplo das teorias sobre legislação internacional dos direitos humanos, advindas da Ciência do Direito e da Ciência Política). Em uma perspectiva engajada na superação do paradigma jurídico-normativo dos direitos humanos e na consolidação de um ponto de vista necessariamente interdisciplinar sobre as questões que envolvem os direitos humanos, fizemos concorrer três pontos de vista para a construção de nosso objeto de pesquisa (conferir diagrama 2): o ponto de vista da sociologia (representado pelas discussões sobre o ciberativismo), o ponto de vista da comunicação (representado pelas discussões sobre campanhas) e o ponto de vista dos estudos do discurso (representado pelas discussões sobre legitimação), como veremos na próxima seção.

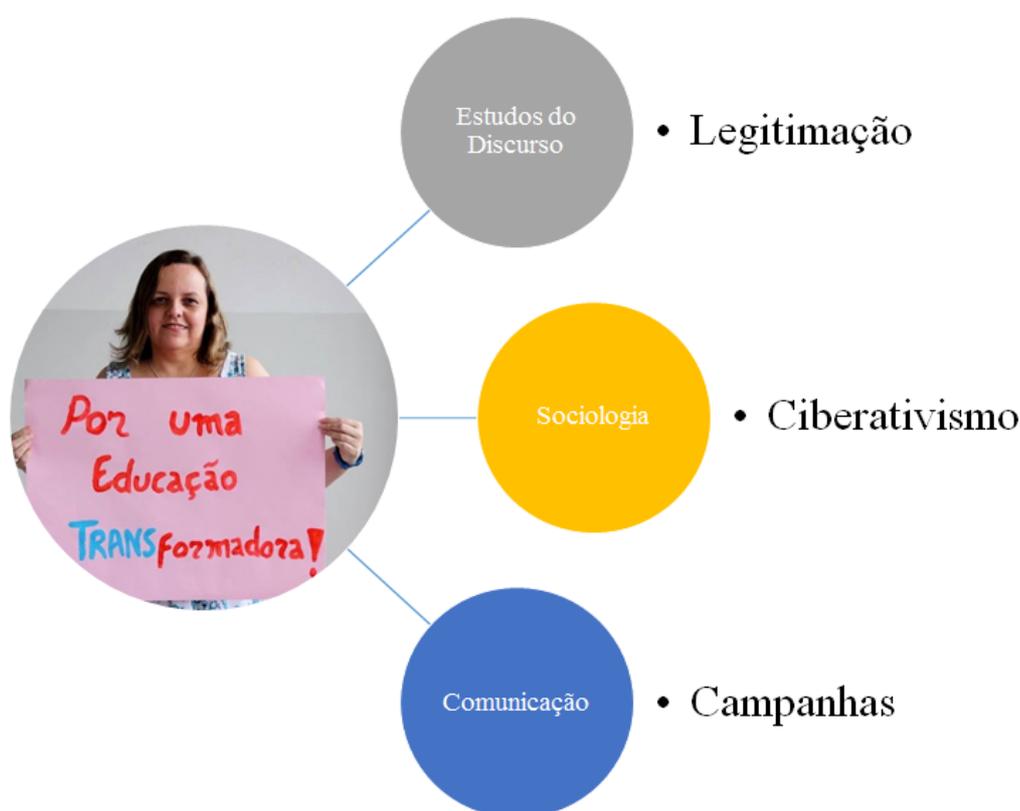


Diagrama 2 - Pontos de vista para a construção do objeto de pesquisa desta dissertação. Fonte: elaborado pelo autor²³.

1.3 Propondo a investigação: aspectos discursivos das CFVRA

Enquanto objetos empíricos, as CFVRA são constituídas prioritariamente por signos de linguagem, que são entendidos aqui em *lato sensu* como elementos verbais ou não verbais

²³ A fotografia utilizada no diagrama integra a campanha intitulada *Vai ter gênero e sexualidades nas escolas, sim!!!* (2015). Conferir em: <<https://www.facebook.com/events/480431285469068/>>.

que significam a realidade e desempenham várias funções nas relações que os seres humanos estabelecem entre si e com o mundo circundante²⁴. Se a linguagem é um fenômeno constituído por várias dimensões, a dimensão discursiva seria aquela que toma a linguagem como uma forma de agir no mundo e que é exercida por sujeitos inscritos em condições sociais e históricas específicas. O discurso, portanto, pode ser entendido como uma forma de ação que se exerce por meio da linguagem (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 170) e que é limitada por diversos tipos de condições historicamente constituídas (FOUCAULT, 2014, p. 47, 54 et seq.) e inscritas no inconsciente dos sujeitos na forma da ideologia (PÊCHEUX, 2014, passim)²⁵.

A politicóloga Céli Regina Jardim Pinto acrescenta que “*os discursos, na medida em que contém [sic] significados incorporados por sujeitos, [...] provocam efeitos concretos, [sic] na forma das pessoas se relacionarem entre si, nas formas como a história toma os seus rumos*” (2006, p. 82). Dessa afirmação depreendemos que os discursos são importantes para a ação social e, conseqüentemente, para a mudança social, e por isso defendemos que é fundamental considerar o papel dos discursos na construção de uma cultura de direitos humanos. Por esse motivo, em nosso estudo as CFVRA serão tomadas e analisadas em seus aspectos discursivos, sem desmerecer ou desconsiderar a relevância de seus outros aspectos.

A emergência destas campanhas no espaço virtual se deve, certamente, à manipulação de uma série de elementos discursivos que possibilitam sua existência, circulação e capacidade de mobilização. Dentre os diversos aspectos discursivos sobre os quais poderíamos nos deter, escolhemos observar a maneira como as CFVRA constroem um ambiente discursivo que legitima não apenas o conteúdo de suas denúncias e demandas, mas também o seu próprio surgimento no espaço virtual, de modo a projetar efeitos²⁶ em seus

²⁴ Nosso entendimento pode ser complementado pela definição de linguagem dada por Johannes Angermuller, Dominique Maingueneau e Ruth Wodak (2014): “‘Linguagem’ designa o material semiótico (padrões formais, convenções, recursos) no sentido mais amplo. Ela pode consistir de textos escritos ou orais, mas também de materiais audiovisuais (imagens, filme...), que são necessários para construir conhecimento sobre o contexto mais amplo” (p. 7, tradução nossa).

²⁵ Em uma definição mais “precisa”, o **discurso** é uma construção simbólica e ideológica de caráter sócio-histórico que se observa em materialidades significantes diversas. Ele é resultado de uma prática social específica, chamada **prática discursiva** ou **enunciativa**, na qual o sujeito se utiliza da linguagem para significar e constituir a realidade, mediado pela ideologia e pelo inconsciente. O discurso se materializa de forma dispersa em textos de diversas semioses e apenas por meio da análise desses textos é que podemos acessá-lo. Sobre aspectos variados dessa definição, conferir Michel Foucault (2014 [1969]), Michel Pêcheux (2014 [1975]), Sírío Possenti (2008) e Angermuller, Maingueneau e Wodak (2014).

²⁶ O efeito projetado é o efeito que se busca atingir e, portanto, difere do efeito produzido, que é o efeito efetivamente atingido, conforme explica Charaudeau (2014a).

interlocutores e na sociedade como um todo. Nesta observação, certamente, não se pode ignorar o fato de que esse processo ocorre em um determinado dispositivo de comunicação que impõe uma série de restrições à constituição desse ambiente, sendo estas restrições condicionantes daquilo que se diz e da forma como se diz.

Por fim, é preciso considerar que o jogo entre a liberdade de dizer e a impossibilidade de dizer que caracteriza o processo de legitimação das campanhas e o processo de conformação das campanhas ao dispositivo é construído por meio da mobilização de discursos no interior de retratos fotográficos. É pertinente, portanto, considerarmos o papel desta materialidade significativa - os retratos fotográficos - nas CFVRA, especialmente em uma época na qual o visual parece ter adquirido primazia sobre o verbal em várias instâncias da sociedade em rede ocidental - e até mesmo no âmbito da política, no qual a linguagem verbal sempre foi considerada o instrumento comunicacional por excelência.

Todas essas indagações foram sintetizadas na questão-problema que orientou nossas reflexões e à qual procuramos responder no presente trabalho: *como as campanhas fotográficas virtuais com retratos ativistas se configuram e se legitimam discursivamente por meio de retratos fotográficos que emergem e circulam no espaço virtual?* Uma questão como essa só poderia ser formulada e, portanto, só poderá ser respondida no paradigma epistemológico do pós-estruturalismo, entendido aqui de forma ampla como uma tendência geral das ciências humanas de radicalizar e/ou superar o estruturalismo por meio da problematização de todas as narrativas totalizantes que caracterizaram tal perspectiva do conhecimento, incluindo a própria noção de estrutura²⁷.

Em meio à imensa heterogeneidade de vertentes que constituem o pós-estruturalismo, situamo-nos, mais especificamente, no contexto da epistemologia francesa posterior à década de 60, marcado por um amplo questionamento de objetos como o poder, o sujeito, o inconsciente, o conhecimento e a linguagem. Estritamente, nossa pesquisa se insere no amplo campo de pesquisas aberto pelas reflexões epistemológicas de autores como Michel Foucault e Michel Pêcheux (em diálogo teórico com Gaston Bachelard, Georges Canguilhem, Ferdinand de Saussure, Jacques Lacan e Louis Althusser)²⁸.

²⁷ Sobre o estruturalismo e o pós-estruturalismo, conferir Merquior (1991), Dosse (1993) e Eagleton (2006, especialmente os capítulos III e IV).

²⁸ Sobre as reflexões epistemológicas de Foucault e Pêcheux, além dos textos citados ao longo da dissertação, conferir também Henry (1997), Carvalho (2001) e Maldidier (2003).

No espaço desse campo de pesquisas, acreditamos que a melhor perspectiva para abordar as questões levantadas acima é a dos Estudos do Discurso (ED), porque compartilharmos com esta área do conhecimento a “*visão construtivista de que a ordem social e política é construída na comunicação*” (ANGERMULLER; MAINGUENEAU; WODAK, 2014, p. 4), mais especificamente por meio da prática discursiva (idem, p. 3). Nossa escolha se justifica também por outros aspectos dos ED que vemos como pertinentes à nossa proposta de investigação, como a natureza interdisciplinar desse campo de pesquisas, a compreensão de que “*as relações sociais moldam e são moldadas pelas práticas discursivas*” (idem, p. 6) - o que pode ser resumido na defesa da existência de uma relação essencialmente dialética entre discurso e sociedade (FAIRCLOUGH, 1989, 2001) - e a sua pretensão de “*construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito*” (PÊCHEUX, 2014, p. 291). Por fim, a perspectiva dos ED também nos permite atender à necessidade política, pedagógica e epistemológica de transcender a abordagem jurídico-normativa dos direitos humanos, pensando-os em uma perspectiva interdisciplinar.

Vale destacar que o campo dos ED é formado tanto pelas teorias do discurso quanto pelas análises do discurso, ambas tomadas na heterogeneidade de suas diversas vertentes (ANGERMULLER; MAINGUENEAU; WODAK, 2014, p. 4). O rótulo “Estudos do Discurso” foi proposto pelo linguista Teun van Dijk (2008, p. 10-13) para nomear este campo em substituição à consolidada expressão “Análise do Discurso” com o objetivo de evitar a equivocada impressão de que esta área do conhecimento transdisciplinar se trata de um método para analisar o discurso. Como o autor pontua, a “Análise do Discurso”, doravante “Estudos do Discurso”, além de não se constituir como um método, também não trabalha com nenhum método específico de análise, podendo utilizar “*qualquer método que seja relevante para os objetivos dos seus projetos de pesquisa*” (p. 10).

Dentre a imensa variedade de teóricos que trabalham neste campo, escolhemos dialogar em nossa dissertação com os trabalhos do linguista francês Dominique Maingueneau (1997, [entre 2004 e 2015], 2008a, 2008b, 2010a, 2010b, 2013, 2014, 2015a, 2015b; CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2004), expoente dos estudos do discurso de orientação francesa (doravante, EDF). Nossa escolha pelo trabalho de Maingueneau se deve tanto à nossa familiaridade com o tipo de análise do discurso que ele realiza, pautado principalmente na Linguística, quanto ao reconhecimento da originalidade de sua abordagem para algumas

questões contemporâneas, a exemplo das relações entre discurso, imagem e corpo e das configurações do discurso no campo da comunicação social.

Para compreender os aspectos acima elencados, elegemos as seguintes categorias analíticas dentre as várias propostas por Maingueneau: cena de enunciação (subdividida em cena englobante, cena genérica e cenografia) e *mídiu*m. Esses conceitos nos permitiram refletir sobre o quadro no interior do qual os discursos que constituem essas fotografias são enunciados (**cena de enunciação**) - seja o quadro amplo de um setor de atividades humanas (**cena englobante**), seja o quadro médio de uma atividade de linguagem relativamente estável (**cena genérica**), seja o quadro estrito construído pela própria enunciação (**cenografia**) - e as coerções impostas a essas enunciações pelo dispositivo de comunicação (**mídiu**m). Posteriormente, no decorrer deste trabalho, apresentaremos melhor cada um desses conceitos à luz da teoria do discurso de Maingueneau.

Alguns dos objetivos que tentamos atingir com nossa pesquisa foram: historicizar a emergência de campanhas fotográficas virtuais em prol dos direitos humanos; identificar os mecanismos de divulgação e circulação destas campanhas no espaço virtual; compreender os aspectos formais e funcionais do gênero “retrato ativista”; e investigar os recursos utilizados por estas campanhas para mobilizar seus interlocutores e engajá-los na luta pela mudança social. A estes objetivos, soma-se uma inquietação relativa à compreensão de como se dão as relações entre discurso, imagem, corpo e direitos humanos²⁹. Desta inquietação, nascem outros objetivos que esperamos ter atingido tangencialmente, tendo em vista que eles não constituem propriamente o foco de nosso empreendimento: refletir sobre o papel da imagem e do discurso no interior do movimento pelos direitos humanos (como a imagem e o discurso podem promovê-los, violá-los ou combater sua violação?) e sobre o papel das discursividades advindas de experiências de opressão para a teoria e a prática dos direitos humanos.

1.4 Constituindo o *corpus* de pesquisa e discutindo o método de análise

Para os Estudos do Discurso, só podemos analisar o discurso através de textos efetivamente produzidos em situações reais de comunicação que se estabelecem por meio de

²⁹ Essas interfaces têm sido bastante problematizadas na contemporaneidade, especialmente após as viradas discursiva, visual e somática no interior das ciências humanas (PENNYCOOK, 2006, p. 86; MOZDZENSKI, 2009, p. 7) e a tomada dos direitos humanos como projeto emancipatório pelas forças progressistas ao redor do mundo (SANTOS, 2009, p. 10-11).

uma língua específica³⁰ (ORLANDI, 2015, p. 61). Aplicando esse princípio ao fato de que a pesquisa que deu origem a esta dissertação nasceu no interior de um mestrado em Direitos Humanos situado em uma universidade brasileira, decidimos trabalhar com um *corpus* composto de fotografias que integram exclusivamente campanhas realizadas no Brasil e em língua portuguesa. A esse critério soma-se nosso interesse pelas questões que envolvem o direito à diferença (no que se refere especialmente ao gênero, à raça e à sexualidade), o que nos levou a selecionar campanhas que abordassem as violações de direitos humanos que atingem as ditas “novas” subjetividades (nomeadamente, as mulheres, as/os negras/os e as pessoas heterodiscordantes³¹).

Utilizando-nos dessa moldura, selecionamos para análise as campanhas intituladas *#partocomrespeito* (2015), *Ah, branco, dá um tempo* (2015), *Sexualidade e ignorância* (2015), cujas características serão apresentadas em detalhes no decorrer de nosso trabalho. Como se percebe dos critérios acima expostos, as campanhas selecionadas compartilham uma mesma língua (a Língua Portuguesa Brasileira), integram um mesmo universo discursivo (o espaço virtual dos falantes de Língua Portuguesa do Brasil), são contemporâneas entre si (todas foram lançadas no ano de 2015) e tratam de violações de direitos humanos dos “novos” sujeitos. Embora não nos situemos em um paradigma epistemológico positivista, pautado na manipulação e controle de variáveis, acreditamos que essa aparente “homogeneidade” das macrocondições de produção das campanhas nos permitiu observar o que há de comum entre as campanhas e pode ser creditado ao contexto no qual elas emergem.

Para os Estudos do Discurso, não importa a quantidade dos itens analisados, mas a representatividade dos mesmos para o estudo do objeto em questão. Como explica a linguista Eni Orlandi³²: “*não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade a que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude ou exaustividade em relação ao objeto empírico. Ele é inesgotável*” (2015, p. 60). O que vai interessar aos ED, portanto, é a exaustividade vertical, que “*não trata os ‘dados’ como meras ilustrações. Trata de ‘fatos’ da*

³⁰ Obviamente, fala-se de “língua específica” no caso da linguagem verbal ou, ainda, gestual (como a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS -, a American Sign Language - ASL - etc.), pois no caso de linguagens não verbais e não gestuais, não se trabalha com o conceito de língua (PERINI, 2010, p. 2).

³¹ Segundo Anibal Guimarães, heterodiscordância é a “*prática que contraria a norma heterossexual*” (GUIMARÃES, 2011, p. 29). Utilizamos o termo “heterodiscordantes” para nos referirmos a todas as pessoas cujos desejos e práticas não se adequam aos padrões impostos pela heteronormatividade.

³² É importante destacarmos a importância de Eni Orlandi para os ED por ter sido ela a introdutora dos EDF no Brasil, na década de 70, e por ela ser, até hoje, a maior teórica do discurso brasileira, em termos da amplitude de sua obra e da “produtividade” dos conceitos por ela desenvolvidos.

linguagem com sua memória, sua espessura semântica e sua materialidade linguístico-discursiva” (idem, p. 61). Sendo assim, embora essas campanhas sejam formadas por várias imagens, selecionamos apenas cinco (5) fotografias de cada campanha para analisarmos.

A escolha por exatamente cinco fotografias de cada campanha é motivada por um critério mais objetivo, que é nossa capacidade de análise (o que nos leva a optar por um número não muito grande ou muito pequeno de fotografias), e por um critério mais subjetivo, no qual aparece o elemento arbitrário (o que nos leva a escolher exatamente cinco, e não quatro ou seis fotografias). Demos preferência às primeiras cinco imagens divulgadas nas páginas oficiais de cada campanha, independentemente da plataforma utilizada (*websites* ou rede sociais como Facebook ou Tumblr), por acreditarmos que elas se aproximam mais dos objetivos iniciais de seus organizadores e, deste modo, dizem mais do contexto de emergência das campanhas. A partir desses critérios, nosso *corpus* de pesquisa foi composto por quinze (15) fotografias, compostas de texto imagético e texto verbal, representando três campanhas diferentes.

Nesse momento, é preciso esclarecer que nossa “seleção” não se trata de uma “coleta”, no sentido que costumeiramente é dado a este termo, pois as fotografias por nós selecionadas não podem ser consideradas, em termos discursivos, como elementos do mundo que poderiam ser simplesmente “coletados” pelo pesquisador³³. Enquanto textos imagético-verbais, essas fotografias mantêm relações intertextuais e interdiscursivas com outros textos na sociedade. Além disso, elas estão inseridas em práticas sociais que transcendem as dimensões visual e linguística e adentram nas outras dimensões da vida em sociedade, especialmente a dimensão ideológica. Nesse sentido, de uma perspectiva discursiva, não estamos apenas “coletando” fotografias do mundo, estamos “recortando” fotografias de todas as relações que elas estabelecem nesse mundo.

Nossa seleção, portanto, deve ser entendida como um “recorte” no sentido que lhe dá Eni Orlandi (1984, p. 14): “*o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um*

³³ Essa afirmação pode ser relativizada se levarmos em conta a heterogeneidade de abordagens que caracterizam os Estudos do Discurso. Sendo assim, esclarecemos que nos referimos aqui especificamente aos EDF. Para uma discussão sobre a construção de um *corpus* nas diferentes vertentes dos ED, e sobre outros aspectos que envolvem metodologia da pesquisa nos ED, consultar Charaudeau (2011). Cf. também a discussão de Maingueneau (2008a, cap. 1) sobre as principais categorias de análise, ainda que não tenhamos trabalhado neste trabalho com a categorização proposta por Maingueneau.

fragmento da situação discursiva”³⁴. Conforme a mesma autora, os princípios segundo os quais se efetuam o recortes variarão conforme o objetivo e o alcance da análise (idem), sendo os nossos princípios aqueles já apresentados nos parágrafos precedentes. Ela acrescenta que o recorte, sendo um fragmento de linguagem-e-situação e, portanto, sendo diferente de um mero “segmento linguístico”, é algo constitutivamente incompleto. Essa “incompletude” é explicada nos seguintes termos:

O que quero dizer sobretudo é que com essa ideia de incompletude apaga-se, em relação a turnos, o limite que separa o meu dizer e o do outro. Quando falo de apagamento de limites, refiro-me tanto ao apagamento em relação ao próprio momento da interlocução, isto é, do discurso in praesentia, como do discurso in absentia, isto é, os outros discursos produzidos por mim e por outros (e mesmo os que *poderiam* ser produzidos naquelas condições de produção) e que têm relação com o meu dizer.

Mainueneau (2008b, p. 25, grifo nosso) afirma algo parecido ao dizer que “*comparado ao universo dos possíveis, o campo dos discursos recortados e estudados por uma área social dada é apenas uma ilhota de resíduos de uma exigüidade extrema*”. No trecho destacado, o termo “exigüidade” não deve nos levar a concluir a impossibilidade de uma análise significativa, em virtude de uma suposta “pouca representatividade” do recorte; o que está em foco aqui é justamente a necessidade de verticalizar a análise para acessar, por meio do que foi recortado, o universos de possíveis que não aparece no recorte e restabelecer as conexões entre o recorte e o universo que são pertinentes à análise.

Em termos de análise, portanto, trabalhar com um recorte implica a necessidade de reconstruirmos algumas das relações que os textos selecionados mantêm com as situações nas quais eles originalmente se encontram e com os outros textos possíveis na mesma situação ou de alguma forma a ela relacionados, como afirmou Orlandi no excerto reproduzido acima. Essa reconstrução tem como objetivo sairmos do plano textual em direção ao plano discursivo, pois neste plano o que é elemento de linguagem se imbrica com o que é elemento ideológico, social e histórico. Como esta pesquisa, evidentemente, é de natureza qualitativa, buscando verticalizar a leitura das fotografias selecionadas para nosso *corpus*, é importante selecionarmos as “portas” que nos permitem passar do texto ao discurso. Se para Mainueneau os textos são “ilhas de resíduos”, então essas portas podem ser entendidas

³⁴ O desenvolvimento dessa noção na autodenominada Escola Brasileira de Análise do Discurso, capitaneada por Orlandi, pode ser encontrado nos trabalhos de Suzy Lagazzi (2007; 2008; e outros textos não referenciados aqui).

como os próprios resíduos. Para entendermos melhor essa afirmação, recuperemos uma passagem de um instigante ensaio do historiador italiano Carlo Ginzburg (2002):

Mas o que pôde representar para Freud - para o jovem Freud, ainda muito distante da psicanálise - a leitura dos ensaios de Morelli? É o próprio Freud a indicá-lo: a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, “baixos”, forneciam a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano (p. 149-150, grifo nosso).

O ensaio em questão trata daquilo que Ginzburg nomeia “modelo epistemológico” ou “paradigma” indiciário (p. 143), uma forma de investigação da realidade pautada na análise de indícios ou sinais que permitiria a reconstrução de “*uma realidade complexa não experimentável diretamente*” (p. 152). Ela remonta às atividades de caça realizadas desde os primórdios da humanidade, nas quais a análise das pegadas e outros sinais deixados por animais permite que os caçadores identifiquem características dos próprios animais e também os caminhos trilhados por eles na selva. Esse método estaria presente em diversas práticas sociais constituídas ao longo dos séculos, como a análise clínica, a análise do inconsciente, a investigação forense, a análise pictórica etc. É por meio da análise de indícios, por exemplo, que o detetive Sherlock Holmes, personagem dos romances policiais de Arthur Conan Doyle, consegue resolver casos aparentemente insolúveis.

Segundo Ginzburg, à primeira vista esses indícios (ou vestígios, pistas, signos, sintomas, resíduos) parecem significar pouco ou nada, mas sob uma análise minuciosa eles permitem o acesso a camadas pouco visíveis da realidade (a exemplo dos padrões psíquicos de uma pessoa, que só podem ser observados, na psicanálise freudiana, por meio da análise de elementos de seu comportamento aparentemente pouco significativos como o lapso). Na análise do discurso, os resíduos dos quais fala Maingueneau são os materiais semióticos que constituem os textos, sejam esses recursos verbais, sonoros, imagéticos etc. Por meio da análise desses elementos semióticos podemos partir da materialidade de um texto e acessar a dimensão discursiva, para compreender o funcionamento discursivo e, até mesmo, para reconstruir a “ordem do discurso” da qual nos fala Foucault (1996) (quando este for o objetivo da análise, o que não é o caso aqui). Como afirma a analista do discurso Edvania Gomes da Silva (2006, p. 49): “*os indícios deixados pelo encontro entre materialidade linguística e*

materialidade histórica permitem ao analista formular hipóteses acerca de um certo funcionamento discursivo”³⁵.

Nesse contexto, é importante destacar que os elementos semióticos não são tomados aqui como materialidades “transparentes”, cujos sentidos se oferecem sem resistência à visão, o que significa dizer que os estes elementos semióticos não têm sentidos estáveis e já conhecidos antes do processo de análise. Para os EDF, a literariedade de uma palavra é o resultado histórico da cristalização dos sentidos hegemônicos que são atribuídos a uma palavra no interior das lutas de saber-poder que constituem a sociedade. É nesse ponto que a análise de discurso - entendida como a prática de análise dos EDF, concretizada por meio de métodos diversos - se diferencia da análise do conteúdo, pois este método de análise de textos transita por sentidos relativamente estabilizados no contexto de emergência desses textos, pouco se interessando por relacionar esses sentidos com os sentidos recalcados (e, portanto, presentes *in absentia*) em uma dada formação discursiva.

Por esse motivo, em nossas análises não pretendemos fixar sentidos para identificar o que as fotografias “querem dizer”, pois esse “dizer” é irreduzivelmente heterogêneo. Enquanto um efeito de nossos objetivos de pesquisa, nossa leitura geral é que essas fotografias “dizem” violações de direitos humanos e, enquanto atos de fala, demandam a efetivação de direitos e o combate a essas violações. Partindo dessa leitura, o que nos interessa em nossas análises é “sondar” esses indícios para compreender como se constitui nas fotografias um dispositivo de enunciação que legitima esses dizeres. Para realizar essa “sondagem”, é preciso contar com o auxílio de um dispositivo teórico-analítico - construído pelo analista para possibilitar o acesso às camadas “ocultas” cuja existência é sugerida pelos indícios - que “*atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito*” (ORLANDI, 2015, p. 59). A construção deste dispositivo teórico-analítico, centrado no conceito de cenas da enunciação, será feita no decorrer da seção 4 desta dissertação.

1.5 Estruturando a dissertação

³⁵ A aproximação entre a paradigma indiciário e a análise do discurso conforme realizada nos EDF foi retirada da tese de doutorado de Edvania Gomes da Silva (2006). Nela se encontra uma discussão mais aprofundada sobre a questão e também uma comparação muito interessante entre o paradigma indiciário e a história serial de Foucault.

Introduzidos os principais aspectos teóricos e metodológicos desta pesquisa, resta-nos caracterizar seu principal resultado, esta dissertação, em seus aspectos textuais. Além desta introdução, a dissertação é composta por mais três seções.

Na **segunda seção**, retomaremos algumas questões já mencionadas nesta introdução para situar melhor nossa compreensão das relações que as CFVRA mantêm com os direitos humanos, o direito à diferença, e o ciberativismo. Também faremos uma apresentação de cada uma das três campanhas selecionadas para análise, destacando sua origem e seus elementos constituintes, bem como alguns dados acerca de sua circulação no espaço virtual.

Na **terceira seção**, discutiremos o conceito de cenas da enunciação, utilizando-o para analisar as campanhas selecionadas e explicar sua emergência e legitimação no campo dos direitos humanos. Defenderemos que as fotografias que integram estas campanhas constituem um novo gênero discursivo-textual denominado “retrato ativista”, que se inscreve no domínio do discurso político por meio da encenação da violência sofrida pelos ativistas retratados.

Por fim, faremos nossas **considerações finais**, confrontando nossos objetivos de pesquisa com nossos resultados e sinalizando para novas questões de pesquisa acerca das CFVRA a partir dos estudos do discurso e dos estudos dos direitos humanos.

1.6 Pensando além do mestrado

Esperamos que esta dissertação venha a contribuir para os estudos sobre direitos humanos, principalmente no que se refere às práticas sociais que possibilitam sua fundamentação, positivação, promoção e efetivação, a exemplo das campanhas de combate à violação de direitos humanos.

Esperamos também que os resultados de nossa pesquisa possam, por sua vez, servir como modelo ou inspiração para novas iniciativas que deem voz e visibilidade às vítimas de violações de direitos humanos, estimulando a denúncia desses crimes e mobilizando a sociedade.

Esperamos, por fim, que nossas reflexões contribuam para a busca pela efetivação dos direitos humanos, para que eles não sejam apenas um conjunto de normas e prescrições, mas, sim, discursos que incidam na construção e vivência da cidadania.

2 ENCAMPANDO DIREITOS HUMANOS

Nesta seção pretendemos retomar e discutir alguns pontos relativos a nossa problematização que não foram suficientemente desenvolvidos na introdução desta dissertação: nossa compreensão do conceito de direitos humanos, a problemática do direito à diferença, e a questão dos repertórios de ação coletiva no ativismo e no ciberativismo.

2.1 Entendendo direitos humanos: uma compreensão discursiva

Como já dissemos anteriormente, compreendemos o conceito de direitos humanos como uma construção discursiva advinda do debate jurídico e filosófico ocorrido no contexto das revoluções que se deram na América do Norte e na Europa ocidental no século XVIII. Enquanto uma construção discursiva, o conceito é atravessado por tantos sentidos quantas são as posições ideológicas existentes nas sociedades contemporâneas. Para caracterizarmos, portanto, nossa compreensão do que são direitos humanos, importa assumir uma posição teórica e ideológica em meio às várias e conflitantes posições existentes. Para nos ajudar nesta tarefa, recorreremos ao estudo seminal realizado pela jurista e antropóloga belgo-inglesa Marie-Bénédicte Dembour (2010) sobre as escolas de pensamento acerca dos direitos humanos.

A autora inicia sua reflexão com a constatação de que “*nem todos concebem ‘direitos humanos’ do mesmo modo*”³⁶ (p. 1), o que contrasta com o senso comum segundo o qual os direitos humanos são óbvios (ou evidentes), o que significa que não precisamos conceitualizá-los, e universais (ou invariáveis), o que significa que sua conceitualização é única. Analisando a literatura acadêmica sobre direitos humanos, Dembour identifica quatro escolas de pensamento segundo as quais os direitos humanos poderiam ser concebidos como algo “dado” (escola natural), como algo “concordado” (escola deliberativa), como algo “lutado” (escola reivindicativa³⁷) ou como algo “falado” (escola discursiva). Conforme a

³⁶ Tradução livre de “*we do not all conceive of human rights in the same way*”, que também poderia ser traduzido como “nós todos não concebemos direitos humanos da mesma maneira” ou, mais livremente, como “nem todos concebem direitos humanos exatamente/inteiramente da mesma forma”, duas versões com alterações de sentido sutis, mas irrelevantes para nossos objetivos. Em todas as citações que se seguem do texto de Dembour, a tradução e, portanto, a interpretação, é de nossa responsabilidade.

³⁷ No original, a autora denomina esta escola como “*protest school*”, o que seria mais fielmente traduzido como “escola protestante”. No entanto, o termo “protestante” é muito associado no Brasil aos segmentos religiosos vinculados ao protestantismo, o que poderia trazer alguma confusão aos leitores, tendo em vista que a escola protestante não se refere em nada ao protestantismo nem se fundamenta na religião. Por esse motivo, embora reconhecamos a importância política de desestabilizarmos sentidos hegemônicos, optamos por não fazê-lo no

teórica, essas escolas “*atuam como tipos ideais, os quais, agrupados ao redor de dois eixos, dão conta potencialmente de todo o campo conceitual dos direitos humanos*” (p. 2). Vejamos em que consiste cada uma dessas escolas.

A **escola natural** compreende que direitos humanos são direitos naturais e absolutos que são inerentes aos seres humanos devido à própria condição humana. A **escola deliberativa** compreende que direitos humanos são valores políticos adotados livremente pelas sociedades liberais após deliberação e concórdia. A **escola reivindicativa** compreende que direitos humanos são demandas ou aspirações a favor dos oprimidos utilizadas na luta contra as injustiças. A **escola discursiva** compreende que direitos humanos são construtos de natureza discursiva cuja existência deriva do fato de as pessoas falarem neles. Em sua opinião, o mapeamento dessas escolas permitiu a construção de um modelo de compreensão que abrange potencialmente “*todo o campo conceitual dos direitos humanos*” (idem). Esse modelo pode ser apresentado graficamente em um plano cartesiano com a distribuição das quatro escolas nos quatro quadrantes formados pela intersecção dos eixos perpendiculares, como se vê no diagrama abaixo:

presente momento, traduzindo a expressão com a utilização de um termo sinônimo. Na passagem do termo “protesto” ao termo “reivindicação” há certamente uma deriva de sentidos, pois as duas ações não se justapõem necessariamente (podemos nos perguntar: “todo protesto é uma reivindicação?”, “toda reivindicação é um protesto?”), mas ambos os termos parecem evocar uma postura que não se contenta em apenas dizer algo e, por isso, converte esse “dizer” em uma tentativa de fazer algo. Nesse sentido, entendemos que “protestar” contra um estado de coisas é também “reivindicar” a mudança desse estado de coisas (do mesmo modo que denunciar uma violação de direitos humanos, nas campanhas analisadas, é reivindicar o fim dessa violação e, conseqüentemente, o pleno gozo desse direito), e com esta compreensão acreditamos que os termos podem funcionar como sinônimos no contexto da discussão de Dembour. Sobre deriva de sentidos, conferir Orlandi (2015, p. 76-78). Sobre a relação entre dizer e fazer, que não se refere apenas aos sentidos desses termos, mas à própria natureza da linguagem, conferir Austin (1990).

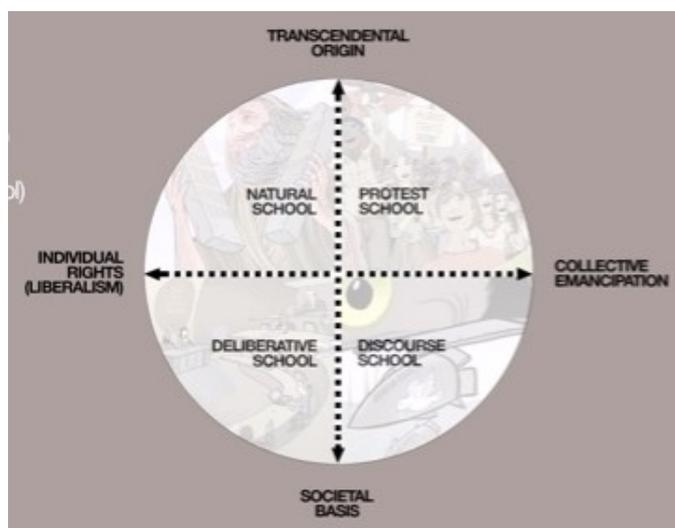


Diagrama 3 - O campo conceitual dos direitos humanos. Fonte: Dembour ([2015])

Acima do eixo horizontal localizam-se as escolas natural e reivindicativa, que fundamentam os direitos humanos em origens transcendentais, em contraste com as escolas deliberativa e discursiva, abaixo do eixo horizontal, que fundamentam os direitos humanos em bases linguístico-societárias. À esquerda do eixo vertical localizam-se as escolas natural e deliberativa, que seguem uma orientação mais liberal e individualista, contrastando com as escolas reivindicativa e discursiva, à direita do eixo vertical, que seguem uma orientação mais coletiva de justiça social (DEMBOUR, 2010, p. 4-5). As distintas concepções destas escolas, apresentadas muito brevemente aqui, têm consequências diferentes para a teorização e para a luta pelos direitos humanos. Embora não pretendamos discuti-las aqui, por essa discussão não ser pertinente para nossos objetivos, reproduzimos abaixo um quadro comparativo das formas como cada escola aborda algumas das principais questões envolvendo direitos humanos.

Systematic Comparison of the Schools

<i>Schools of thought</i>	Natural school (HR old orthodoxy)	Deliberative school (HR secularism/ new orthodoxy)	Protest school (HR dissidence)	Discourse school (HR nihilism)
<i>Human rights (HR)</i>				
Are conceived, in short, as	A given	Agreed upon	Fought for	Talked about
Consist in	Entitlements (probably negative at their core)	Principles	Claims/Aspirations	Whatever you put into them
Are for	Every single human being	Running the polity fairly	First and foremost those who suffer	Should be, but are not, for those who suffer
Can be embodied in law?	Definitely—this is the aim	Yes—law is their typical if not only mode of existence	Should be, but law too often betrays the HR idea	HR law exists but does not embody anything grand
See HR law since 1948 as definite progress	Yes*	Yes	No	No
Are based on	Nature/God/ Universe/Reason [with legal consensus acting as a fallback for many]	A consensus as to how the polity should be run [with reason in the background]	A tradition of social struggles [but with a yearning for the transcendental]	Language
Are realizable?	Yes, through individual enjoyment (and good substantive laws)	Yes, through political organization (and good procedural laws)	No, they require a perpetual struggle (and implementing laws risk being an abject deformation of their ideal)	No, unsurprisingly, they are a failure
Are universal?	Yes, definitely, they are part of the structure of the universe (even if they get translated in practice in slightly different forms)	Potentially, if the consensus broadens	At source, yes, if only because suffering is universal	No, their supposed universality is a pretence

* Though exceptionally a natural scholar will reject the present form of human rights law as not embodying human rights.

Quadro 2 - Comparação sistemática das escolas de pensamento sobre direitos humanos. Fonte: Dembour (2010, p. 11).

Antes de situarmos nossa compreensão sobre os direitos humanos no interior do modelo proposto por Dembour, acreditamos ser importante tecer duas considerações acerca do mesmo. A primeira refere-se ao corpo de textos sobre direitos humanos apresentados pela autora para exemplificar as diferentes escolas. Dos dezesseis autores e autoras selecionados, quatro para cada escola, dez são norte-americanos ou desenvolvem seus trabalhos prioritariamente em universidades norte-americanas (nove nos EUA, um no Canadá) e seis são europeus ocidentais ou trabalham em universidades da Europa Ocidental (um alemão, um franco-argelino, quatro no Reino Unido³⁸). Além disso, doze são homens e quatro são mulheres, sendo brancas todas as mulheres e dez dos doze homens. A seleção desses doze autores provavelmente não corresponde quantitativamente à bibliografia sobre a qual Dembour se debruçou para a construção de seu modelo das quatro escolas de pensamento, mas certamente a escolha desses autores pretende representar bem o material analisado.

³⁸ Destaca-se aqui apenas o jurista indiano Upendra Baxi, que embora tenha trabalhado durante vinte e três anos em universidades indianas, fez a maior parte de sua formação na Universidade de Berkeley, nos EUA, e trabalha há mais de vinte anos na universidade de Warwick, na Inglaterra.

Partindo de uma concepção que reconhece as intrincadas relações entre o saber e o poder, parece-nos bastante significativa a pretensão de abranger todo o campo conceitual dos direitos humanos com base em uma comunidade acadêmica composta prioritariamente por homens brancos estadunidenses. Por um lado, não podemos ignorar que as universidades estadunidenses e europeias atraem grandes pensadores e que a teorização sobre direitos humanos é muito mais desenvolvida nos EUA e na Europa Ocidental, tendo em vista que foi nesses territórios que se construiu o conceito de Direitos Humanos e seus principais desenvolvimentos. Por outro lado, também não podemos ignorar que os estudos, pós-coloniais e, especialmente, decoloniais vêm construindo sólidas epistemologias de matriz não eurocêntrica, na qual o conceito de direitos humanos tem adquirido contornos diversos daqueles que são encontrados na bibliografia estudada por Dembour. O mesmo pode ser dito acerca dos estudos feministas e das epistemologias de matriz feminista.

Nesse sentido, é de se questionar a representatividade dos trabalhos selecionados pela autora para o mapeamento do campo conceitual dos direitos humanos, tendo em vista a evidente disparidade entre os autores presentes no que se refere a gênero e raça/etnia e tendo em vista a ausência de pensadores latino-americanos e, de maneira geral, do Sul global. Em decorrência deste primeiro questionamento, questiona-se também o próprio modelo apresentado pela autora, impondo-se a necessidade de que seu potencial explicativo seja comprovado com a realização de mapeamentos semelhantes a partir de matrizes teóricas diversas. A seu favor, Dembour reconhece em seu próprio artigo a necessidade de “validar” seu modelo quando ela afirma que “*seu valor heurístico atemporal precisará ser confirmado de acordo com a persistência de sua habilidade em associar qualquer pensador de direitos humanos com alguma(s) escola(s) específica(s)*” (2010, p. 5).

A segunda consideração importante a ser feita refere-se ao conceito de “discurso” que subjaz à caracterização da “escola discursiva”. Gostaríamos de nos deter especialmente sobre a caracterização desta escola, em detrimento das outras, porque o fato de trabalharmos com o conceito de discurso nesta dissertação pode levar à conclusão, em parte equivocada, de que “naturalmente” nos afiliáramos à escola discursiva. A rigor, a descrição da escola discursiva diverge em muitos pontos tanto de nossa compreensão do conceito de discurso quanto de nossas concepções envolvendo as questões relativas aos direitos humanos, tornando-se importante demarcar nossos pontos de aproximação e afastamento desta escola. Com o perdão

pela longa citação, vejamos como a autora caracteriza a escola em momentos diferentes de seu artigo (2010):

Introduzindo cada escola

A escola discursiva é caracterizada por sua falta de reverência para com os direitos humanos. Em sua perspectiva, direitos humanos existem apenas porque as pessoas falam sobre eles. Estudiosos do discurso não estão convencidos nem que os direitos humanos são dados, nem que eles constituem a resposta correta para todos os males do mundo, mas eles reconhecem que a linguagem envolvendo os direitos humanos se tornou uma poderosa linguagem para se expressar reivindicações políticas. Estudiosos do discurso temem o imperialismo da imposição de direitos humanos e enfatizam as limitações de uma ética baseada em direitos humanos individualistas. Não obstante, alguns aceitam que o discurso dos direitos humanos, como o proeminente discurso ético-político de nosso tempo, ocasionalmente produz resultados positivos. Mas eles não acreditam em direitos humanos e frequentemente desejam que projetos de emancipação superiores sejam imaginados e postos em prática (p. 4).

[...]

Sobre as leis de direitos humanos

A posição dos estudiosos do discurso, os nihilistas sobre o conceito de direitos humanos, acreditam que as leis de direitos humanos são tão boas ou tão ruins quanto qualquer outra lei. Seus méritos devem ser julgados em cada situação diferente (p. 6)

[...]

Sobre o fundamento dos direitos humanos

O fundamento dos direitos humanos [...] simplesmente não interessa à escola discursiva que acredita que os direitos humanos existem apenas porque se fala deles (p. 7).

[...]

Sobre a realização dos direitos humanos

Não faz sentido para os estudiosos do discurso pensarem sobre a realização de direitos humanos, na medida em que, para começo de conversa, eles não acreditam em direitos humanos. Em vez disso, estudiosos do discurso repetidamente apontam para as deficiências do discurso dos direitos humanos, que geralmente não cumpre com suas promessas, nomeadamente a igualdade entre os seres humanos. Estudiosos do discurso não se surpreendem pelas falhas repetidas do discurso dos direitos humanos em atingir seus objetivos declarados. Muitos deles declaram que é preciso um projeto de emancipação mais sólido. Alguns simplesmente evitam fazer grandes pronunciamentos sobre questões éticas e procuram, a partir de uma abordagem resolutamente empírica, observar e descrever as características contraditórias do discurso dos direitos humanos (p. 8).

[...]

Sobre a universalidade dos direitos humanos

Estudiosos do discurso ficam extremamente irritados com as reivindicações dos estudiosos das outras três escolas sobre a universalidade dos direitos humanos. Eles acham que a perspectiva da escola natural é intelectualmente insustentável em virtude da diversidade de formas morais na sociedade humana ao longo do tempo e do espaço. Eles denunciam seu imperialismo. Estudiosos do discurso são também

muito cautelosos com a escola deliberativa e sentem que a repetida invocação do consenso nesta escola obscurece perigosamente as relações de poder. Eles tendem a ser mais simpáticos à posição da escola reivindicativa, que compartilha seu engajamento em denunciar injustiças (p. 9).

[...]

Sobre a crença/posição geral em relação aos direitos humanos

Os estudiosos do discurso são os niilistas dos direitos humanos. Filosoficamente, o niilismo não envolve a rejeição de todos os princípios morais. Em vez disso, seguindo Nietzsche, ele pode sinalizar o apelo por novos valores a serem criados pela reinterpretação dos valores antigos que perderam seu sentido original. Tendo que conviver com a supremacia da linguagem dos direitos humanos no discurso político contemporâneo, na medida em que estudiosos do discurso aceitam esta linguagem, eles pedem sua reavaliação (p. 10).

Como já explicamos anteriormente, os Estudos do Discurso se constituem como um campo bastante heterogêneo de abordagens teóricas e analíticas do objeto denominado “discurso”. Sendo assim, é imprescindível a delimitação de uma perspectiva teórica quando se fala em discurso. De forma geral, a caracterização da escola discursiva não parece se coadunar com nenhuma das duas abordagens predominantes no Brasil - os estudos do discurso de matriz francesa (conhecidos como Análise do Discurso Francesa) e os estudos do discurso de matriz anglo-saxã (conhecidos como Análise Crítica do Discurso) -, tendo em vista que ambas as abordagens possuem uma concepção crítica e engajada da produção do conhecimento (seja pela via da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e de seus desdobramentos na Linguística Crítica, seja pela via do Teoria das Formações Sociais do marxismo althusseriano) que em muito diverge da visão “niilista” apresentada por Dembour. Observemos, por exemplo, o seguinte excerto de um ensaio produzido por Eni Orlandi sobre o discurso da Educação em Direitos Humanos:

[...] colocamos a questão da educação como uma questão fundamental para a promoção de Direitos Humanos. Não se ensinam os Direitos, diríamos, mas podemos criar, pela educação, condições para evitar que os sujeitos sejam presos de evidências que os impediriam de colocar-se de modo crítico à realidade que desrespeita a vida, a liberdade, a segurança, o direito ao trabalho etc etc etc. Pois este é o cotidiano de uma formação social burguesa. Como viver nela e, ao mesmo tempo, ter condições de não identificar-se com a segregação que ela cria? Penso que a educação é capaz de produzir este espaço em que os sujeitos possam se significar politicamente de modo que tanto os sujeitos como os sentidos sejam não mera reprodução mas transformação, resistência, ruptura.

No ensaio em questão, Orlandi tece algumas considerações críticas ao conceito de Direitos Humanos e, especialmente, à falta de sentido que esse conceito possui em sociedades

que foram colonizadas e que “importaram” os direitos humanos das sociedades que as colonizaram. Pela leitura do excerto acima, observamos que essas críticas levam a autora a propor a Educação em Direitos Humanos como um caminho para transformar a ausência de sentidos que advém da “reprodução” em uma presença de sentidos que advenha da “transformação”, da “resistência” e da “ruptura”. Ainda que esta postura se aproxime da postura niilista de pedir a reavaliação dos valores que envolvem os direitos humanos (DEMBOUR, 2010, p. 10), não nos parece que estamos diante do apelo para um novo projeto emancipatório, elemento que caracterizaria o niilismo da escola discursiva (idem, p. 8). Se a postura crítica da escola discursiva leva a um “desengajamento” com o projeto dos direitos humanos, a postura crítica da teórica do discurso Eni Orlandi a leva, diferentemente, a um “engajamento” com este projeto.

Reforçamos que o “engajamento” do qual falamos não se trata de uma adesão acrítica ao projeto dos direitos humanos, mas de uma adesão crítica que busca repensá-lo e, quando necessário, transformá-lo. Na tentativa de caracterizar melhor esta posição teórica, poderíamos propor a existência de dois contínuos para caracterizar qualquer tipo de posicionamento em relação a uma questão em discussão (conferir abaixo): o contínuo da criticidade (que iria de posturas mais críticas a posturas menos críticas) e o contínuo do envolvimento (que iria de posturas mais envolvidas a posturas menos envolvidas). Inspirados pelo modelo de Dembour, poderíamos propor um diagrama formado pelo cruzamento destes dois contínuos, formando um plano cartesiano com quatro quadrantes³⁹ no qual a origem (o encontro dos eixos horizontal e vertical) seria uma posição de indiferença (enquanto tipo ideal) no que se refere à criticidade e ao envolvimento a uma determinada questão em discussão. Vejamos o diagrama adiante:



Diagrama 4 - Contínuo da criticidade em relação a uma posição em um debate. Fonte: elaborado pelo autor.

³⁹ Arbitrariamente, escolhemos situar a criticidade e o envolvimento nos polos positivos dos eixos horizontal e vertical, e situar a acriticidade e o não envolvimento nos polos negativos desses mesmos eixos. Uma mudança nessas posições modificaria também a posição dos quadrantes, mas isso não teria efeitos sobre nossa argumentação, tendo em vista que qualquer mudança na posição dos quadrantes não alteraria o fato de que o posicionamento de Orlandi em relação aos direitos humanos difere do posicionamento da escola discursiva.



Diagrama 5 - Contínuo do envolvimento em relação a uma posição em um debate. Fonte: elaborado pelo autor.

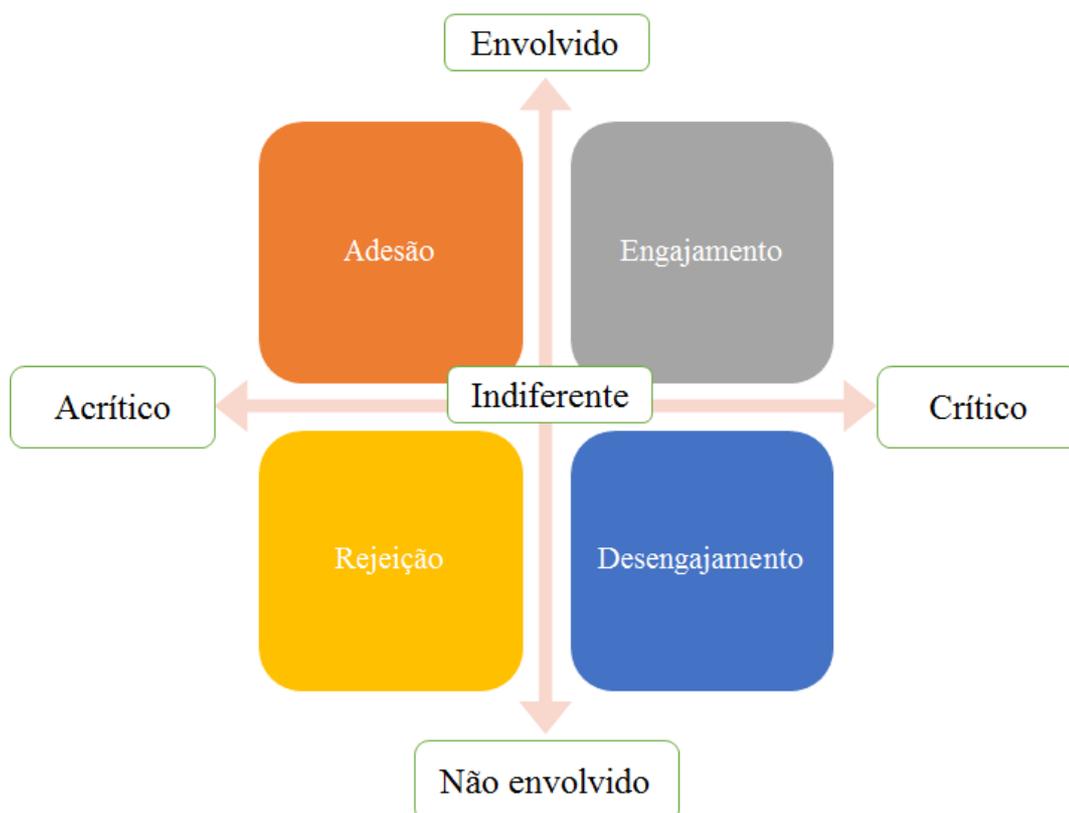


Diagrama 6 - Tipos de posicionamento quanto a uma questão em debate. Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme o diagrama, teríamos no primeiro quadrante⁴⁰ uma posição mais crítica e mais envolvida (à qual denominamos **engajamento**); no segundo quadrante, uma posição menos crítica e mais envolvida (**adesão**); no terceiro quadrante, uma posição menos crítica e menos envolvida (**rejeição**); no quarto quadrante, uma posição mais crítica e menos envolvida (**desengajamento**)⁴¹. A adoção deste modelo de enquadramento de posicionamentos em

⁴⁰ Em um plano cartesiano, a leitura dos quadrantes é sempre feita em sentido anti-horário, começando pelo quadrante situado na posição nordeste do plano.

⁴¹ Reconhecemos que a denominação desses quadrantes, e dos próprios contínuos, não parece ser a mais adequada em função da necessária clareza conceitual. Afinal, por que o termo “engajamento” evocaria mais a noção de criticidade que o termo “adesão”? Por que o termo “rejeição” não evocaria a noção de criticidade? O termo “desengajamento” não requereria logicamente a compreensão de um engajamento prévio? Não somos indiferentes a essas questões e, nesse sentido, compartilhamos da inquietude de Eric Landowski (1992, *passim*) de reconhecer a concorrência de diversos outros termos “próximos” das denominações por nós escolhidas em nossa teorização (na linguística saussureana, diríamos da incidência de termos que estão em relação paradigmática com o termo escolhido). No entanto, acreditamos que nesse momento de nossa reflexão, ainda incipiente, mais importante que denominar esses quadrantes é compreender como eles conceitualizam as

relação a uma questão em debate nos permite afirmar que, embora Orlandi e a escola discursiva compartilhem uma postura crítica de questionamento do conceito de direitos humanos, eles se posicionam de forma diferente em relação a essa questão, sendo inadequado reduzir o posicionamento desta autora à escola discursiva, conforme a caracterização proposta pela jurista Marie-Bénédicte Dembour.

Certamente, a autora não tinha como objetivo caracterizar a compreensão que os teóricos do discurso têm do conceito de direitos humanos, mas, diferentemente, caracterizar a compreensão que alguns teóricos dos direitos humanos têm desse mesmo conceito com base em uma visão “discursiva”. Nesse contexto, portanto, analisemos um dos mais conhecidos ensaios de Boaventura de Sousa Santos, um conhecido teórico dos direitos humanos que trabalha no âmbito dos estudos decoloniais, tendo como pano de fundo os estudos sobre o discurso em mais de uma perspectiva teórica⁴². Trata-se do ensaio *Direitos Humanos, o Desafio da Interculturalidade*⁴³, no qual o autor procura apresentar as “condições em que os direitos humanos podem ser colocados a serviço de uma política progressista e emancipatória” (SANTOS, 2009, p. 10-11).

Em sua reflexão, os direitos humanos padecem de uma crise de legitimidade por terem servido historicamente de instrumento para a consecução do projeto ocidental de globalização hegemônica. Apesar disso, o autor acredita que os direitos humanos ainda podem servir como roteiro emancipatório e se constituírem como um instrumento a serviço das formas de globalização contra-hegemônicas. Para tanto, é necessário superar o debate “*intrinsecamente falso*” (p. 14) sobre universalismo e relativismo cultural e assumir uma concepção intercultural de direitos humanos que seja construída por meio de uma “hermenêutica diatópica”, entendida como um esforço de compreensão mútua dos *topoi* de uma cultura a

diferentes formas de se posicionar em relação a uma questão. Ademais, indo ao encontro da teoria do discurso de orientação materialista (da qual Orlandi é também uma representante), reconhecemos que o sentido de uma palavra é uma construção deveras complexa, para a qual concorrem diversos fatores intra e extra linguísticos, sendo sempre impossível controlar as derivações do sentido que ocorrem naturalmente à medida que as palavras vão se movimentando no discurso, à mercê de toda sorte de apropriação, tangenciando e atravessando formações discursivas diversas.

⁴² É difícil definirmos qual é a noção de discurso adotada por Boaventura de Sousa Santos em seus trabalhos, tendo em vista a extensão de sua obra e as metamorfoses em sua reflexão ao longo das décadas, mas certamente o autor deve muito à perspectiva retórica, que compreende o discurso como uma forma de agir no mundo por meio das palavras. Conferir seus livros *O discurso e o poder* (1980) e *Um discurso sobre as ciências* (1988) e o conjunto de artigos de autores diversos por ele reunidos em *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado* (2003), além de outros textos citados nesta dissertação.

⁴³ Esse ensaio foi publicado pelo menos nove vezes em língua portuguesa, cinco vezes em língua inglesa e uma vez em língua francesa. À exceção da versão que utilizamos aqui, que é a mais recente, em todas as outras versões ele foi intitulado *Por uma concepção multicultural de direitos humanos*.

partir dos *topoi* de outras culturas (p. 15-18). A proposta de Boaventura de Sousa Santos pode ser sintetizada na conclusão do ensaio em questão, reproduzida abaixo na íntegra (p. 18):

Na forma como têm sido predominantemente concebidos, os Direitos Humanos são um localismo globalizado, uma espécie de esperanto que dificilmente se poderá transformar na linguagem quotidiana da dignidade humana nas diferentes regiões culturais do globo. Compete à hermenêutica diatópica aqui proposta transformá-los numa política cosmopolita que ligue, em rede, línguas diferentes de emancipação pessoal e social e as torne mutuamente inteligíveis e traduzíveis. É este o projeto de uma concepção multicultural dos Direitos Humanos. Nos tempos que correm, esse projeto pode parecer mais do que nunca utópico. É-o, certamente, tão utópico quanto o respeito universal pela dignidade humana. E nem por isso este último deixa de ser uma exigência ética séria.

Como se percebe, a crítica que Boaventura de Sousa Santos faz à pretensão universalizante dos direitos humanos não o leva a adotar uma posição niilista e a conclamar um novo projeto de emancipação. Da mesma forma que ocorre no ensaio de Eni Orlandi, estamos diante de uma postura crítica que reconhece a insuficiência da atual configuração do discurso dos direitos humanos e, mesmo assim, envolve-se nesse projeto buscando alternativas que permitam sua reconfiguração. Enquanto Orlandi aposta na Educação em Direitos Humanos como forma de ressignificar os direitos humanos, Santos aposta na hermenêutica diatópica como forma de conceitualizá-los: em ambos os casos, estamos diante de posturas de engajamento, não de desengajamento.

Nesse momento de nossa reflexão, seria possível se levantar a objeção de que a inadequação das posturas teóricas de Eni Orlandi e Boaventura de Sousa Santos às características da escola discursiva são pouco significativas, tendo em vista a possibilidade de enquadrar esses autores em outras escolas de pensamento ou, ainda, de enquadrá-los em mais de uma escola. Aliás, é necessário mencionar que essa possibilidade é prevista por Dembour na conclusão de seu estudo quando ela afirma que “*é necessário enfatizar que é possível a existência de filiações [a escolas de pensamento] ao mesmo tempo múltiplas e ambíguas*” (p. 20), já que “*as quatro escolas identificadas acima devem ser abordadas como tipos ideais weberianos, em vez de categorias fixas que descrevem claramente e perfeitamente processos de via única*” (p. 4). Em alguns aspectos, por exemplo, tanto Orlandi quanto Santos parecem se aproximar da escola deliberativa, na medida em que defender a importância do diálogo para a conceituação ou promoção dos direitos humanos.

No entanto, esclarecemos novamente que nossa crítica não se refere à caracterização da escola discursiva feita por Dembour, mas à falta de clareza acerca do que ela compreende como “discurso”. Como dissemos, a ausência de uma definição do que se compreende por discurso pode levar a mal-entendidos, especialmente no contexto brasileiro, e, até mesmo, a um questionamento da denominação adotada pela autora para esta escola. Afinal, por que denominar essa escola de “escola discursiva” e não de “escola niilista”, já que a autora explica sua compreensão do que é “niilismo” (p. 10), mas não o faz em relação ao termo “discurso”?

Em nossa compreensão do conceito de discurso, a realidade é construída socialmente por meio do uso simbólico da linguagem (o que denominamos anteriormente “prática discursiva”) e a assunção desta compreensão não nos leva a pensar, diferentemente da postura niilista da escola discursiva, que direitos humanos (ou qualquer outra coisa que seja “falada”) consiste em “qualquer coisa” que se coloque em uma expressão linguística (cf. quadro 2), tendo em vista a existência de dispositivos históricos de enunciação (ou ainda “regimes de enunciação”) que não autorizam que qualquer coisa seja dita em qualquer contexto e a qualquer pretexto⁴⁴. Por esse motivo, retomaremos a caracterização da escola discursiva que reproduzimos aqui para indicar em que ponto nos aproximamos e nos distanciamos dela.

- **Sobre a escola como um todo** → Concordamos que os direitos humanos não são dados, mas não acreditamos que eles existem apenas porque se fala sobre eles, pois essa explicação é bastante redutora para a compreensão da emergência e da permanência de um discurso na história. Assim como a escola discursiva, não reverenciamos os direitos humanos e não acreditamos que eles são a única e duradoura resposta para todos os males do mundo, reconhecendo em seu discurso tanto um potencial de transformação quanto um potencial de reprodução das estruturas sociais.
- **Sobre as leis de direitos humanos** → As leis relativas a questões que envolvem os direitos humanos não são tão boas ou tão ruins quanto qualquer outra lei, pois reconhecer a natureza discursiva dos direitos humanos não nos impõe a negação de sua legitimidade, muito menos a impossibilidade de reconhecer os valores éticos defendidos por elas. De qualquer modo, concordamos que “*seus méritos*

⁴⁴ Sobre essa questão, conferir o conceito de “formações discursivas” de Michel Foucault (2014 [1969], p. 47 et seq.) e a releitura desse conceito feita por Michel Pêcheux (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2007 [1971]; PÊCHEUX; FUCHS, 1993 [1975]; PÊCHEUX, 2014 [1975]).

devem ser julgados em cada situação diferente” (p. 6), especialmente nos casos em que as leis relativas aos direitos humanos sejam imposições da cultura ocidental tradicional a outras culturas.

- **Sobre os fundamentos dos direitos humanos** → Justamente por não acharmos que os direitos humanos existem apenas porque se fala deles, discordamos da escola discursiva quanto à importância de se discutir os fundamentos dos direitos humanos, pois acreditamos que apenas a reflexão e a crítica constantes sobre eles nos permitirão fortalecer seu potencial transformador e combater seu potencial reprodutor. Nesse sentido, como dissemos anteriormente, compartilhamos com Bobbio (2004, p. 23) a compreensão de que não há um fundamento absoluto para os direitos humanos, sendo necessário buscar os vários fundamentos possíveis diante de cada caso concreto que se apresenta.
- **Sobre a realização dos direitos humanos** → Se a escola discursiva não vê sentido em se falar na realização de direitos humanos, por não acreditar neles, divergimos dela radicalmente no que se refere a este ponto. Nosso reconhecimento de que os direitos humanos são uma construção discursiva que é devedora, em muitos aspectos, de uma ideologia de transformação social nos impõe também o reconhecimento dos sentidos provenientes da expressão “realização de direitos humanos”, pois a noção de discurso, na forma como a compreendemos, é diretamente relacionada à noção de “atos de fala”. Um discurso é uma forma de agir no mundo e, nesse sentido, compreender o discurso dos direitos humanos é compreender de que forma ele age no mundo, o que inclui também a forma como ele promove mudanças materiais na vida das pessoas e das comunidades. Nesse ponto, embora concordemos com a escola discursiva que o discurso dos direitos humanos tem deficiências, não acreditamos que elas se devam à falta de cumprimento de suas promessas, pois isso implicaria pensar no discurso como algo que pode ou não vir a ser ação e, em nossa perspectiva, ele já é ação, e porque pensamos que a realização de mudanças materiais já é uma etapa posterior à produção e circulação do discurso. Por esse mesmo motivo, não apelamos para a construção de um novo projeto de emancipação social, pois não

acreditamos que há uma solução única, efetiva e duradoura para os males do mundo.

- **Sobre a universalidade dos direitos humanos** → Rejeitamos a ideia de que os direitos humanos sejam naturalmente universais, mas não somos completamente refratários à possibilidade de que os direitos humanos se universalizem (ainda que provisoriamente), desde que esse processo não se dê por meio da imposição do projeto ocidental de direitos humanos aos outros povos⁴⁵, mas por meio do diálogo intercultural e da necessária reconceitualização dos direitos humanos a partir das diversas culturas. Se nos aproximamos aqui da escola deliberativa, com a escola discursiva compartilhamos o sentimento de que “*a repetida invocação do consenso nesta escola [deliberativa] obscurece perigosamente as relações de poder*” (p. 9), e por isso defendemos a observância dos princípios que subjazem à hermenêutica diatópica defendida por Boaventura de Sousa Santos (2009).
- **Sobre a crença/posição geral em relação aos direitos humanos** → Como já dissemos, não nos consideramos niilistas em relação ao conceito de direito humanos. Assim como Orlandi e Santos, reconhecemos diversos problemas no conceito de direitos humanos, mas acreditamos que eles ainda são úteis para a luta pela emancipação social, o que nos impõe a necessidade de ir além das críticas e ressignificar ou reconceitualizar os direitos humanos.

2.2 Problematizando o direito à diferença

Nesta seção pretendemos refletir sobre o direito à diferença partindo de uma problematização das noções de identidade e igualdade e, em seguida, revisitando os principais pressupostos que subjazem à teorização sobre este direito na contemporaneidade.

2.2.1 Considerações introdutórias

⁴⁵ Sobre a imposição da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* ao oriente e o processo de “aceitação” global da universalidade deste documento, conferir Alves (2005, p. 22-26).

A citação abaixo nos permite introduzir a problemática da diferença no campo dos direitos humanos a partir de uma reflexão filosófica. Trata-se de um excerto do ensaio *Verdade e mentira no sentido extramoral*, escrito pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche em 1873, no início de sua carreira, para problematizar os conceitos de verdade e de mentira a partir de uma filosofia da linguagem. Vejamos o que diz o autor (NIETZSCHE, 2001, p. 11-12, grifo nosso):

Pensemos ainda uma vez, particularmente, na formação dos conceitos: toda palavra se torna imediatamente conceito, não na medida em que ela tem necessariamente de dar de algum modo a idéia da experiência original única e absolutamente singular a que deve o seu surgimento, mas quando lhe é necessário aplicar-se simultaneamente a um sem-número de casos mais ou menos semelhantes, ou seja, a casos que jamais são idênticos estritamente falando, portanto a casos totalmente diferentes. Todo conceito surge da postulação da identidade do não-idêntico. Assim como é evidente que uma folha não é nunca completamente idêntica à outra, é também bastante evidente que o conceito de folha foi formado a partir do abandono arbitrário destas características particulares e do esquecimento daquilo que diferencia um objeto de outro. O conceito faz nascer a idéia de que haveria na natureza, independentemente das folhas particulares, algo como a folha, algo como uma forma primordial, segundo a qual todas as folhas teriam sido tecidas, desenhadas, cortadas, coloridas, pregueadas, pintadas, mas por mãos tão inábeis que nenhum exemplar teria saído tão adequado ou fiel, de modo a ser uma cópia em conformidade com o original. Dizemos de um homem que ele é honesto; perguntamos a nós mesmos porque ele agiu hoje tão honestamente. Respondemos geralmente que foi por causa da sua honestidade. Honestidade! Isto significa novamente dizer que a folha é a causa das folhas. Não sabemos mesmo absolutamente nada de uma qualidade essencial chamada honestidade, no entanto conhecemos inumeráveis ações individualizadas e por conseguinte dessemelhantes, mas que postulamos como idênticas ao deixarmos de lado o que as torna diferentes; assim, designamos as ações honestas a partir das quais afinal formulamos uma *qualitas occulta* com o termo: a honestidade.

Coloquemos essa reflexão em outros termos... O mundo em sua complexidade é constituído por inúmeras entidades igualmente complexas e diferentes entre si. Ainda que muitas dessas entidades tenham muitas semelhanças entre si, é impossível reduzir integralmente qualquer uma delas a uma outra. Portanto, a formação de conceitos e a categorização dessas entidades com base nos conceitos formados são dois processos complementares de homogeneização da diversidade do mundo. No primeiro processo, observa-se uma semelhança entre duas ou mais entidades e aliena-se essa característica das próprias entidades, formando-se com ela uma terceira entidade, o conceito (a “forma primordial” ou a “qualidade essencial” mencionadas nos exemplos de Nietzsche); no segundo processo, antecede-se o conceito às entidades, de modo que as entidades passam a ser vistas como “expressões” ou “espécies” desse conceito.

Se essa reflexão parece radicalizar a “diferença” no que concerne às entidades do mundo, poderíamos deixar a filosofia de lado e recorrer à matemática para re-situarmos essa reflexão em termos menos radicais. Faremos essa passagem por meio da interpretação do seguinte excerto do texto de Nietzsche: “*todo conceito surge da postulação da identidade do não-idêntico*” (idem, p. 12). Na matemática - ou, mais especificamente, na teoria dos conjuntos, que é a base do pensamento matemático - tem-se que dois conjuntos são idênticos apenas quando os elementos que os constituem são exatamente os mesmos⁴⁶.

Por exemplo, imaginemos um conjunto hipotético “A” que é formado por todos os números pares compreendidos entre “1” e “999” e outro conjunto hipotético “B” que é formado por todos os números pares compreendidos entre “1” e “999” mais o número “1000”. Ainda que a única diferença entre esses números seja o elemento “1000” - o que corresponde, no conjunto B, a 0,2% do todo formado por 500 elementos), não se pode jamais dizer que esses conjuntos são idênticos, sendo possível afirmar apenas que “A” está contido em “B” (já que todos os elementos de “A” estão presentes no conjunto “B”).

Tomemos os mesmos conjuntos e acrescentemos ao conjunto “A” um novo elemento, o número “1001”. Nesse caso, embora os dois conjuntos possuam 499 elementos em comum, cada um deles possui um elemento que não está contido no outro conjunto. Novamente, não se pode falar na existência de uma relação de identidade entre os conjuntos, mas também não se pode falar em uma relação de continência, tendo em vista que nenhum dos conjuntos poderia ser integralmente contido no outro conjunto. O que podemos dizer, nesse caso, é que há uma interseção entre esses conjuntos, tendo em vista que há elementos que pertencem ao mesmo tempo aos dois conjuntos.

A interseção entre dois conjuntos, portanto, é a operação que delimita o que há de comum entre dois conjuntos quaisquer dados. Como podemos perceber, a interseção é uma operação que não trabalha com as diferenças entre os conjuntos, mas apenas com as semelhanças. Ela também não nos diz nada sobre o quão semelhantes ou diferentes esses conjuntos são. Ela apenas reúne as semelhanças formando aquilo que se chama “conjunto interseção”.

⁴⁶ Para o filósofo e matemático alemão Gottfried Leibniz, a identidade implicaria estarmos diante de um mesmo conjunto, postulado que foi questionado posteriormente por outros teóricos com base no princípio da identidade dos indiscerníveis. Cf. Becker e Krause (2007, p. 25 e 26).

Voltando para a reflexão filosófica, podemos observar que o processo de conceitualização que é descrito por Nietzsche como a “identificação” do que não é idêntico poderia ser melhor descrito como a “interseção” do que não é idêntico. À primeira vista, a troca dos conceitos pode parecer pouco significativa, mas acreditamos que ela traz três vantagens inter-relacionadas e substanciais para a descrição do processo de conceitualização e para a discussão sobre identidade e diferença.

- Em primeiro lugar, essa mudança nos permite abandonar a visão negativa que parece emanar da descrição de Nietzsche e afirmar que a reunião de duas entidades sob um mesmo rótulo é apenas um recorte cruzado que se estabelece entre essas entidades (como se depreende da etimologia da palavra interseção).
- Em segundo lugar, essa mudança nos permite enfatizar que enquanto um recorte, a interseção não nos diz nada sobre a totalidade das entidades em questão, mas apenas sobre a totalidade dos elementos recortados.
- Em terceiro lugar, tal mudança nos permite avaliar se a interseção pode ser utilizada para apresentar, resumir ou representar as entidades recortadas, tendo em vista que quanto mais parecidos forem as entidades entre si, mais a interseção dirá sobre elas⁴⁷.

Reunidas, essas vantagens nos permitem defender que a validade de um processo de homogeneização de diferenças não pode ser dada *a priori*, mas apenas em função dos objetivos com os quais o processo ocorreu. Para sairmos tanto da filosofia quanto da matemática, podemos enfim dizer que a “unidade” se constrói com base na redução da complexidade que subsiste na “multiplicidade”. Perceba-se que tratamos agora de identidade e interseção em termos de “unidade” e de não identidade em termos de “multiplicidade”.

E o que tudo isso tem a ver com direitos humanos? Trazendo essa reflexão para o campo dos direitos humanos, podemos afirmar que o princípio da igualdade se baseia na noção de “unidade”: embora os seres humanos serem muito diferentes entre si, a multiplicidade de seres humanos deve ser tratada da mesma forma tendo em vista que há algo que os une (seja a constituição genética, seja a condição humana). Para a construção dessa

⁴⁷ Nesse caso, sob o espírito do raciocínio matemático, poderíamos aventar uma correlação nos seguintes termos: a representatividade da interseção em relação às entidades interseccionadas varia na razão direta da percentagem de identidade entre dois conjuntos.

unidade, portanto, impõe-se a homogeneização de diferenças, pois a igualdade só pode ser construída com base na unidade. É nesse ponto que reside a questão que é colocada pelo direito à diferença: todas as diferenças são igualmente passíveis de serem homogeneizadas em um contexto de direito humanos e de afirmação do princípio da dignidade da pessoa humana? Ou haveria diferenças mais significativas no sentido do respeito à dignidade da pessoa humana de modo que desconsiderá-las a pretexto de construir a igualdade seria já um modo de promover a igualdade?

Curiosamente, na teoria matemática dos conjuntos, igualdade e identidade são termos sinônimos, o que significa que a igualdade só existe quando existe identidade entre os elementos que compõem um conjunto. No âmbito dos direitos humanos, a igualdade pressupõe a identidade entre os seres humanos? Em um primeiro momento, poderíamos afirmar categoricamente que não, tendo em vista que todos os documentos de direitos humanos escritos desde o século XVIII afirmam o princípio da igualdade entre todos os seres humanos. No entanto, um exame mais detalhado do contexto histórico que circunda esses documentos nos mostrará que a realidade não foi bem assim e que a igualdade formal preconizada pelas declarações de direitos era materialmente reservada para homens brancos metropolitanos e heterossexuais. O conceito liberal de direitos humanos e o conceito liberal de igualdade não foi cunhado, portanto, com a interseção do que era comum a todos os seres humanos, mas com a assunção de que todos os seres humanos eram iguais ao modelo de ser humano adotado por esses conceitos, um modelo abstraído do homem branco heterossexual da metrópole. Na origem, portanto, os direitos humanos pressupunham a igualdade formal dos seres humanos adotando um conceito genérico e abstrato de ser humano cunhado a partir de um tipo específico de ser humano.

Na verdade, não acreditamos na possibilidade de se construir um conceito global e definitivo (com base em um procedimento de interseção que considerasse todos os seres humanos), pois isso implicaria a adoção de uma concepção essencialista de ser humano, algo contra o qual nos insurgimos, mas acreditamos na necessidade de se repensar esse conceito por meio de aproximações sucessivas da multiplicidade. De qualquer modo, o ponto aqui defendido é o reconhecimento de que o princípio da igualdade foi construído com base em um procedimento de homogeneização dos seres humanos que não considerou todo o superconjunto de seres humanos (conjunto este aqui definido pelo critério biológico). No que

se refere aos direitos humanos, a “unidade” da multiplicidade, portanto, foi apenas a unidade de uma pequena parcela da multiplicidade⁴⁸.

Mas esse é apenas um primeiro passo da reflexão, pois ainda que se houvesse considerado todos o conjunto dos seres humanos, haveria a questão de se definir o que é que constitui o ser humano, o que se traduz na necessidade de delimitar até que ponto o natural, o social, o cultural, o político, o linguístico, o psicológico etc. são constitutivos do ser humano. É justamente nesse ponto que as tentativas de se repensar o conceito da igualdade falham, pois há elementos diferenciadores dos seres humanos que apenas se apresentam contextualmente e que só podem ser considerados nos contextos sociohistóricos nos quais ocorrem, não sendo possível utilizá-los para a tentativa de promover uma nova “unidade da multiplicidade”. Por esse motivo, não basta trabalhar e retrabalhar o conceito de “igualdade”, mas passar a considerar também o conceito de “diferença”. Portanto, em resposta à pergunta que fizemos há alguns parágrafos, dizemos que não é possível homogeneizar todas as diferenças sob risco de desconsiderar diferenças em detrimento da dignidade da pessoa humana.

2.2.2 O direito à diferença

Enquanto na modernidade, todas as discussões sobre direitos humanos se pautaram no tema da igualdade entre todos os seres humanos, independentemente de nacionalidade, sexo, idade, religião, etnia etc., na pós-modernidade parece ter havido nesse debate um deslocamento do centro de interesse, de modo que, sem se negar a igualdade, discute-se muito mais o tema da diferença entre os seres humanos (CANDAUI, 2008, p. 46). Sobre essa questão o sociólogo Antônio Flávio Pierucci (1999 apud CANDAUI, 2008, p. 46) afirma:

Somos todos iguais ou somos todos diferentes? Queremos ser iguais ou queremos ser diferentes? Houve um tempo que a resposta se abrigava segura de si no primeiro termo da disjuntiva. Já faz um quarto de século, porém, que a resposta se deslocou. A começar da segunda metade dos anos 70, passamos a nos ver envoltos numa atmosfera cultural e ideológica inteiramente nova, na qual parece generalizar-se, em ritmo acelerado e perturbador, a consciência de que nós, os humanos, somos diferentes de fato [...], mas somos também diferentes de direito.

⁴⁸ Sobre o conceito de igualdade na história dos direitos humanos, conferir Piovesan, Piovesan e Sato (1998), Bobbio (2004, passim) e Hunt (2009).

Em nossa interpretação, a emergência da “inquietação” com a diferença na segunda metade dos anos sessenta é um dos vários efeitos produzidos pelas mudanças culturais e comportamentais da década de 60 e, especialmente, pelas demandas colocadas em pauta - seja em ações políticas, seja na teorização - por movimentos sociais como o movimento feminista, o movimento negro e o movimento gay⁴⁹. Com esses movimentos⁵⁰, a partir de várias perspectivas, levantam-se questionamentos diversos que têm como centro a questão da diferença entre os seres humanos e das estruturas de opressão que subordinam e violentam grupos sociais diversos com base nessas diferenças, a despeito da defesa do princípio da igualdade entre todos os seres humanos.

No final da década de 60, portanto, o movimento feminista denuncia as estruturas sociais de opressão das mulheres e mostra como as diferenças biológicas percebidas entre mulheres e homens foram utilizadas para a produção de um sistema de dominação das mulheres pelos homens. Já o movimento negro denuncia as estruturas sociais de opressão das pessoas negras e mostra como as diferenças étnicas percebidas entre europeus e africanos foram utilizadas para a produção de um sistema de dominação dos negros pelos brancos (em cuja explicação destaca-se o conceito de racismo). Por fim, o movimento gay denuncia as estruturas sociais de opressão das pessoas heterodiscordantes (à época homogeneizadas e identificadas pelo rótulo “gay”) e mostra como as diferenças comportamentais percebidas entre heterossexuais e não heterossexuais⁵¹ foram utilizadas para a produção de um sistema de opressão dos heterodiscordantes pelos heterossexuais.

Portanto, esses movimentos buscavam mostrar que o discurso da igualdade impedia o reconhecimento de que as diferenças entre os seres humanos não eram apenas percebidas pela sociedade, mas utilizadas por ela para a produção de novas diferenças pautadas em sistemas de opressão: as desigualdades sociais. Para tanto, esses movimentos precisaram afirmar claramente suas diferenças, e isso se pautou em um processo complexo de construção de

⁴⁹ Embora saibamos da luta de mulheres lésbicas e pessoas bissexuais e transexuais na época, seria um anacronismo falarmos em movimento LGBT à época. Nesse sentido, esclarecemos que compreendemos o movimento “gay” como o movimento que se configurou no final da década de 60 ao redor de pautas construídas especialmente pelos homens homossexuais, brancos e de classe média, ainda que essas pautas não refletissem a heterogeneidade dos militantes que por elas lutavam à época.

⁵⁰ A emergência das discussões sobre a diferença e o direito à diferença não se resumem a estes movimentos, mas limitamos nossa discussão a esses três movimentos por serem eles os mais significativos para a compreensão das campanhas que analisamos nesta dissertação.

⁵¹ Na época, as pessoas transexuais heterossexuais eram tomadas (e muitas vezes se viam) como pessoas cissexuais homossexuais).

identidades a partir das diferenças. Nesse momento, cada um desses movimentos buscou instaurar a unidade em meio a multiplicidade de seus agente e estabelecer quem era o sujeito pelo qual eles lutavam. Construiu-se, portanto, a identidade da mulher, a identidade do negro, a identidade do gay. Perceba-se que a afirmação da diferença exigiu, contrariamente, a afirmação da igualdade, o que se deu em termos de identidade. Em uma perspectiva psicológica, a construção das identidades foi concomitante à reconstrução das subjetividades, de modo que a luta dos movimentos sociais permitiu a emergência, ao mesmo tempo, de novos sujeitos e de novas identidades: tratava-se não apenas de se afirmar mulher/negro/gay, mas de se constituir mulher/negro/gay.

Este é o contexto histórico que possibilita a emergência do “direito à diferença”, visto como um complemento tanto ao princípio da igualdade de direitos quanto ao direito à igualdade. Embora Orlandi advirta que “*o sentido de ‘diferença’ no enunciado ‘todos têm direito à diferença’ pode variar muito de uma pessoa para outra, de uma situação para outra*” (p. 298), acreditamos que uma determinada compreensão do conceito de “direito à diferença” vem se impondo. Sendo assim, o direito à diferença não deveria ser entendido como o “*direito de ser diferente*”, o que poderia levar à visão de um sujeito que racionalmente escolhe ser, mas apenas como “*o direito de ser, sendo diferente*” (PIERUCCI, 1999, p. 7 apud CANDAU, 2008, p. 47), o que supõe um sujeito que, já sendo o que é, tenha o direito de continuar a sê-lo exatamente da forma que o é

Nesse momento vale retomar a citação de Pierucci com a qual iniciamos essa seção para esclarecer que embora ela dê a entender que a emergência da questão da diferença na década de 70 levava a uma escolha entre igualdade e diferença, na verdade o que houve foi apenas uma mudança de ênfase, como bem enfatiza a pedagoga Vera Candau: “*não se trata de afirmar um polo e negar o outro, mas de articulá-los de tal modo que um nos remeta ao outro*” (CANDAU, 2008, p. 47). Nesse caso, podemos dizer que não se trata mais de se afirmar a igualdade, como antes da década de 70, nem de se afirmar a diferença, como durante a década de 70, mas de se afirmar a igualdade na diferença. Essa perspectiva é sintetizada magistralmente por Boaventura de Sousa Santos quando ele afirma que “*temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza*” (SANTOS, 2010, p. 462). Refletindo sobre uma tentativa de reconstrução

dos direitos humanos a partir de um paradigma intercultural, o mesmo autor afirma o seguinte:

[...] todas as culturas tendem a distribuir as pessoas e os grupos sociais entre dois princípios competitivos de pertença hierárquica. Um - o princípio da igualdade - opera através de hierarquias entre unidades homogêneas (a hierarquia entre estratos socio-econômicos). O outro - o princípio da diferença - opera através da hierarquia entre identidades e diferenças consideradas únicas (a hierarquia entre etnias ou raças, entre sexos, entre religiões, entre orientações sexuais). Os dois princípios não se sobrepõem necessariamente e, por esse motivo, nem todas as igualdades são idênticas e nem todas as diferenças são desiguais. Daí que uma política emancipatória de direitos humanos deva saber distinguir entre a luta pela igualdade e a luta pelo reconhecimento igualitário das diferenças, a fim de poder travar ambas as lutas eficazmente (SANTOS, 2010, p. 447).

Percebe-se, portanto, que a questão das relações entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença é tomada como condição necessária para a ressignificação contra-hegemônica do conceito de direitos humanos. No campo da política, as discussões relativas à problemática da igualdade na diferença deram origem às políticas da identidade e da diferença, que buscam atender às demandas sociais que advêm de grupos específicos da sociedade (grupos cuja identidade entre si e diferença com o resto da sociedade lhes confere uma necessidade específica em relação ao todo). Nesse contexto, são muitas as demandas que surgem, conforme as necessidades de cada grupo, mas algumas são comuns a todos os grupos: maior participação na política, justiça social, garantia de construção de uma sociedade diversificada e, especialmente, a apreciação, o reconhecimento, a aceitação e o respeito de suas identidades pelo corpo social (PNUD, 2004, p. 1, 22 apud CANDAU, 2008, p. 46).

Como já dissemos na introdução desta dissertação, as campanhas escolhidas para análise são campanhas que de alguma forma estão relacionadas à problemática da diferença. A campanha *#partocomrespeito* (2015) aborda a violência obstétrica, uma modalidade da violência de gênero que atinge mulheres parturientes, seus fetos e suas famílias. A campanha *Ah, branco, dá um tempo* (2015) aborda a violência racial no contexto institucional da universidade pública, modalidade de violência que atinge os indivíduos em função de sua raça ou etnia e, no caso analisado, atinge pessoas negras de raça/etnia negra. A campanha *Sexualidade e ignorância* (2015) aborda a LGBTfobia, modalidade de violência que atinge as pessoas heterodiscordantes de maneiras diversas conforme sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Ao virem a público expor as violências sofridas por seus atores, todas essas três campanhas demarcam a diferença como lócus enunciativo por meio da denúncia da opressão que vitima os diferentes e gera desigualdade social. Entendendo-se que denunciar e demandar são dois modos de funcionamento dessas campanhas inexoravelmente interligados, importa perguntar: o que essas campanhas demandam? A resposta já foi dada acima: o fim da desigualdades sociais e a apreciação, o reconhecimento, a aceitação e o respeito de suas identidades e de suas subjetividades, cunhadas na luta contra a opressão que os atingem em função de sua diferença. Para compreendemos melhor essa questão, passemos à apresentação das campanhas.

2.3 Apresentando as campanhas

Conforme já vimos na introdução deste trabalho, são três as campanhas que compõem nosso *corpus*: *#partocomrespeito* (2015), *Ah, branco, dá um tempo* (2015), *Sexualidade e ignorância* (2015). Vejamos sucintamente em que consiste cada uma delas.

2.3.1 Campanha 1: *#partocomrespeito* (2015)



Figura 3 - Exemplo de retrato fotográfico utilizado na campanha *#partocomrespeito*. Nesta imagem, que não compõe nosso *corpus* de análise⁵², vemos a atriz brasileira Grazielli Massafra, filha de uma vítima de violência obstétrica. Fonte: Revista Época⁵³.

⁵² No decorrer desta seção, escolhemos apresentar as campanhas com exemplos de fotografias que não compõem nosso *corpus*, mas que são bastante representativas do tipo de retrato encontrado nas campanhas.

⁵³ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/epoca/photos/a.10153031171891430.1073741829.145800826429/10153031178341430>>. Acesso em: 25 set. 2015.

A campanha #partocomrespeito foi organizada em 2015 pela revista *Época* como uma ação de conscientização da população quanto ao problema da violência obstétrica⁵⁴. Ela deriva de uma reportagem homônima escrita pela jornalista Thais Lazzeri e publicada no número 895 da revista, na qual se apresenta o debate sobre a violação dos direitos das parturientes e suas famílias. Na reportagem, algumas vítimas relatam suas experiências de violência obstétrica expondo as situações de desrespeito, assédio moral e físico, abuso e negligência pelas quais elas passaram. Compõem também a reportagem, fotografias de algumas dessas vítimas segurando cartazes que reproduzem trechos desses relatos (LAZZERI, 2015).

Paralelamente à publicação da reportagem, ocorreu o lançamento da campanha nas redes sociais, convidando todos aqueles que desejassem “abraçar a causa” a escrever mensagens em cartazes, tirar fotografias segurando seus cartazes e compartilhá-las nas redes sociais com a *hashtag* #partocomrespeito (ver exemplo na Figura 3). Em uma pesquisa realizada no buscador do Google, encontramos 5560 páginas contendo a *hashtag* #partocomrespeito, das quais certamente mais da metade está diretamente relacionada à campanha empreendida pela revista *Época*, como sugerem os resultados obtidos quando pesquisamos a *hashtag* acompanhada do termo “campanha” (3010 resultados) ou do termo “*Época*” (2930 resultados), conforme vemos na tabela 1.

Termos pesquisados	Número de resultados
#partocomrespeito	5560
#partocomrespeito + campanha	3010
#partocomrespeito + <i>Época</i>	2930

Tabela 1 - Popularidade da campanha #partocomrespeito de acordo com o número de páginas contendo os termos pesquisados no buscador Google em 25 de setembro de 2015. Fonte: elaborado pelo autor.

Embora não tenhamos observado em que contextos sociais a campanha circulou, parece-nos que houve uma relativa popularização da *hashtag* #partocomrespeito no espaço virtual. Apesar disso, uma pesquisa realizada nas redes sociais Twitter⁵⁵ e Facebook⁵⁶, bem

⁵⁴ A expressão “violência obstétrica” não é um termo de uso consolidado entre os especialistas no tema. A pesquisadora Janaína Marques Aguiar, por exemplo, fala de “violência institucional em maternidades” (2009).

⁵⁵ Disponível em: <<https://twitter.com/hashtag/partocomrespeito?f=images&vertical=default>>. Acesso em: 25 set. 2015.

⁵⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/hashtag/partocomrespeito>>. Acesso em: 25 set. 2015.

como nas ferramentas de análise de dados em redes sociais⁵⁷ Topsy⁵⁸, Iconosquare⁵⁹ e #tagboard⁶⁰, indica ser praticamente nulo⁶¹ o número de fotografias postadas junto à *hashtag* #partocomrespeito que contenham retratos de pessoas segurando cartazes com mensagens sobre a temática, o que sugere pouca adesão de internautas à campanha e, conseqüentemente, seu baixo impacto na sociedade⁶².

Não nos interessa aqui, no entanto, aferir o impacto da campanha na sociedade, mas refletir sobre os aspectos discursivos de sua emergência e circulação no espaço virtual da Internet. Sendo assim, selecionamos para análise algumas das fotografias que participam desta campanha, recorrendo ao álbum criado pelos seus organizadores na página oficial da revista Época no Facebook⁶³, tendo em vista que no site da revista as fotografias não estão reunidas em uma única página. A escolha desta rede social em específico assenta no fato de que ela é a mais utilizada no Brasil, conforme pesquisa realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (BRASIL, 2014)⁶⁴,

O álbum contém vinte e quatro (24) fotografias produzidas pela equipe da revista Época, nas quais encontramos vítimas e outras pessoas que abraçaram a causa segurando cartazes com mensagens de apoio à campanha ou relatos de violência obstétrica. Foram selecionadas as cinco primeiras fotografias publicadas neste álbum, que podem ser visualizadas no anexo A desta dissertação. Quatro delas já estavam presentes na matéria

⁵⁷ Essas ferramentas permitem o monitoramento de redes sociais por meio de recursos diversos que incluem, também, a identificação e o acompanhamento das postagens que se utilizam de uma mesma *hashtag*. Essas ferramentas não têm um caráter científico e, por isso mesmo, seu uso em nosso trabalho não busca construir dados precisos sobre as campanhas em estudo, mas apenas possibilitar uma comparação aproximativa do nível de adesão dos internautas a cada campanha em particular.

⁵⁸ Disponível em:

<<http://topsy.com/s?q=%23partocomrespeito&window=a&type=image&sort=-date&offset=24>>. Acesso em: 25 set. 2015.

⁵⁹ Disponível em: <<http://iconosquare.com/tag/partocomrespeito>>. Acesso em: 25 set. 2015.

⁶⁰ Disponível em: <<https://tagboard.com/partocomrespeito/search>>. Acesso em: 25 set. 2015.

⁶¹ A maioria das poucas exceções foi encontrada na rede social Instagram, no perfil de uma clínica que oferece serviços obstétricos para pessoas grávidas. Nessas fotografias, todos os cartazes contém a seguinte mensagem “#partocomrespeito // Eu e meu bebê fomos respeitados” acompanhada da logomarca da clínica, o que indica uma apropriação mercadológica da campanha e, conseqüentemente, o esvaziamento de sua força social.

⁶² O site da revista Época, no entanto, publicou algumas fotografias enviadas diretamente à equipe de redação da revista. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/fotos/2015/08/parto-com-respeito.html>>. Acesso em: 25 set. 2015.

⁶³ Em 25 de setembro de 2015, o álbum recebera 30.090 curtidas dos internautas (sem contar as curtidas recebidas por cada foto separadamente), tendo sido compartilhado 115.551 vezes. Disponível em: <<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10153031171891430.1073741829.145800826429>>. Acesso em: 25 set. 2015.

⁶⁴ Segundo a pesquisa, 83% dos internautas utilizam o Facebook, enquanto apenas 58% utilizam o Whatsapp, segunda rede social mais utilizada (BRASIL, 2014, p. 62).

impressa intitulada “Parto com Respeito” e contém retratos e relatos das vítimas entrevistadas por Thais Lazzeri. A quinta fotografia é de uma apoiadora da causa, a jornalista e apresentadora de televisão Astrid Fontenelle.

2.3.2 Campanha 2: *Ah, branco, dá um tempo* (2015)



Figura 4 - Logomarca da campanha *Ah, branco, dá um tempo*. Fonte: página oficial da campanha no Facebook⁶⁵

A campanha *Ah, branco, dá um tempo* foi organizada por Lorena Monique dos Santos, estudante do curso de Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB), em decorrência de um trabalho acadêmico feito por ela para a disciplina Antropologia Visual. Inspirada em uma campanha similar organizada por estudantes da universidade de Harvard, intitulada “*I, too, am Harvard*”⁶⁶, Lorena convidou estudantes negros e negras da UnB para tirar fotografias compartilhando as frases racistas mais ouvidas por eles e elas na universidade. Tiradas em novembro de 2014, durante a Semana da Consciência Negra, essas fotografias foram reunidas em um ensaio fotográfico apresentado como trabalho final da disciplina (ver exemplo abaixo).

⁶⁵ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ahbrancodaumtempo/photos/a.939898736060965.1073741829.929849907065848/1023776981006473/?type=3>>. Acesso em: 25 set. 2015.

⁶⁶ A campanha pode ser visualizada no seguinte endereço: <<http://itooamharvard.tumblr.com/>>. Acesso em: 26 set. 2015.



Figura 5 - Exemplo de retrato fotográfico utilizado na campanha *Ah, branco, dá um tempo*. Essa imagem não compõe nosso *corpus* de análise. Fonte: página oficial da campanha no Tumblr⁶⁷.

Posteriormente, em março de 2015, o ensaio foi divulgado *online* após a criação de um Tumblr homônimo ao projeto⁶⁸, com o objetivo de ‘sensibilizar’, ‘causar reflexões’ e ‘promover o diálogo’, conforme palavras de sua autora⁶⁹. A repercussão do projeto foi considerada satisfatória pelos administradores do Tumblr⁷⁰, inspirando-os a transformá-lo em uma campanha contra o racismo, o que se deu através da criação de uma chamada nacional para que vítimas de racismo tirassem fotografias compartilhando frases racistas que lhe foram

⁶⁷ Disponível em: <<http://ahbrancodaumtempo.tumblr.com/post/113962870341>>. Acesso em: 26 set. 2015.

⁶⁸ Disponível em: <<http://ahbrancodaumtempo.tumblr.com/>>. Acesso em: 26 set. 2015.

⁶⁹ Disponível em: <<http://ahbrancodaumtempo.tumblr.com/post/114367909491/>>. Acesso em: 26 set. 2015.

⁷⁰ Segundo os organizadores, antes da organização da campanha, o Tumblr já contava com mais de 10.000 visualizações e mais de 2.000 compartilhamentos. Além disso, ele inspirara iniciativas similares na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), tendo sido discutido em uma postagem do The Huffington Post, o *blog* mais visitado do mundo (conforme dados do *eBizMBA Rank*). Conferir em: <<https://www.facebook.com/events/1436105836689807>>; <<https://ahbrancodaumtempouel.tumblr.com/>>; <<http://ahbrancodaumtempoujf.tumblr.com/>>; <http://www.huffingtonpost.com/2015/04/10/brazil-racism-universities_n_7035450.html>; <<http://www.ebizmba.com/articles/blogs>>. Acesso em: 26 set. 2015.

endereçadas e postassem nas redes sociais junto à *hashtag* #ahbrancodaumtempo no dia 13 de maio de 2015, quando se comemoraria o dia da Abolição da Escravatura⁷¹.

Em uma pesquisa realizada no buscador do Google, encontramos 1820 páginas contendo a *hashtag* #ahbrancodaumtempo e 1370 páginas contendo a *hashtag* acompanhada da palavra “campanha” (ver tabela 2). Já uma pesquisa realizada nas redes sociais Twitter⁷² e Facebook⁷³, bem como nas ferramentas de análise de dados em redes sociais Topsy⁷⁴, Iconosquare⁷⁵ e #tagboard⁷⁶, indica haver uma pequena, mas significativa, quantidade de postagens que contêm fotografias de vítimas com frases de racismo, sugerindo uma adesão relativa dos internautas à esta campanha. Essa pesquisa indica também que a *hashtag* continua a ser utilizada nas redes sociais, tendo transcendido o momento inicial da campanha, ocorrido no dia 13 de maio de 2015⁷⁷.

Termos pesquisados	Número de resultados
#ahbrancodaumtempo	1820
#ahbrancodaumtempo + campanha	1370

Tabela 2 - Popularidade da campanha *Ah, branco, dá um tempo* de acordo com o número de páginas contendo os termos pesquisados no buscador Google em 26 de setembro de 2015. Fonte: elaborado pelo autor.

Para análise, selecionamos as cinco primeiras fotografias postadas no Tumblr do projeto, todas elas advindas do ensaio fotográfico produzido por Lorena como trabalho final da disciplina Antropologia Visual (conferir no anexo A). Vale a pena acrescentar que a

⁷¹ Segundo os organizadores da campanha: “*achamos que a data do 13 de maio é significativa, principalmente para lembrar que a "escravidão" não acabou em 13 de maio de 1888*”. Conferir em: <<https://www.facebook.com/events/1436105836689807>>. Acesso em: 26 set. 2015.

⁷² Disponível em: <<https://twitter.com/hashtag/ahbrancodaumtempo?f=images&vertical=default>>. Acesso em: 26 set. 2015.

⁷³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/hashtag/ahbrancodaumtempo?fref=ts>>. Acesso em: 26 set. 2015.

⁷⁴ Disponível em: <<http://topsy.com/s?q=%23ahbrancodaumtempo&window=a&type=image&offset=24>>.

Acesso em: 26 set. 2015.

⁷⁵ Disponível em: <<http://iconosquare.com/tag/ahbrancodaumtempo/search>>. Acesso em: 26 set. 2015.

⁷⁶ Disponível em: <<https://tagboard.com/ahbrancodaumtempo/search>>. Acesso em: 26 set. 2015.

⁷⁷ Sobre a repercussão da campanha, o seguinte site pode ser consultado: <<http://www.afroatividade.com.br/repercussao>>. Acesso em: 26 set. 2015. Também podem ser visualizadas as reportagens, produzidas, respectivamente, pela TV Brasil, pela TVE Juiz de Fora e pelo SBT Brasília: <www.youtube.com/watch?v=wTbR2o2iCEA#t=29>; <www.youtube.com/watch?v=WFRWalUpVS0> e <www.youtube.com/watch?v=hNTpzexuHGY>. Acesso em: 26 set. 2015.

campanha deu origem a um documentário sobre a situação de estudantes negros e negras nas universidades brasileiros, cujo lançamento online ocorreu no dia 01 de outubro de 2015⁷⁸.

2.3.3 Campanha 3: *Sexualidade e ignorância* (2015)

A campanha *Sexualidade e ignorância* foi criada por estudantes do curso de Jornalismo da Universidade de São Paulo que integram a empresa júnior Jornalismo Júnior⁷⁹. Incomodados com as manifestações de ódio direcionadas a pessoas LGBT durante as comemorações da legalização do casamento entre pessoas do mesmo gênero nos EUA, e inspirados nas campanhas *I, too, am Harvard* e *Ah, branco, dá um tempo*, já mencionadas anteriormente, e no ensaio fotográfico *Já te ouvi dizer*⁸⁰, esses estudantes decidiram denunciar a LGBTfobia que se expressa na linguagem, convidando transeuntes da cidade de São Paulo a compartilhar enunciados LGBTfóbicos que já lhes tenham sido endereçados (ver exemplo na figura 4).



⁷⁸ Mais informações em: <<https://www.facebook.com/events/660816994055573/>>. Acesso em: 26 set. 2015.

⁷⁹ Mais informações em: <<http://jornalismojunior.com.br/>>. Acesso em: 27 set. 2015.

⁸⁰ Mais informações em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/06/01/homofobia-blumenau_n_7485200.html> e <<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1603774026529273.1073741830.1597428397163836&type=3>>. Acesso em: 28 set. 2015.

Figura 6 - Exemplo de retrato fotográfico utilizado na campanha *Sexualidade e Ignorância*. Essa imagem não compõe nosso *corpus* de análise. Fonte: página oficial do Jornalismo Júnior⁸¹.

Embora a equipe da empresa Jornalismo Júnior não apresente o ensaio/projeto fotográfico “Sexualidade e Ignorância” como uma campanha, acreditamos que se trata, efetivamente, de uma campanha, tendo em vista seu comprometimento com o combate à LGBTfobia, que se expressa na denúncia deste tipo de violação dos direitos sexuais de pessoas que experienciam seu gênero e sua sexualidade de maneira não heteronormativa. Nossa compreensão se respalda ainda no fato de que o ensaio se inspira, como já dissemos, em algumas campanhas que trabalham também com fotografias de vítimas de algum tipo de discriminação, apresentando funcionamento similar ao delas.

Em uma pesquisa realizada no buscador do Google, encontramos 7250 páginas contendo o sintagma “Sexualidade e Ignorância”⁸², das quais certamente mais da metade está diretamente relacionada à campanha empreendida pelo Jornalismo Júnior, como sugerem os resultados obtidos quando pesquisamos o sintagma acompanhado dos termos “campanha” (5570 resultados), ou “projeto” (4640 resultados), ou “estudantes” (3530 resultados) ou, ainda, “ensaio” (2940 resultados), conforme vemos na tabela 3.

Também se observa, na tabela 3, a existência de mais páginas contendo o sintagma “sexualidade e ignorância” junto ao termo “campanha” do que junto aos termos “projeto” ou “ensaio”. A maneira como este ensaio fotográfico foi recebido pelos internautas, portanto, parece corroborar nossa leitura de que ele funciona como uma campanha no espaço virtual. No entanto, é importante mencionar que, diferentemente das outras duas campanhas que apresentamos, esta não prevê a participação dos internautas através da produção e envio de fotografias, o que é um elemento importante para a reflexão sobre o engajamento dos internautas, como veremos adiante. Para nossa análise, foram selecionadas as cinco primeiras fotografias publicadas na página do Jornalismo Júnior.

Termos pesquisados	Número de resultados
--------------------	----------------------

⁸¹ Disponível em: <<http://galeria.jornalismojunior.com.br/sexualidade-e-ignorancia/>>. Acesso em: 29 set. 2015.

⁸² A utilização de um sintagma (expressão exata) em um buscador como o Google, certamente retornará mais falsos resultados do que se fosse utilizada uma *hashtag*. No entanto, como esta campanha não criou uma *hashtag* que facilitasse sua indexação no espaço virtual, e tendo em vista que nossa busca não objetiva apresentar dados quantitativos precisos, mas apenas uma noção da repercussão das campanhas no espaço virtual, justifica-se a utilização do sintagma em nossa pesquisa.

“sexualidade e ignorância”	7260
“sexualidade e ignorância” + “campanha”	5570
“sexualidade e ignorância” + “projeto”	4640
“sexualidade e ignorância” + “estudantes”	3530
“sexualidade e ignorância” + “ensaio”	2940

Tabela 3 - Popularidade da campanha *Sexualidade e Ignorância* de acordo com o número de páginas contendo os termos pesquisados no buscador Google em 29 de setembro de 2015. Fonte: elaborado pelo autor.

2.4 Situando práticas: movimentos sociais, ativismo, ciberativismo e repertórios

Conforme dissemos na introdução desta dissertação, diversos atores sociais estão envolvidos no enfrentamento dos quatro desafios relativos aos direitos humanos na contemporaneidade (fundamentação, positivação, promoção e efetivação). Entre esses atores, destaca-se a atuação de militantes e ativistas sociais⁸³, quer sejam eles vinculados a movimentos sociais ou a instituições de ativismo social (como ONGs), quer sejam eles participantes ocasionais e relativamente autônomos nestas práticas sociais.

A militância e o ativismo vêm contribuindo para a **fundamentação** dos direitos humanos por meio da teorização que se constrói na própria vivência social e política que caracteriza essas práticas sociais. Suas contribuições para a **positivação** dos direitos humanos decorrem de seu envolvimento nos processos e procedimentos do poder legislativo (participação de militantes na política tradicional, exercício de pressão política para a aprovação de leis, elaboração de projetos de lei de iniciativa popular etc.). O enfrentamento do desafio da **promoção** dos direitos humanos se dá com as ações de conscientização sobre as questões relativas a direitos humanos e também com as ações de publicização e denúncia das violações de direitos humanos. A **efetivação** dos direitos humanos é realizada por militantes e

⁸³ Embora conheçamos a distinção preconizada por muitos coletivos sociais, especialmente os de orientação anarquista, entre a militância e o ativismo, não trabalharemos aqui com essa distinção, entendendo ambas as expressões como o envolvimento de sujeitos na luta por causas de natureza social e política e a prática que deriva deste envolvimento, mas optando por utilizar o termo “ativismo” para acentuar o caráter “acional” da prática e afastar a conotação “militar” presente no termo “militância”. Essa opção se deve ao fato de que as possíveis diferenças entre a “militância” e o “ativismo” parecem não ser pertinentes à compreensão do modo como essas campanhas emergem no espaço virtual e buscam legitimar-se como instrumentos de demanda de direitos, que é nosso objetivo nesta pesquisa. Nesse aspecto, vale mencionar que os termos ciber militância e ciberativismo são utilizados indistintamente na literatura especializada, como pode ser conferido em Moraes (2001). Sobre nossa compreensão do conceito de política, pertinente para nossa compreensão do conceito de militância/ativismo, conferir a seção 3.3.2.

ativistas na medida em que eles promovem a concretização de determinados direitos⁸⁴ (por exemplo, fornecendo assistência médica a determinado grupo social) ou intervêm em determinada situação para impedir concretamente a violação de um direito humano. O trabalho em todas essas quatro esferas de ação é inter-relacionado, de modo que uma ação realizada por militantes ou ativistas geralmente pode ser enquadrada em mais de uma dessas esferas.

Como se depreende dos exemplos acima, o ativismo social busca intervir na realidade política de uma sociedade e, no que se refere especificamente ao desafio da promoção dos direitos humanos, buscar interferir no espaço público por meio da “*redefinição de papéis, normas, identidades (individuais e coletivas)[,] conteúdos e modos de produção e interpretação de discursos existentes*” (PEREIRA, 2011, p. 2-3) etc., como já dissemos na introdução deste trabalho. Observa-se, portanto, que o principal interlocutor das ações de promoção dos direitos humanos realizadas por ativistas não são o Estado, mas a sociedade civil, sendo o Estado uma espécie de “destinatário segundo⁸⁵”, na medida em que qualquer mudança na constituição da sociedade civil tende a se refletir *a posteriori* no Estado.

Tradicionalmente os estudos acerca do “ativismo” têm sido feitos com base nas teorias dos movimentos sociais. Sendo assim, é comum encontrarmos uma sinonímia entre as expressões “ativismo” e “movimentos sociais” na literatura especializada. No entanto, sem ousarmos nos posicionar quanto a essa questão na tradição dos estudos sociológicos, parece-nos que tal equiparação é inadequada na contemporaneidade, pois entendemos que o ativismo vem se exercendo de uma forma muito mais complexa e ampla do que poderia ser explicado por meio de sua redução aos movimentos sociais. Por exemplo, com a emergência, consolidação e valorização política dos espaços virtuais, o ativismo relacionado à promoção dos direitos humanos, exercido na modalidade denominada ciberativismo, tem se tornado uma prática cada vez mais individualizada, no sentido de que ele não requer uma relativamente prévia organização coletiva de diferentes sujeitos para acontecer. Invertendo essa lógica, o ciberativismo se configura como uma atividade que se exerce individualmente de início e apenas posteriormente se coletiviza, de forma difusa, por meio da construção de redes de “*indignação e esperança*”, para tomarmos a metáfora de Castells (2013).

⁸⁴ Sobre essa questão, Lindgren Alves (2005) acredita que a realização de direitos humanos por agentes de fora do poder público os converte em “não direitos”.

⁸⁵ Preferimos falar em “segundo”, para enfatizar apenas o aspecto sequencial dos destinatários, a falar em “secundário”, o que aludiria também a uma noção hierárquica e axiológica de destinatários.

Vejamos essa questão em função das três campanhas selecionadas para análise em nossa pesquisa (e também de outras CFVRA). Defendemos que elas constituem uma forma de se exercer o ativismo no espaço virtual porque entendemos que essas campanhas buscam promover mudanças na esfera social por meio do duplo funcionamento discursivo (denunciativo/reivindicativo) ao qual já aludimos: a denúncia das discriminações e violências sofridas por seus protagonistas e a defesa do direito à diferença. No entanto, não nos parece que podemos relacionar nenhuma dessas campanhas a movimentos sociais em função da dispersão ou pouca articulação entre os atores sociais que as produziram e as fazem circular na Internet. Nos três casos em questão, houve a reunião de diferentes “vítimas” de violações de direitos humanos para a produção das fotografias, sem que houvesse entre essas pessoas uma prévia organização militante em torno das pautas relativas às campanhas⁸⁶. No caso da segunda e da terceira campanhas, não há dados sobre o pertencimento dos sujeitos das fotografias a movimentos sociais, mas ainda que isso aconteça, não são os movimentos que assumem a autoria ou, sequer, a responsabilidade pela produção das fotos⁸⁷. Quanto à circulação das fotos, que é um importante mecanismo de concretização dos objetivos das campanhas, sem o qual as campanhas sequer poderiam ser vistas como tais, pode-se dizer que ela se deve à adesão espontânea e circunstancial de internautas livres, o que se expressa no gesto de compartilhar as fotografias nas redes sociais.

Nossa posição não deixa de ser polêmica e, por isso, merece ser confrontada com alguns estudos clássicos sobre o fenômeno dos movimentos sociais. Em seu longo estudo sobre a mudança social, o sociólogo polonês Piotr Sztompka (1998) enfatiza que “*vários são os agentes produtores de mudança social*” (p. 463), “*desde as multidões difusas e distúrbios espontâneos, passando pelos movimentos sociais, até os grupos de interesse, lobbies e partidos políticos [...]*” (p. 464-465) etc. Ao defender que movimentos sociais como “*coletivos fracamente organizados que atuam de maneira não-institucionalizada para produzir alguma mudança na sociedade*”, o autor compara sua definição com algumas caracterizações clássicas e contemporâneas que apresentam definições mais ou menos abrangentes desse fenômeno. Entre elas, destacamos a caracterização dada pelo sociólogo

⁸⁶ Destaca Mann (1990b, p. 169) que “*todo o movimento social supõe uma mobilização prévia dos actores que o compõem*”.

⁸⁷ Em todas as outras campanhas presentes no quadro 1, não há qualquer vínculo prévio entre os participantes das campanhas, tendo em vista que eles enviam livremente suas contribuições fotográficas para as páginas oficiais das campanhas sem a necessidade, sequer, de se apresentarem publicamente.

germânico-estadunidense Rudolph Heberle: “*tipos específicos de grupos associados para a ação; duram mais e são mais integrados que as turbas, massas e multidões e menos organizados do que os clubes políticos e outras associações*” (HEBERLE apud SZTOMPKA, 1998, p. 466).

Depreendemos dessas citações três elementos importantes para a caracterização dos movimentos sociais: a coletividade dos indivíduos, a duração desse coletivo e o seu grau de organização formal. Não basta ser um coletivo para ser um movimento social, pois é necessário que esse coletivo dure algum tempo e tenha certa organização formal; mas essa organização formal não pode chegar ao ponto de uma institucionalização, o que desconfiguraria o grupo como um movimento social. No caso das campanhas em análise, na esfera da produção, parece-nos que a coletividade de seus membros dura apenas o tempo necessário para construir as campanhas, com praticamente nenhuma organização “formal”. Na esfera da circulação, é questionável a configuração de uma coletividade, na medida em que as fotografias costumam circular pelos caminhos fluidos e difusos de redes sociais já constituídas previamente em torno de outros agregadores sociais (amizade, família, trabalho etc.) que não sejam a “causa em comum”. O “coletivo” que se estabelece entre os internautas que compartilham as campanhas nas redes sociais, portanto, é um coletivo disperso, informal, cuja coletividade não se deve a nenhum tipo significativo de integração, mas apenas à coincidência de ações individuais.

Nesse momento, portanto, parece-nos que a compreensão das campanhas em estudo enquanto formas de ciberativismo têm mais a ganhar se forem entendidas sob as teorias da ação coletiva do que sob as teorias dos movimentos sociais⁸⁸, pois enquanto aquelas focam na ação propriamente dita⁸⁹, estas focam na organização que possibilita as ações, conforme explica a socióloga e politicóloga brasileira Maria da Glória Gohn (2014b). Torna-se útil

⁸⁸ Embora possamos pensar nos movimentos sociais como uma espécie do gênero ação coletiva, acreditamos que as teorias dos movimentos sociais possuem particularidades que as tornam relativamente autônomas em relação às teorias da ação coletiva, o que nos leva a apresentar esses dois grupos de teorias como grupos diferentes. Mas isso não deve obscurecer o reconhecimento de que, em muitos casos, há sobreposição dos dois grupos, o que se explica, evidentemente, pela natureza dos seus objetos de estudo. Sobre as teorias dos movimentos sociais, conferir Gohn (2014a e 2014b); sobre as teorias da ação coletiva, conferir Melo Júnior (2007).

⁸⁹ Certamente esta é uma simplificação do conceito e da teorização sobre a ação coletiva, pois esta, entendida como uma modalidade da ação social, não pode ser vista como mera junção de ações individuais, sendo portanto pertinente a caracterização do “coletivo” que realiza a ação coletiva (MANN, 1990a, p. 10-11). Do mesmo modo, temos uma simplificação do conceito e dos estudos sobre os movimentos sociais, que se interessam profundamente pelas práticas que constituem os movimentos. A chave para o entendimento de nossa afirmação, portanto, é a palavra “focam”.

relembrar aqui a distinção entre “eventos de protesto” e “organizações de protesto”, estabelecida pelo sociólogo e politicólogo estadunidense Sidney Tarrow (1982 apud GOHN, 2014b, p. 246), sendo aqueles as ações coletivas que se realizam em prol de uma causa, não necessariamente vinculadas aos movimentos sociais, e sendo estes as formas de organização daqueles. Vale lembrar ainda que a prática do ativismo é uma das características marcantes de instituições de ativismo social, como as ONGs, que tradicionalmente não se enquadram no conceito de “movimentos sociais” devido a sua institucionalização.

Assim, enfatizamos nossa compreensão de que o ativismo é uma prática social caracterizada pelo envolvimento na discussão, posicionamento e militância em favor de determinadas causas sociais e exercida por atores sociais diversos de forma individual ou coletiva, dentro e fora de organizações (como movimentos sociais) ou instituições (como ONGs). Essa compreensão, no entanto, não pode nos levar a ignorar as significativas contribuições dos estudos sobre movimentos sociais para a caracterização da prática social do ativismo. Dentre as diversas tendências de abordagem dos movimentos sociais, parece-nos que o paradigma dos “novos movimentos sociais” é aquele que mais contribuições têm a dar, em virtude da centralidade que ele confere às ações coletivas e à identidades coletivas.

Antes de tudo, destacamos que esse paradigma não se refere propriamente ao estudo de “novos” movimentos sociais, mas ao estudo de novas configurações em alguns movimentos sociais já existentes em virtude de mudanças mais amplas nas configurações da própria sociedade (GOHN, 2014b, p. 125). Nesse sentido, um importante teórico como Manuel Castells (2003, p. 116) afirma que “*a distinção entre movimentos sociais velhos e novos é em grande parte enganosa*” e destaca que movimentos “velhos”, como o movimento operário, também se reconfiguraram na segunda metade do século XXI, consoante o fato de que a mobilização política na Era da Informação se dá em torno de valores culturais (idem).

Ainda assim, os estudos deste paradigma priorizam certos movimentos sociais cujo protagonismo na esfera pública só se consolidou na segunda metade do século XXI, como os movimentos feminista, gay e negro (GOHN, 2014b, p. 128) - diferentemente do movimento operário, cuja inserção no debate público já se estabelecera desde o século XIX. Em geral, esses movimentos se recusam a estabelecer políticas de cooperação com o Estado, pelo menos a princípio, e seu principal propósito é “*promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria esfera civil*”

(idem, p. 125). Tal característica os aproxima da configuração contemporânea do ativismo, especialmente do ciberativismo exercido no espaço das redes sociais virtuais, como se observa no funcionamento das campanhas selecionadas em nosso estudo.

Em síntese, destacam-se as seguintes oito características nos movimentos sociais estudados pela teoria dos novos movimentos sociais (JOHNSTON; LARAÑA; GUSFIELD apud GOHN, 2014b, p. 126-127):

- a) base social que transcende a estrutura de classe
- b) pluralidade de ideias e valores
- c) emergência de novas dimensões da identidade
- d) obscurecimento da relação entre individual e coletivo
- e) politização de elementos da vida pessoal anteriormente legados à esfera privada
- f) novas táticas de mobilização
- g) surgimento e proliferação como um reflexo da “*crise de credibilidade dos canais convencionais de participação nas democracias ocidentais*”
- h) organização difusa, segmentada e descentralizada

Como se vê, a teoria dos novos movimentos sociais nos ajuda a compreender os movimentos sociais feministas, LGBT e negros, que são os que mais nos interessam nesse estudo, em virtude de sua importância para a compreensão das formas de ativismo exercidas na defesa do direito à diferença. No entanto, os limites de nossa apropriação dessa teoria são os limites impostos pelo próprio conceito de “movimentos sociais”, como já sinalizamos anteriormente. A percepção dessa limitação não é apenas nossa, tendo sido apontada por diversos teóricos dos movimentos sociais que vêm refletindo sobre a questão, a exemplo de Maria da Glória Gohn, que afirma: “*na atualidade há muitas ações coletivas que não são movimentos sociais propriamente ditos, e várias das teoria contemporâneas estão focalizando estas ações*” (2014a, p. 10). Sobre os reflexos dessa percepção na teoria dos movimentos sociais, as politicólogas Rebecca Abers e Marisa von Bülow (2011, p. 53) afirmam:

[...] Uma parte importante desse debate tem tido como foco questões ontológicas básicas, as quais estão relacionadas com a delimitação das fronteiras do objeto de estudo daqueles que se interessam em estudar o que tradicionalmente chamávamos de movimento social.

Essa discussão tem a ver com a própria definição de movimento social. Nas últimas três décadas, os movimentos sociais têm sido compreendidos como uma forma de ação coletiva sustentada, a partir da qual atores que compartilham identidades ou solidariedades enfrentam estruturas sociais ou práticas culturais dominantes. No entanto, o argumento recente de vários autores, que escrevem a partir de marcos teóricos diferentes, é que, ao delimitar nosso estudo a um tipo específico de ação coletiva, tornamos invisíveis formas importantes de organização ou ação social.

Na tentativa de alterar essa situação, diferentes perspectivas teóricas têm apontado soluções para o problema do objeto de análise da teoria dos movimentos sociais. Nessa transição paradigmática, três propostas vêm se destacando: a da sociedade civil, a do confronto político⁹⁰ e a das redes de ativistas. Nascida no interior da teoria dos novos movimentos sociais, a noção de “sociedade civil” é utilizada para ampliar a unidade de análise por entender que uma multiplicidade de organizações da sociedade civil vêm realizando a luta pela mudança social baseadas na solidariedade. Já outros teóricos realizam essa ampliação com a noção de “confronto político”, cunhada para agregar estudos que tratam de questões envolvendo conflitos e que anteriormente eram realizados de forma compartimentalizada, como os estudos sobre guerras, os estudos sobre greves, os estudos sobre revoluções e os estudos sobre movimentos sociais. Por fim, os teóricos que trabalham com o conceito de redes não estabelecem previamente os limites do objeto de análise, definindo-o com base no mapeamento das redes de ativistas e dos tipos de relações criadas entre eles, o que pode levar até mesmo à inclusão do Estado (ABERS, VON BÜLOW, 2011).

Embora a teoria dos novos movimentos sociais seja a que melhor explica o papel dos movimentos sociais na defesa do direito à diferença de etnia, de gênero e de sexualidade, não nos parece que a teoria dela foi derivada, a teoria da sociedade civil, seja muito útil para explicarmos a relação entre as CFVRA e a defesa desse direito. De maneira similar, embora os estudos sobre redes de ativistas tenham substanciais contribuições a oferecer para o entendimento de como as CFVRA circulam e se consolidam no espaço virtual, não nos parece que eles nos ajudem a compreender o papel que elas desempenham na defesa desse direito. Por esse motivo, em virtude da natureza de nosso objeto de estudo, acreditamos que a melhor teoria para atingirmos nosso objetivo é a teoria do confronto político.

⁹⁰ Em língua inglesa, a expressão para designar essa proposta é “contentious politics”. Em língua portuguesa, a expressão vem sendo traduzida tanto como “política do conflito” quanto como “confronto político”. A escolha por uma ou outra tradução deve levar em conta a deriva de sentidos existente entre as duas expressões. No entanto, levando em conta que nosso objetivo não é tratar propriamente dessa teoria, mas apenas mencioná-la para contextualizar o conceito de “repertórios”, optamos então por selecionar a expressão mais utilizada na bibliografia especializada em língua portuguesa: “confronto político”.

Representada especialmente pelos estudos dos sociólogos e politicólogos estadunidenses Charles Tilly e Sidney Tarrow, pode-se dizer que essa teoria ganha visibilidade com a publicação do livro *Dynamics of Contention*, em 2001, escrito por esses dois teóricos em parceria com o sociólogo estadunidense Doug MacAdam. No entanto, muitos de seus conceitos e fundamentos já vinham sendo desenvolvidos por seus autores há alguns anos ou, até mesmo, décadas. É o que acontece com o conceito de “repertórios - que é o que nos interessa destacar aqui - desenvolvido por Charles Tilly ao longo de três décadas (de 1976 até o ano de sua morte, em 2008). Em um estudo sobre a história desse conceito, a socióloga Angela Alonso contextualiza a origem do conceito na obra de Tilly e destaca três fases de teorização, na qual foi reformulado até atingir sua versão mais recente (ALONSO, 2012).

Buscando compreender o aspecto cultural da mobilização política e baseando-se nos estudos historiográficos da escola dos Annales francesa, especialmente na ênfase dada à relação entre os processos culturais e as transformações sociais, Tilly começou a se preocupar com as formas políticas de agir que seriam características de uma época. Com essa preocupação, o autor recorre à teoria da música e toma de empréstimo a noção de “repertório”, inserindo-a em sua teoria da mobilização política para designar “*o leque de maneiras de fazer política num dado período histórico*” (ALONSO, 2012, p. 22).

Em sua primeira versão, nos anos 70, o conceito era denominado “repertórios de ação coletiva” e carecia de uma definição precisa, sendo utilizado para descrever padrões de ação coletiva observados nos conflitos estudados pelo autor à época. A relativa frouxidão teórica com a qual o conceito emergiu em sua obra deu origem a uma agenda de pesquisa formulada em torno de dois eixos: “*a correlação entre mudança de repertório e mudança social, econômica e política, e o uso dos repertórios conforme as oportunidades políticas*” (idem, p. 23). Aproximando-o da noção de “língua” por meio de uma metáfora, o repertório é descrito pelo autor como uma característica cultural de um grupo social e, enquanto tal, familiar para o grupo e estranho para os de fora. A durabilidade de um repertório não impede sua transformação, mas essa é lenta e gradual, como a maior parte das mudanças históricas, e se dá por meio da incorporação de formas de ação bem sucedidas e da exclusão daquelas menos eficientes (idem). Como o objetivo do momento era atestar a existência de um padrão compartilhado de ações coletivas, Tilly não detalhou como os atores sociais se apropriam de

um repertório e como um repertório circula na sociedade e nem deixou claro se o repertório é um elemento de uma época histórica ou dos atores sociais particulares (idem, p. 24).

Nos anos 90, com a chegada da teoria dos novos movimentos sociais aos Estados Unidos e as críticas feitas pelos defensores desta teoria aos estudos de Tilly, o autor se vê compelido a retomar e repensar o conceito de “repertórios de ação coletiva” (idem). No meio dessa polêmica, ele ressurgiu como “repertórios de confronto” e não é associado nem a uma época e nem a um ator social em particular, mas a uma estrutura de conflito, sendo algo compartilhado pelo conjunto dos atores que ocupam as diversas posições em um mesmo conflito (idem, p. 25). A definição do repertório como conjunto de “formas de ação” dá lugar à definição como “rotinas de interação”, havendo uma passagem de uma visão unidirecional e mecanicista para uma visão interacional. O repertório, portanto, é estrutural e estruturante, havendo uma relativa agência dos atores sociais na escolha dos itens do repertório que serão atualizados em um confronto concreto, o que explica porque os antagonistas de um conflito, mesmo compartilhando um repertório, adotam táticas diferentes de ação (idem, p. 26-27).

Nos anos 2000, as transformações na sociologia política advindas de uma preocupação com as questões culturais e com a questão da globalização (preocupação reforçada pelo impacto massivo do 11 de setembro na sociedade estadunidense) levam Tilly a repensar mais uma vez o conceito de repertório (idem, p. 28). Ampliando o papel da agência na análise dos conflitos, o autor confere uma centralidade ao caráter performativo da ação social, passando a definir o repertório como um “*conjunto variável de performances*” (TILLY apud ALONSO, 2012, p. 28-29). Surge uma preocupação com a transferência política de repertórios e o papel das escolhas e da criatividade nesse processo, o que resultará na identificação de seis mecanismos de transferência de repertórios: a inovação tática, a barganha, a difusão negociada, a mediação, a certificação/descertificação e a adaptação local. “Repertório” e “performance” passam a ser vistos como “conceitos gêmeos”, obrigando o autor a incorporar a sua reflexão conceitos ligados à abordagem cultural dos indivíduos, como o conceito de identidade (ALONSO, 2012, p. 29). Logo após publicar um livro no qual abre mais uma série de questões de pesquisa, Tilly falece em decorrência do câncer que há alguns anos o vitimava.

Em suas diferentes configurações teóricas, acreditamos que o conceito de repertório nos ajuda a compreender a relação que as CFVRA estabelecem com o ativismo em prol dos direitos humanos e com a defesa do direito à diferença de etnia, de gênero e de sexualidade.

Antes de relacionarmos o conceito às campanhas, passemos rapidamente pelo conceito de ciberativismo, entendido aqui de forma geral como uma modalidade do ativismo que se exerce nos espaços virtuais criados com o advento da Internet e sua consolidação no com vetor de constituição da cibercultura. Vejamos abaixo o que o economista e tecnólogo espanhol David de Ugarte entende por ciberativismo :

toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do ‘boca a boca’ multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal (2008, p. 77).

Segundo o autor, na contemporaneidade o ciberativismo pode se configurar conforme dois modelos básicos: o da **lógica de campanha**, no qual se constrói um centro, propõe-se ações e difunde-se a “ideia” da campanha; e o do *swarming*⁹¹, no qual se constrói nas redes um grande debate social distribuído cujas consequências não podem ser previstas de início.

Para Ugarte, o ciberativismo na contemporaneidade é bem-sucedido quando desenvolve três vias de ação inter-relacionadas pela questão do “empoderamento” dos indivíduos: a via do discurso, a via das ferramentas e a via da visibilidade.

- A **via do discurso** é aquela da emergência e circulação dos “novos” discursos, das vozes advindas daqueles que buscam se empoderar, e promove a comunicação entre pessoas desconhecidas unidas pelo componente identitário (p. 57).
- A **via das ferramentas** é aquela da produção, compartilhamento e utilização de ferramentas tecnológicas caracterizadas por uma perspectiva engajada na luta pela mudança social (p. 57-58).
- A **via da visibilidade** é aquela obtida com a circulação dos discursos por meio da utilização das ferramentas no espaço virtual e que se caracteriza como uma luta permanente (p. 58).

⁹¹ Na teoria das redes, o *swarming* ou enxameamento é a “ordem espontânea” que emerge repentinamente do aparente caos (UGARTE, 2008, p. 55).

Essa caracterização leva o autor a definir um(a) **ciberativista** como “*alguém que utiliza Internet, e, sobretudo, a blogosfera⁹², para difundir um discurso e colocar à disposição pública ferramentas que devolvam às pessoas o poder e a visibilidade que hoje são monopolizadas pelas instituições*” (p. 58).

Em nossa leitura, as CFVRA podem ser vistas como uma nova forma de ação, rotina de interação ou performance política que surge com a reconfiguração dos repertórios no contexto da cibercultura. Nesse sentido, as CFVRA aparecem como um novo item do repertório dos ativistas que passam do espaço físico para o espaço virtual na luta pelos direitos humanos. Como os repertórios são definidos em função de uma estrutura de conflito, a análise dos tipos de conflito nos quais as CFVRA vêm sendo utilizadas nos sugere essa performance política, se não é exclusiva, ao menos é uma opção mais pertinente aos conflitos nos quais a demanda que está em jogo é a defesa do direito à diferença.

Por esse motivo é que não encontramos, ao menos no contexto de pesquisa estabelecido pelo nosso recorte, nenhuma campanha que estivesse associada às demandas do ativismo estudado pelas teorias clássicas dos movimentos sociais, as demandas da classe trabalhadora na estrutura de conflito do capitalismo. Ou seja, esse tipo de ação não se integra a qualquer repertório, mas apenas àqueles de grupos sociais cujos objetivos podem ser favorecidos com a realização de campanhas pautadas na circulação de retratos fotográficos de vítimas denunciando a violação de seus direitos humanos. Como explica o comunicólogo Dênis de Moraes (2001, p. 140):

A heterogeneidade de ideários, identidades, práticas e naturezas constitutivas se reflete em usos e apropriações distintos das engrenagens comunicacionais, aí incluídas as da Internet. Por mais que redes e coletivos virtuais aproximem e combinem linhas de intervenção, não caracterizam, naturalmente, totalidades ou unicidades válidas em qualquer situação.

De forma similar ao processo de hibridização genérica que deu origem aos retratos ativistas (conferir a seção 3.4 de nossa dissertação), parece-nos que a emergência das CFVRA pode ser creditada a uma hibridização de duas rotinas interacionais já consolidadas no repertório dos conflitos que envolvem o direito à diferença, o protesto e o fotoativismo. Nesse

⁹² Destacamos que esse texto foi escrito em 2007. Se esse texto fosse escrito alguns anos depois, acreditamos que o autor certamente destacaria o espaço virtual comum formado pelos serviços de redes sociais *online* (Facebook, Twitter, Instagram etc.), em função do protagonismo que esse espaço adquiriu concomitantemente a certa retração da importância da blogosfera no que se refere ao debate público das questões políticas.

sentido, podemos descrever tal processo de hibridização recorrendo aos mecanismos de estruturação de transferências políticas. A inovação tática, portanto, consistiria na produção e circulação de retratos fotográficos de vítimas de violação de direitos humanos em uma “performance” de reivindicação, denúncia ou protesto, configurando-se essa produção como uma nova performance política.

Essa descrição nos permite caracterizar nossa pesquisa como o estudo de um determinado funcionamento do mecanismo de certificação/descertificação desta performance, que é aquele funcionamento que se estabelece pelas próprias campanhas no momento e no modo de sua enunciação: a autocertificação (ou autolegitimação, em nossos termos) que se realiza por meio das cenas de enunciação. O diálogo teórico que acabamos de propor entre o conceito de repertórios e o conceito de cenas de enunciação pode ser melhor compreendido se o lermos à luz da proposta do sociólogo canadense Marc Steinberg, que recorre à tradição da análise de discurso bakhtiniana para formular o conceito de repertório discursivo e abranger uma dimensão dos repertórios pouco contemplada pelos estudos de Tilly, a dimensão semântico-simbólica. Vejamos, portanto, na próxima seção desta dissertação, como caracterizamos o funcionamento discursivo desse novo item no repertório dos ciberativistas que lutam em defesa do direito humano à diferença de etnia, gênero e sexualidade.

3 ENCENANDO A DEMANDA POR DIREITOS HUMANOS

Embora o conceito de “contexto” seja bastante fluido e “*muito pouco ou nada analisado em termos teóricos*”, como denuncia van Dijk (2012), é relativamente consensual nas disciplinas das artes, linguagens, ciências humanas e sociais que a interpretação de um fenômeno deve levar em conta o contexto no qual esse fenômeno se encontra.

Em relação aos fenômenos linguísticos, costuma-se separar o **contexto linguístico** (também chamado de ambiente verbal, cotexto, situação de enunciação etc.) do **contexto não linguístico** (também chamado de contexto situacional, situação comunicativa, social, cultural etc.), conforme explica a linguista Catherine Kerbrat-Orecchioni (2014, p. 127-128).

Retomando os estudos sobre contexto realizados no final do século XX, a autora explica que “*o discurso é uma atividade ao mesmo tempo condicionada (pelo contexto) e transformadora (desse mesmo contexto)*” (idem, grifos da autora), impondo-se teoricamente, portanto, uma concepção dinâmica de contexto.

Sem ignorar a problemática sobre a possibilidade de considerarmos que algo é, de fato, externo à linguagem, o analista do discurso francês Patrick Charaudeau (2014b, p. 452) propõe a distinção entre três conceitos que poderiam dar conta, em conjunto, da análise de enunciados: situação de comunicação, situação de enunciação e situação de discurso.

Já Maingueneau (2015, p. 117), evitando declaradamente os conceitos de “situação de enunciação” e “situação de comunicação”, e ignorando o conceito de “situação de discurso”⁹³, propõe trabalharmos a questão em termos de “cenas da enunciação”, buscando compreender como um discurso “entra em cena” em um contexto.

Com base no trabalho de Maingueneau, analisaremos nesta seção as **cenas de enunciação** associadas às campanhas que selecionamos para estudo. Em outras palavras, pretendemos observar como essas campanhas emergem discursivamente no espaço virtual, sendo condicionadas por ele ao mesmo tempo em que o transformam.

Acreditamos que é equivocada a compreensão de que os conceitos são como ferramentas das quais nos apropriamos para trabalhar com os dados de uma pesquisa. Em

⁹³ O que é bastante curioso, tendo em vista que o mesmo autor, em artigo anteriormente disponibilizado em seu *website*, propõe trabalharmos com o conceito de “situação discursiva”, o que englobaria “*de uma maneira um pouco incomum*” (tradução nossa), os conceitos de “situação de comunicação” e “cenas de enunciação” (MAINGUENEAU, [entre 2004 e 2015], p. 6)

nossa leitura, toda utilização de um conceito implica sua desconfiguração e reconfiguração no interior de uma problemática de pesquisa.

Como diz a pedagoga Vera Teresa Valdemarin, desenvolvendo uma metáfora de Michel de Certeau⁹⁴, o pesquisador “*torna os conceitos habitáveis*”⁹⁵. Nesse sentido, a escolha de trabalhar com o conceito de “cenas da enunciação” foi acompanhada da necessidade de explorá-lo, fragmentá-lo e reconstruí-lo, a fim de atingir nossos objetivos⁹⁶.

Inicialmente, discutiremos a história e a fundamentação do conceito de “cenas da enunciação” no campo dos estudos de discurso. Em seguida, apresentaremos a tripartição deste conceito em três outros: cena englobante, cena genérica e cenografia. Por fim, analisaremos cada uma das campanhas a partir dos três conceitos apresentados.

3.1 Historiando o conceito de “cenas da enunciação”

O conceito de **cenas de enunciação** foi cunhado por Maingueneau na tentativa de preencher um espaço teórico lacunar deixado pelos fundadores dos Estudos de Discurso de orientação francesa (EDF): a problemática da enunciação, pouco abordada por Michel Pêcheux⁹⁷ e seu círculo de pesquisadores⁹⁸. Conforme denuncia Maingueneau (1997, p. 29), durante muito tempo os EDF privilegiaram a reflexão sobre as condições de produção do

⁹⁴ No texto de Certeau, lemos: “[...] a atividade leitora apresenta, ao contrário, todos os traços de uma produção silenciosa [...]. Um mundo diferente (o do leitor) se introduz no lugar do autor. Esta mutação torna o texto habitável, à maneira de um apartamento alugado” (2005, p. 49).

⁹⁵ Reproduzo o trecho completo: “O pesquisador é, antes de tudo, um leitor e, desenvolvendo a metáfora estabelecida por Michel de Certeau (2005), pode-se dizer que torna os conceitos habitáveis “à maneira de um apartamento alugado” (p. 49) transformando-os em possibilidade para exercitar a compreensão de um objeto específico” (VALDEMARIN, 2010, p. 49).

⁹⁶ Para a analista do discurso Suzy Lagazzi (2007, p. 2), a “prática” do dispositivo teórico no dispositivo analítico é condição necessária para a compreensão da própria teoria, pois os conceitos dos ED somente adquirem significado “na relação com os materiais tomados para análise”. Essa posição leva a autora a concluir que “as dificuldades analíticas impostas pelos materiais são a medida dos questionamentos teóricos necessários”.

⁹⁷ Michel Pêcheux foi um dos fundadores do que se conhece como “Escola Francesa de Análise do Discurso” (essa expressão é polêmica, conforme a discussão levantada por Jean-Jacques Courtine, 2005). Filósofo de formação, Pêcheux reuniu um grupo interdisciplinar de pesquisadores no departamento de Psicologia Social do *Centre National de Research Scientifique* (CNRS, França), formulando alguns dos primeiros conceitos da Análise do Discurso (como sujeito, ideologia, discurso, condições de produção e formação discursiva) e propondo uma abordagem bastante original para a questão do “sentido” na linguagem. Na França, os analistas do discurso contemporâneos dialogam pouco com seus trabalhos, mas estes deram origem, no Brasil, a uma fecunda corrente dos estudos do discurso, capitaneada pela analista do discurso Eni Orlandi (professora aposentada da Universidade Estadual de Campinas).

⁹⁸ A exceção se dá a Jean Dubois, que abordou a enunciação no artigo *Énoncé et énonciation*, publicado em 1969, no volume 13 da revista *Langages*, intitulado *L’analyse du discours*. A problemática abordada por ele, no entanto, pouco tem a ver com o que, de fato, veio a se constituir como a Escola Francesa de Análise do Discurso nos anos posteriores à publicação do texto. Cf. Dubois (1969), Maingueneau (1996) e Maldidier (2010, p. 18).

discurso (formações ideológicas, formações discursivas, memória discursiva, interdiscurso) e sua expressão material em textos verbais (intradiscurso, enunciado), ignorando um aspecto muito importante do discurso (para Maingueneau, uma dimensão constitutiva do discurso): o ato de enunciação, isto é, a ação que permite a passagem do discurso para o texto, a produção dos enunciados, a materialização do discurso em linguagem verbal⁹⁹. Preenchendo esse espaço lacunar, surge o conceito de cenas da enunciação.

O esboço de uma reflexão sobre as cenas de enunciação aparece em 1984, com a publicação de *Gênese dos Discursos* (2008b), no qual encontramos o seguinte trecho: “o ato de enunciação supõe a instauração de uma ‘dêixis’ espaciotemporal que cada discurso constrói em função de seu próprio universo” (2008b, p. 88). Partindo, portanto, da problemática linguística da dêixis¹⁰⁰, Maingueneau reflete sobre a constituição de uma “instância de enunciação legítima” que delimitaria “a cena e a cronologia que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação” (2008b, p. 89, grifos do autor). Esse conceito é desenvolvido em 1987, no livro *Novas Tendências em Análise do Discurso* (1997), em diálogo com as contribuições da Pragmática¹⁰¹, sendo apresentado também sob os termos “encenação” e “cenografia” e articulado a uma discussão sobre o “ethos”¹⁰² e os “gêneros do discurso”, conceito que abordaremos mais à frente, na seção 4.4.

Em trabalhos posteriores, como *O contexto da obra literária* (1998), publicado em 1993, *Análise de textos de comunicação* (2013), publicado em 1998 e revisto em 2007, *Dicionário de Análise do Discurso* (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004), publicado em 2002, e *Discurso e análise do discurso* (2015a), publicado em 2014, o conceito de cenas da enunciação já aparece em sua forma tripartida, isto é, dividido em **cena englobante** (ou tipo do discurso), **cena genérica** (ou gênero do discurso) e **cenografia**, podendo as duas

⁹⁹ Conforme Malidier (2008), a “surdez” inicial de Pêcheux em relação a Benveniste o leva a conceber a cena de enunciação meramente em termos de uma cena “imaginária” (cf. Pêcheux, 1993, p. 82-87). Essa concepção se altera nas reformulações teóricas propostas em trabalhos posteriores, mas não chega a atingir o escopo do conceito de cenas da enunciação conforme a teorização de Maingueneau.

¹⁰⁰ A **dêixis** ou **embreagem** é um fenômeno linguístico que permite ancorar um determinado enunciado em uma situação de enunciação devido à utilização de elementos linguísticos chamados de **embreantes** ou **dêiticos**, que podem ser de três tipos: de pessoa (ex.: “eu”, “você”, “nosso”), de tempo (ex.: “há dois dias”, “hoje”, “daqui a um ano”) e de espaço (ex.: “aqui”, “lá”, “isto”) (MAINGUENEAU, 2013 [2007], p. 129-130).

¹⁰¹ Área da Linguística que estuda a relação da linguagem com os contextos imediatos nos quais ela é utilizada, dialogando com a Filosofia da Linguagem. Os EDF se diferenciam da Pragmática por abordarem os usos da linguagem com um foco recuado, privilegiando o contexto mais amplo de sua utilização (contexto histórico, social, econômico, ideológico).

¹⁰² “A imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário” (AMOSSY, 2014, p. 220).

primeiras cenas serem referidas pela expressão **quadro cênico**, conforme discussão que faremos na seção 4.5 deste texto . No quadro 3 indicamos em ordem cronológica as fontes textuais da discussão sobre este conceito na obra de Maingueneau. Vejamos na próxima seção como é formulada a reflexão sobre as cenas de enunciação a partir de um diálogo proposto por Maingueneau entre os EDF e a Pragmática.

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	ANO DE TRADUÇÃO	PÁGINAS
1976	<i>Initiation aux Méthodes de l'analyse du discours</i> ¹⁰³	-	p. 143-146
1984	<i>Gênese dos Discursos</i>	2008	p. 88-89
1987	<i>Novas Tendências em Análise do Discurso</i>	1997	p. 29-52
1993	<i>O Contexto da Obra Literária</i>	1995	p. 121-135
1996	<i>Termos-chave da Análise do Discurso</i>	1996	p. 20-21
1998 2007	<i>Análise de Textos de Comunicação</i> ¹⁰⁴	2013	p. 95-103
1998	<i>Cenografia epistolar e debate público</i> (In: Cenas da Enunciação)	2008	p. 115-135
1998-	<i>Scénographie épistolaire et débat public</i> (version révisée) (online)	-	Completo
2002	<i>Dicionário de Análise do Discurso</i>	2004	p. 95-97
2003	<i>Situation d'énonciation, situation de communication</i>	-	Completo
2004	<i>La situation d'énonciation entre langue et discours</i>	-	Completo
2004-	<i>La situation d'énonciation entre langue et discours</i> (version révisée) (online)	-	Completo
2014	<i>The scene of enunciation</i> (In: The Discourse Studies Reader)	2014	p. 146-154
2007	<i>Genres de discours et modes de genericité</i>	-	Completo
2014	<i>Discurso e Análise do Discurso</i>	2015	p. 117-130

Quadro 3 - Textos de Maingueneau que discutem o conceito de “cenas da enunciação”. Fonte: elaborado pelo autor.

3.2 Fundamentando o conceito de “cenas da enunciação”

¹⁰³ Embora o conceito ainda não apareça nesta obra, a discussão realizada nas páginas indicadas antecipa algumas questões que posteriormente aparecerão na reflexão sobre o o conceito de cenas da enunciação.

¹⁰⁴ Originalmente publicada em 1998, esta obra foi revista e ampliada em uma nova edição publicada em 2007.

Recorrendo às diversas correntes da Pragmática, tem-se a concepção de que a linguagem é uma forma de ação na qual um sujeito toma a palavra, colocando-se em uma determinada posição e atribuindo outra posição ao seu “interlocutor”¹⁰⁵. Tomar a palavra, portanto, é uma prática social de caráter linguístico, designada pela expressão **ato de fala**, na qual se atribuem **papéis** aos diversos sujeitos envolvidos na “situação”. Ao tomar a palavra, o sujeito cria uma “situação” que serve de suporte ao ato de fala¹⁰⁶ ao mesmo tempo em que é engendrada por ele (uma espécie de “enlaçamento paradoxal”, nos termos de Maingueneau, 2013, p. 98). Esta situação pode ser chamada de “contexto semiótico”, conforme Eric Landowski (1983, p. 79-80) ou, recorrendo novamente à metáfora teatral, **encenação** ou **cenografia**, conforme Maingueneau (1997, p. 31)¹⁰⁷.

Como explica o autor (1976, p. 144-145), certas instituições atribuem aos seus membros, automaticamente, a legitimidade para tomar a palavra (a exemplo do acadêmico que toma a palavra durante um congresso científico). No entanto, na maioria dos casos, são os próprios sujeitos que precisam justificar seu ato de fala, convencendo seus interlocutores de que eles estão autorizados a fazê-los¹⁰⁸. É justamente nesse momento que “entram em cena” as cenas de enunciação, compreendidas como construtos discursivos que, como dissemos, suportam o ato de fala, ao mesmo tempo em que são criados por ele. Nesse sentido, podemos dizer que as cenas de enunciação têm a função de autorizar uma enunciação ou lhe conferir legitimidade¹⁰⁹ e, até mesmo, pertinência¹¹⁰.

¹⁰⁵ Nos EDF, utiliza-se o termo “interlocutor” apenas para designar o “outro” a quem se dirige uma fala. Para outros significados, é preferível utilizar o termo “coenunciador”.

¹⁰⁶ Vale lembrar que Pêcheux, em uma discussão sobre a “apropriação subjetiva do conhecimento”, compreende a *mise en scène* como uma espécie de “ficção realizante” (PÊCHEUX, 2009, p. 205).

¹⁰⁷ Note-se a utilização das aspas nas expressões “situação” e “contexto”, categorias costumeiramente evitadas pelos EDF, tendo em vista que elas “deslizam facilmente para uma concepção sociologista da enunciação” (MAINGUENEAU, 2014 [2002], p. 97).

¹⁰⁸ Essa compreensão se deve ao diálogo estabelecido por Maingueneau entre os EDF e a “Nova Retórica”, corrente da Retórica que surge na década de 50 e é responsável pela reabilitação dos estudos retóricos no ambiente acadêmico ocidental, sendo representada principalmente pelos estudos de Chaim Perelman, Lucie Olbrechts-Tyteca e Stephen Toulmin.

¹⁰⁹ Certamente, a instauração de uma “*instância de enunciação legítima*” se dá no interior de uma determinada formação discursiva, obedecendo, portanto, às suas restrições (MAINGUENEAU, 2008b, p. 89).

¹¹⁰ Embora Maingueneau costumeiramente apresente o conceito de “cenas da enunciação” mencionando sua função legitimadora, n’*O contexto da obra literária* o autor diz que “qualquer obra, por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação que a torna pertinente” (MAINGUENEAU, 1995, p. 122, grifo nosso). Acreditamos que este uso talvez não intencional da palavra “pertinente” resgata uma reflexão trazida pelo autor em sua primeira obra, *Initiation aux méthodes de l’analyse du discours*: antes mesmo de falarmos da legitimidade de uma enunciação, é preciso haver um “*accord sur le fait qu’il faut débattre de telle question*” (1976, p. 144), isto é, precisa-se convencer o interlocutor de que a questão trazida pela enunciação é pertinente.

Saindo da Pragmática, é preciso fazer alguns esclarecimentos no que se refere à apropriação do conceito de “cenografia” pelos EDF. Ao se falar de “encenação”, “papéis” e “ação”, não se deve supor a existência de um **sujeito** dono-de-si, repleto de intenções advindas de uma consciência transparente e de uma identidade estável. Diferentemente de algumas correntes da Pragmática, os EDF compreendem que o sujeito é cindido fundamentalmente por dois elementos: a **ideologia** (nos moldes da teoria do assujeitamento de Althusser) e o **inconsciente** (conforme a abordagem de Lacan). Isso não deve nos levar, no entanto, a conceber um sujeito inteiramente “assujeitado”, produto de determinações socio-históricas e sem nenhuma capacidade de agência, o que nos levaria a pensar na “encenação” como uma mera “*duplicação ilusória, a representação de realidades, de conflitos (sociais, econômicos) dados antecipadamente*” (MAINGUENEAU, 1997, p. 32-33)

¹¹¹.

O princípio dialético que subjaz na relação entre sujeito e sociedade também pode ser encontrado na relação entre o discurso e sociedade. Como Maingueneau (1997, p. 33) bem explica, “*atualmente, a tendência, cada vez maior, é de questionar esta topografia que coloca o discurso e a ‘realidade’ como exteriores um ao outro, considerando a primeira como uma espécie de teatro de sombras*”. Em outras palavras, há quase trinta anos já se compreende que discurso e realidade constituem um ao outro, dialeticamente (tese também defendida pelos estudos críticos do discurso, cf. Fairclough, 1989, 2001), tornando possível o entendimento de que a “*encenação não é uma máscara do ‘real’, mas uma de suas formas, estando este real investido pelo discurso*” (MAINGUENEAU, 1997, p. 34).

Sintetizando todas essas considerações, importa enfatizar que a constituição das cenas de enunciação não é produto das intenções conscientes de um sujeito caracterizado pelo livre agir, mas também não se dá meramente por determinação de uma conjuntura histórica e ideológica. Sujeito, sociedade, realidade e discurso constituem um ao outro, sendo a cena de enunciação um dispositivo que permite a emergência de discursos e sua legitimação enquanto prática social. Em nossa reflexão, esse conceito é bastante importante porque permite compreendermos como as campanhas analisadas por nós emergem no espaço virtual instaurando uma cena de enunciação que legitima seus discursos, dando credibilidade às

¹¹¹ Como explica a analista do discurso Simone Bonnafeux (1999, p. 322-323), o diálogo com a teoria dos atos de fala e com a pragmática integrada de Oswald Ducrot, nos anos 80, traz uma flexibilização teórica aos estudos do discurso de orientação francesa, cujo principal resultado é a compreensão de que o sujeito é, ao mesmo tempo, assujeitado (como defendia Pêcheux) e estratégico (como defende a Pragmática).

demandas e denúncias por elas realizadas. Vejamos em mais detalhes os três tipos de cenas da enunciação acima mencionados.

3.3 Encenando a política

Nesta seção, discutiremos o conceito de cena englobante, propondo uma caracterização mais detalhada do que aquela encontrada nos diversos trabalhos de Maingueneau (2008a, 2013, 2014, 2015a) e, em seguida, analisaremos as fotografias que compõem as campanhas em estudo a partir deste conceito

3.3.1 O conceito de cena englobante

De uma maneira sintética, podemos dizer que a noção de **cena englobante** se refere à cena de enunciação mais ampla no interior da qual surgem os enunciados¹¹² e corresponde ao que se designa costumeiramente como **tipo de discurso** (religioso, político, literário, científico, publicitário etc.). Tipos de discurso são “*recorte[s] de um setor de atividade social*”¹¹³ (MAINGUENEAU, 2015a. p. 118) e, portanto, cenas englobantes estão relacionadas ao estatuto pragmático da enunciação, isto é, às finalidades atribuídas à produção dos enunciados (finalidade religiosa, política, literária etc.). Toda cena englobante define como seus coenunciadores serão interpelados (isto é, seus estatutos enquanto partícipes da interação) e o quadro espaçotemporal dos enunciados que nela emergem. Disso se conclui que um coenunciador precisa determinar a que tipo de discurso pertence um determinado enunciado para poder interpretá-lo (MAINGUENEAU, 2008a, 2013, 2014, 2015a).

Acreditamos que o conceito de cena englobante é teoricamente pertinente por nos permitir compreender a aparição de um enunciado em um quadro discursivo mais amplo que

¹¹² Podemos dizer que cena englobante é a mesma coisa que “domínio discursivo”, conforme caracterização proposta pelo linguista Luiz Antônio Marcuschi (2010, p. 24-26).

¹¹³ Em outro trabalho, Maingueneau (2008a, p. 16-17) apresenta os tipos de discursos como agrupamentos de gêneros que podem corresponder a dois critérios: “*copertencimento a um mesmo aparelho institucional*” (exemplo dado pelo autor: o discurso hospitalar) ou “*dependência de um mesmo posicionamento ideológico*” (exemplo dado pelo autor: o discurso comunista). Acreditamos, no entanto, que essa caracterização é insuficiente, tendo em vista que gêneros advindos de instituições diferentes (a exemplo de um decreto presidencial e de uma nota sindical) e gêneros que transcendem posicionamentos ideológicos (a exemplo de uma carta aberta) podem ser considerados de um mesmo tipo de discurso (no caso dos exemplos apresentados, o discurso político). Neste caso, podemos pensar em uma divisão não restritiva dos tipos de discurso entre aqueles vinculados a aparelhos (por exemplo, o discurso político presidencial ou o discurso político sindical) e aqueles dependentes de posicionamentos ideológicos (por exemplo, o discurso político comunista e o discurso político neoliberal), havendo aqueles não vinculados diretamente a nenhum deles (como o “discurso político militante”, que se vincula unicamente à atividade social da militância).

o do gênero discursivo. No entanto, parece-nos que sua formulação teórica não é suficientemente clara no que se refere aos elementos que compõem uma cena englobante e permitem seu reconhecimento e caracterização¹¹⁴. Isso fica evidente nas análises empreendidas por Maingueneau em *Cenografia epistolar e debate público* (do livro *Cenas da Enunciação*, 2008a, p. 115-135) e *Análise de Textos de Comunicação* (2013, p. 95-96). Em todas elas, Maingueneau faz poucos comentários sobre as cenas englobantes dos textos analisados, apresentando-as sucintamente em enunciados como:

- a. “sua cena englobante é aquela determinada pelo tipo do discurso, no caso, o discurso político” (2008a, p. 125);
- b. “a cena de enunciação é a de um anúncio publicitário (tipo do discurso)” e “a leitora da revista [...] é interpelada [...] como consumidora (cena publicitária)” (2013, p. 96).

Nada mais é dito sobre as cenas englobantes, não havendo nenhum tipo de explicação, da parte de Maingueneau, quanto ao percurso empreendido para identificar as cenas englobantes dos textos por ele analisados¹¹⁵. Sendo assim, é preciso explorar as definições dadas para este conceito, extraíndo alguns elementos que nos permitam operacionalizar a caracterização de uma cena englobante. Destacamos os seguintes elementos mencionados por Maingueneau nos diversos textos em que ele tenta definir o conceito de cena englobante (todos os grifos são nossos)¹¹⁶:

- a. “A cena englobante é aquela que **corresponde** ao tipo de discurso, a seu **estatuto pragmático**” (2008a, p. 115) ou “é aquela que **atribui um estatuto**

¹¹⁴ Maingueneau apresenta algumas características, como veremos adiante, mas não chega a discuti-las satisfatoriamente, de modo a esclarecer a que se refere quando utiliza determinados termos.

¹¹⁵ Vale destacar ainda que não fica clara a distinção entre cena englobante e cena genérica nos dois últimos excertos, tendo em vista que Maingueneau parece igualar discursivamente o tipo de discurso “publicitário” com o gênero de discurso “anúncio publicitário” ao afirmar que “a cena de enunciação é a de um anúncio publicitário” (2013, p. 16). É certo, no entanto, que ambos excertos provêm de um livro produzido pelo autor apenas para fins didáticos.

¹¹⁶ É possível que algumas diferenças entre as diversas formulações para a definição do conceito de “cena englobante” se devam às diferentes traduções dos textos de Maingueneau (ainda que o autor escreva ocasionalmente em português, todos os textos citados foram escritos originalmente em francês). Infelizmente, muitos destes textos não são facilmente acessíveis ao leitor residente no Brasil, motivo pelo qual é preciso recorrermos às traduções.

pragmático ao tipo de discurso a que pertence um texto” (2004, p. 96), ou ainda “*em função de qual finalidade ele foi organizado*” (2013, p. 96);

- b. “*Quando se recebe um [texto] [...] deve-se ser capaz de determinar [...] em qual cena englobante é necessário se colocar para interpretá-lo, a que título (como sujeito de direito, consumidor etc.) ele interpela seu leitor*” (2004, p. 96);
- c. “*define o estatuto dos parceiros e certo quadro espaciotemporal [sic]*” (2008a, p. 116), ou “*a situação dos parceiros*” (2013, p. 96) ou ainda “*le statut des partenaires dans un certain espace pragmatique*” ([entre 2004 e 2015, p. 8).

Como se depreende dos excertos reproduzidos na alínea “a”, a cena englobante não é exatamente a mesma coisa que o tipo de discurso. Ela “corresponde” ao tipo de discurso, correspondência que se dá devido à “atribuição” de um “estatuto pragmático” ao tipo de discurso. A noção de ‘atribuição de um estatuto pragmático ao tipo de discurso’ certamente se relaciona à compreensão de que os discursos se **materializam** em textos (verbais ou não verbais), sendo no processo de materialização (de **enunciação**) que um discurso de um determinado tipo recebe um estatuto **pragmático** no interior de uma cena (**cena englobante**). Mas, a atribuição desse estatuto pragmático consiste exatamente em quê?

Segundo o excerto presente na alínea “b”, os textos “interpelam” seus interlocutores [em sujeitos]¹¹⁷ de um determinado modo. Pela relação paratática¹¹⁸ entre “*em qual cena englobante é necessário se colocar para interpretá-lo [o texto]*” e “*a que título [...] ele [o texto] interpela seu leitor*”, depreende-se que se colocar na cena englobante de um texto é saber de que modo ele interpela seu interlocutor. Nos excertos da alínea “c”, a interpelação do interlocutor aparece como “definição” do “estatuto” ou da “situação” dos “parceiros” em um certo quadro “pragmático” ou “espaço-temporal”. De tudo isso se conclui que a atribuição de um estatuto pragmático a um tipo de discurso passa pela definição do **estatuto dos parceiros**

¹¹⁷ O conceito de **interpelação** foi introduzido nos EDF por Pêcheux para se referir à identificação de um indivíduo com a formação discursiva que o determina, processo que se desenvolve de forma inconsciente, enquanto um efeito da ideologia sobre o indivíduo, e transforma esse indivíduo em sujeito: fala-se, portanto, da “*interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso*” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 223).

¹¹⁸ Parataxe é uma relação gramatical de coordenação entre duas orações e tem como resultado a formação de um grupo oracional. Ela difere da hipotaxe, uma relação de subordinação na qual uma oração se subordina à outra e dá origem a uma oração complexa (BECHARA, 2009, p. 48-49 e p. 323).

e do **quadro espaço-temporal** de uma interação mediada por um texto. Vejamos este processo em uma representação gráfica:

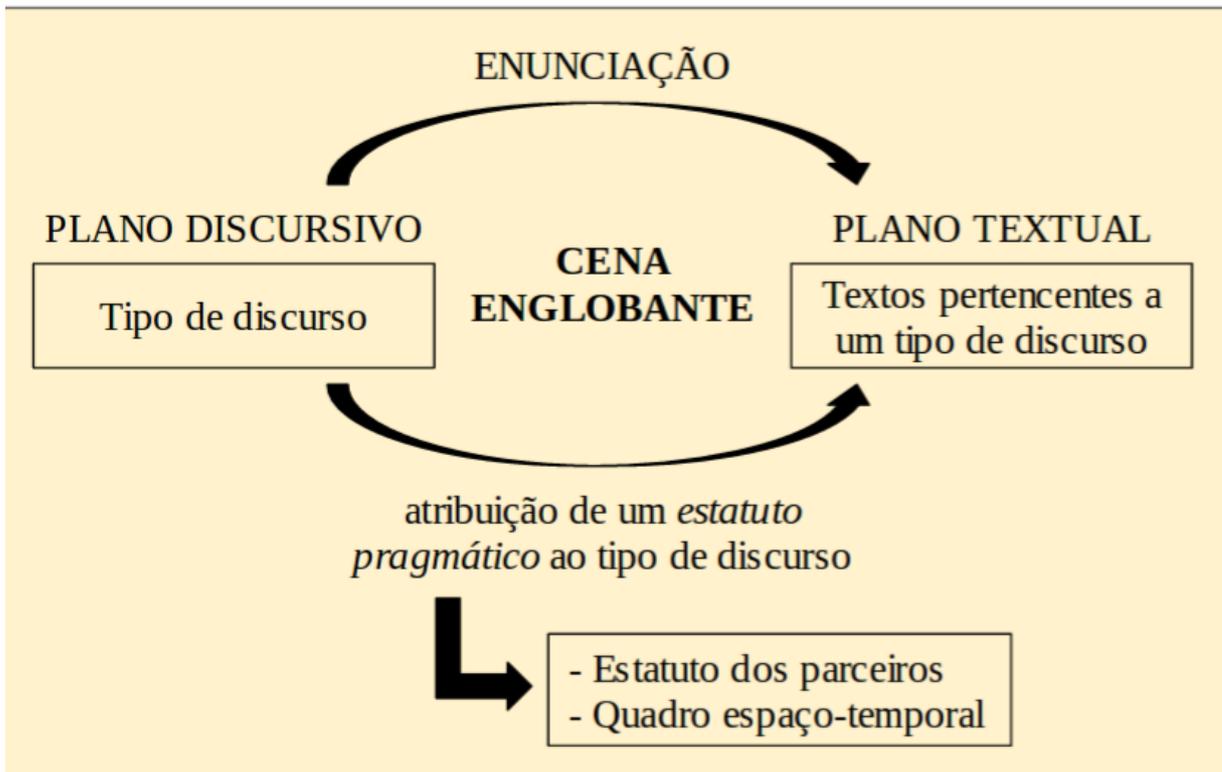


Diagrama 7 - A cena englobante atribui um estatuto pragmático a um tipo de discurso durante a enunciação (materialização do discurso em texto). Fonte: elaborado pelo autor.

No que se refere à atribuição do **estatuto dos parceiros**, Maingueneau acrescenta que “os produtores de discurso derivados de determinada cena englobante devem, por meio de sua enunciação, mostrar que se conformam aos valores prototipicamente relacionados ao locutor pertinente para o tipo de atividade verbal em pauta” (2015a, p. 119). Em outras palavras, a cena englobante de um texto só confere um estatuto ao seu “**locutor**” na medida em que esse locutor se conforma aos valores associados a esse estatuto, o que se aproxima bastante da concepção foucaultiana de sujeito de um enunciado: “descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre autor e o que ele diz (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que podem e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 2014, p. 116, grifo nosso).

Em relação ao **interlocutor**, Maingueneau esclarece que ele se aproxima da noção bakhtiniana de “superdestinatário”, compreendido como um “terceiro que se superpõe ao

destinatário imediato da interação verbal”, mas em um sentido um pouco mais restrito, tomado como um “representante ideal” da atividade social à qual o tipo de discurso se associa (MAINGUENEAU, 2015a, p. 119). Já em relação à definição do **quadro espaço-temporal**, Maingueneau explica que uma cena englobante não é atemporal, pois em sociedades e épocas específicas, as relações entre os diversos campos do agir humano se dão de maneiras diferentes, constituindo cenas englobantes diversas (MAINGUENEAU, 2008a, p. 116, 2013, p. 96). Houve, inclusive, épocas nas quais muitas cenas englobantes eram indiferenciadas (idem), o que certamente reflete a própria indiferenciação dos campos de agir que caracterizava sociedades menos complexas que a sociedade moderna (ADEODATO, 2002, p. 189).

Em resumo, uma cena englobante se caracteriza por relacionar um locutor prototípico e um interlocutor ideal a um determinado tipo de discurso que caracteriza um campo da atividade social em um certo quadro espaço-temporal. Essa relação, no entanto, não é algo já dado, da ordem da realidade, mas uma construção que emerge na análise do funcionamento do discurso em função do olhar do analista. Como afirma Maingueneau (2015a, p. 120): “*é o pesquisador, em função de seus objetivos, que é levado a decidir em que nível vai situar a cena englobante pertinente*”.

Antes de iniciarmos nossas análises, gostaríamos de comentar a utilização do conceito de cena englobante para a análise de textos verbo-visuais. Embora a reflexão teórico-metodológica entabulada por Maingueneau tenha a linguagem verbal como foco, o próprio autor a utiliza para refletir sobre um anúncio publicitário verbo-visual (2013, p. 95-96). Tal uso sugere a validade do conceito para esse tipo de análise, ainda que Maingueneau não teça considerações específicas sobre essa utilização. Por esse motivo, importa esclarecer que compreendemos haver uma distinção fundamental entre discurso e língua¹¹⁹, o que nos permite pensar na materialização do discurso em outras linguagens além da linguagem verbal. Logo, acreditamos que o funcionamento discursivo em uma materialidade significativa como a imagética também pode ser abordado a partir da relação entre o texto imagético e as esferas sociais nas quais ele circula, de onde se conclui ser perfeitamente possível relacionarmos uma imagem a uma cena englobante¹²⁰.

¹¹⁹ Ainda que os EDF, em suas origens, acreditassem que a língua era a “materialidade específica” do discurso (FERREIRA, 2005, p. 13).

¹²⁰ Sobre a relação entre imagem e discurso nos EDF, conferir os ensaios *Hipóteses para uma análise discursiva das imagens* (GALINARI, 2013) e *Metodologia de pesquisa em Análise do Discurso face aos novos suportes*

3.3.2 O conceito de política

Poderíamos sintetizar esta e as próximas seções afirmando que as fotografias que compõem as campanhas analisadas em nossa pesquisa emergem no espaço virtual na cena englobante política. Esta afirmação, no entanto, longe de ser transparente, pouco ou nada diz sobre nosso objeto de estudo e nos obriga a uma caracterização do que compreendemos como **cena englobante política**, do que compreendemos como **discurso político** e, por conseguinte, do que compreendemos como **política**. Começaremos pelo fim. Pesquisando o significado do termo “política” em dicionários da língua portuguesa, podemos encontrar, por exemplo, as seguintes definições presentes no dicionário Aulete Digital (LACERDA, s. d.):

1. Arte e ciência da organização e administração de um Estado, uma sociedade, uma instituição etc.
2. O conjunto de fatos, processos, conceitos, instituições etc. que envolvem e regem a sociedade, o Estado e suas instituições, e o relacionamento entre eles.
3. O gerenciamento de uma dessas instituições ou do conjunto delas.
4. O conjunto de conceitos e a prática que orientam uma determinada forma, pré-escolhida, desse gerenciamento[.]
5. Fig. Habilidade para negociar e harmonizar interesses diferentes [.]
6. Habilidade de conduzir ou influenciar o governo pela organização partidária, opinião pública, conquista do eleitorado etc.
7. Atuação na disputa de cargos de governo ou nas relações partidárias.
8. Conjunto de princípios e opiniões de uma pessoa que constituem uma posição ideológica.
9. Fig. Esperteza, astúcia para obter alguma coisa[.]

Percebe-se pelo excerto acima que o sentido deste termo é bastante heterogêneo na língua portuguesa, encontrando-se pelo menos nove definições já dicionarizadas (em meio a quantas outras não dicionarizadas?), das quais seis se referem, de alguma forma, ao Estado e suas instituições (definições 1, 2, 3, 4, 6 e 7) e três a questões que transcendem o Estado (5, 8 e 9). Sendo assim, é no mínimo estranho descobrirmos que quatro dicionários técnicos especializados em política (três publicados recentemente) se abstêm de tentar definir aquilo que lhes confere unidade, isto é, o conceito de política (conferir quadro 4). Neles se encontram diversas entradas para conceitos como “economia política”, “participação política”, “partidos políticos”, “propaganda política” etc., mas nenhuma para esclarecer o que

mediáticos (MARQUES, 2011). Sobre esta relação nos ED, conferir o livro *Imagem e Discurso* (MENDES, 2013).

seria esse termo especificador. Em um deles, inclusive, o autor justifica a ausência explicando que a política seria indefinível (ROBERTSON, 2004, p. ix)¹²¹.

AUTOR	TÍTULO	ANO	VERBETE
Charles Knight	<i>Political Dictionary...</i>	1846	Não
Auguste Ott	<i>Dictionnaire des Sciences Politiques et Sociales</i>	1854-1855	Sim
Norberto Bobbio et al	<i>Dicionário de Política</i>	1983 (1998)	Sim
Peter H. Collin	<i>Dictionary of Politics and Government</i>	1988 (2004)	Sim
Frank Bealey	<i>The Blackwell Dictionary of Political Science</i>	1999	Sim
David Robertson	<i>The Routledge Dictionary of Politics</i>	2002 (2004)	Não
Iain McLean e Alistair McMillan (orgs.)	<i>The Concise Oxford Dictionary of Politics</i>	2009 (2016)	Sim
Duncan Watts	<i>Dictionary of American Government and Politics</i>	2010	Não
Mauro Calise e Theodore J. Lowi	<i>Hyperpolitics: an Interactive Dictionary of Political Science Concepts</i>	2010	Não

Quadro 4 - Presença do verbete “política” em dicionários técnicos especializados em política. Fonte: elaborado pelo autor.

Nos outros cinco dicionários consultados, podemos encontrar entradas exclusivas para o termo “política”, mas que se apresentam de maneiras bastante diversas. Mesmo no campo teórico da reflexão sobre política, portanto, não existe um consenso sobre o que é político e sobre como falar de política. Alguns preferem se abster da discussão (como David Robertson, já referido), outros preferem apelar às definições objetivas (como Peter Collin, que apresenta o conceito em oito palavras), e outros preferem recorrer à historicização do conceito (como Norberto Bobbio). Essas três posturas, para mim, são já posturas políticas, e esta afirmação abre caminho para o conceito de política ao qual recorro, por indicar o caráter político da produção e disseminação de saberes.

Voltemos aos dicionários: para Peter Collin, política seria apenas “*a teoria e a prática de governar um país*” (2004, p. 183, tradução nossa), concepção que também é mencionada por Lincoln Allison (2016), mas sob o rótulo de um “*conceito geral*” que será posteriormente problematizado pelo próprio autor, como veremos. Para Frank Bealey, uma concepção de

¹²¹ No original: “*Politics as an art (an indefinable art - there is no entry just on ‘politics’)* [...]” (ROBERTSON, 2004, p. ix).

política própria da ciência política seria “*atividade que envolve conflito coletivo e sua resolução*” em “*todas as inter-relações grupais, seja entre Estados ou entre facções dentro dos Estados*”¹²² (1999, p. 261, tradução nossa). Já August Ott distingue quatro sentidos para o termo (1855, p. 317, tradução nossa):

- o **clássico**, advindo da Antiguidade clássica, segundo o qual, política compreenderia “*tudo o que concerne aos assuntos públicos e à gestão dos interesses do Estado*”;
- o **moderno**, mais restrito, que excluiria da definição anterior “*tudo o que concerne à legislação civil [...], à economia política, às finanças, à administração, à economia política, à legislação penal etc.*”¹²³;
- e os “**usuais**” (na época de escrita do dicionário, é certo): política como “*uma das ciências sociais*” e política como “*gestão de certos assuntos públicos*” .

Norberto Bobbio também apresenta as acepções clássica e moderna e explica que a primeira se originaria do adjetivo *politikós*, que na língua grega significaria “*tudo o que se refere à cidade*” (*pólis*, em grego), abrangendo “*o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social*” (2004, p. 954). O filósofo também contextualiza a acepção moderna, mostrando que ela surge com a emancipação das instâncias religiosa, econômica e social em relação ao domínio do político. Voltaremos a essa questão depois. Antes, gostaríamos de sintetizar as diversas concepções estudadas até agora. Contrastando as definições apresentadas pelos dicionários técnicos, podemos observar a prevalência de cinco sentidos para o termo “política”, conforme expomos abaixo:

- a. **Política como uma ciência social (ciência política)** → “*uma das ciências sociais*”; “*a teoria e a prática de governar um país*”;

¹²² O autor ainda apresenta três outras concepções presentes no senso comum que não nos interessa discutir aqui: a política como uma atividade desonrosa, a política como o discurso e a ação dos governantes (nos regimes autoritários) e a política como o que passa na mídia (nos regimes democráticos).

¹²³No original: “*Dans les temps modernes, les sciences concernant l'Etat se sont particularisées davantage. On comprend leur ensemble sous la dénomination des sciences politiques et sociales, et on a écarté ainsi de la politique tout ce qui concerne la législation civile, c'est-à-dire les lois qui régissent la famille et la propriété, l'économie politique, les finances, l'administration, l'économie politique, la législation pénale, etc.*” (1855, p. 317).

- b. **Política como gestão**¹²⁴ **de uma região administrativa (governo)** → “*a teoria e a prática de governar um país*”; “*tudo o que concerne aos assuntos públicos e à gestão dos interesses do Estado*”;
- c. **Política como gestão de conflitos coletivos interestatais e intraestatais** → “*atividade que envolve conflito coletivo e sua resolução*” em “*todas as inter-relações grupais, seja entre Estados ou entre facções dentro dos Estados*”;
- d. **Política como gestão de certos assuntos públicos** → “*gestão de certos assuntos públicos*”, à exceção de “*tudo o que concerne à legislação civil [...], à economia política, às finanças, à administração, à economia política, à legislação penal etc*”;
- e. **Política como gestão de todos os assuntos públicos** → “*tudo o que concerne aos assuntos públicos e à gestão dos interesses do Estado*”; “*tudo o que se refere à cidade*”, abrangendo “*o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social*”.

Todos esses sentidos estão inter-relacionados, sendo (b) o sentido mais específico e (e) o sentido mais amplo. Do sentido mais específico ao sentido mais amplo há um encadeamento de relações de pertinência (nos termos da teoria dos conjuntos), de modo que (b) está contido em (c), mas (c) não está contido em (b) etc. Do mesmo modo, parece-nos que (b) é o sentido mais legitimado (por razões diversas, que mereceriam um estudo à parte, mas certamente relacionadas à consolidação da ciência política na modernidade) e (e) é o sentido menos legitimado, em uma escala que reflete as disputas de poder-saber relativas aos limites do “*Estado como organização da esfera política*”¹²⁵ (BOBBIO, 1998, p. 960). Podemos ver uma representação imagética dessas relações no diagrama 8.

¹²⁴ Não nos interessa partir da discussão sobre o sentido de “política” para a discussão sobre o sentido de “gestão”. Por esse motivo, esclarecemos que utilizamos esse termo de uma forma não técnica e que ele pode ser substituído por “administração”, “controle”, “comando”, “gerenciamento”, “negociação”, “intermediação” etc., de acordo com as limitações dos contextos nos quais ele é utilizado. Reconhecemos que essa não é a melhor abordagem para a questão, mas compreendemos que a deriva de sentidos do termo “gestão” não nos impede de perceber as diferenças entre as cinco concepções acima apresentadas.

¹²⁵ Para o jurista Dalmo Dallari, o Estado pode ser entendido genericamente como “*todas as sociedades políticas que, com autoridade superior, fixaram as regras de convivência de seus membros*” (1983, p. 43). Com base nesta definição e em outras apresentadas pelo jurista Paulo Bonavides (2000), entendemos este conceito de forma ampla como a organização da sociedade a partir de regras de convivência fixadas por autoridades em um processo mediado pelo uso do poder.

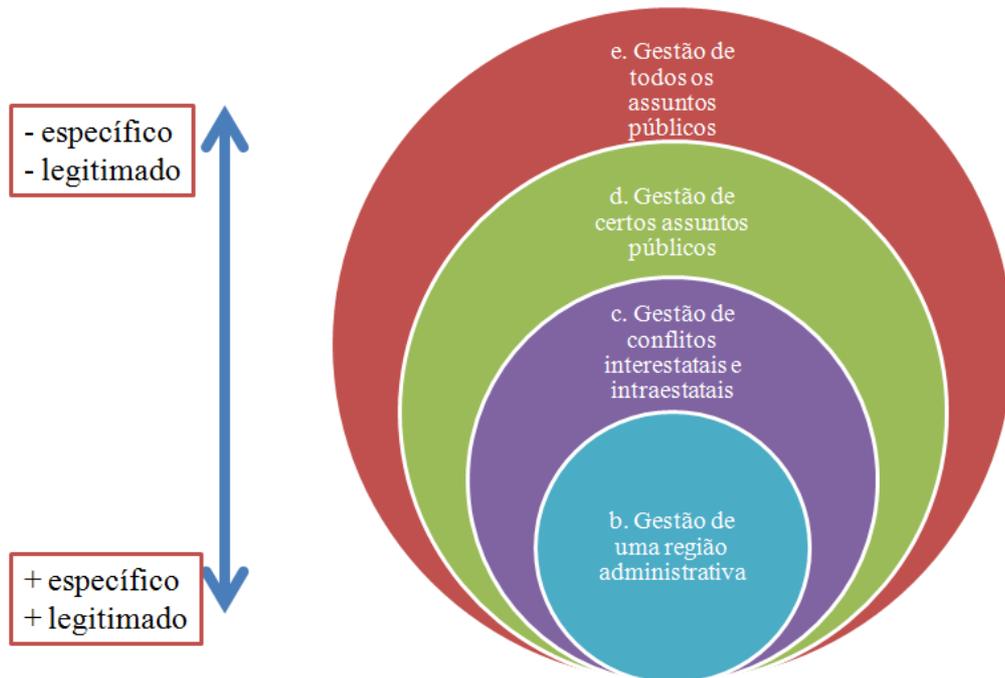


Diagrama 8 - Relação entre os sentidos técnicos para o termo “política”. Fonte: elaborado pelo autor.

Já o sentido (a), embora pareça deveras objetivo, é o mais fluido de todos, pois assenta em uma definição circular segundo a qual “política” é o “estudo da política”. Quando dizemos que “política” é “uma das ciências sociais”, queremos dizer que “política” é o mesmo que “ciência política”. Em uma perspectiva referencial, sabemos o que é ciência política, tendo em vista que existe uma área do conhecimento constituída sob este nome, materializada em departamentos de ensino e pesquisa, em livros e periódicos, em congressos e títulos. No entanto, se observarmos apenas o sintagma “ciência política”, podemos nos perguntar: o que ele significa? Ora, para definirmos este sintagma, precisamos definir o que é “política”, e voltamos ao mesmo problema, como Sísifo de volta ao sopé da montanha. Percebe-se, portanto, que o sentido da definição (a) só pode ser dado quando escolhermos (b), (c), (d) ou (e). Em outras palavras, o sentido potencial da definição (a) pode se estender de (b) a (e), como representado no diagrama 9.

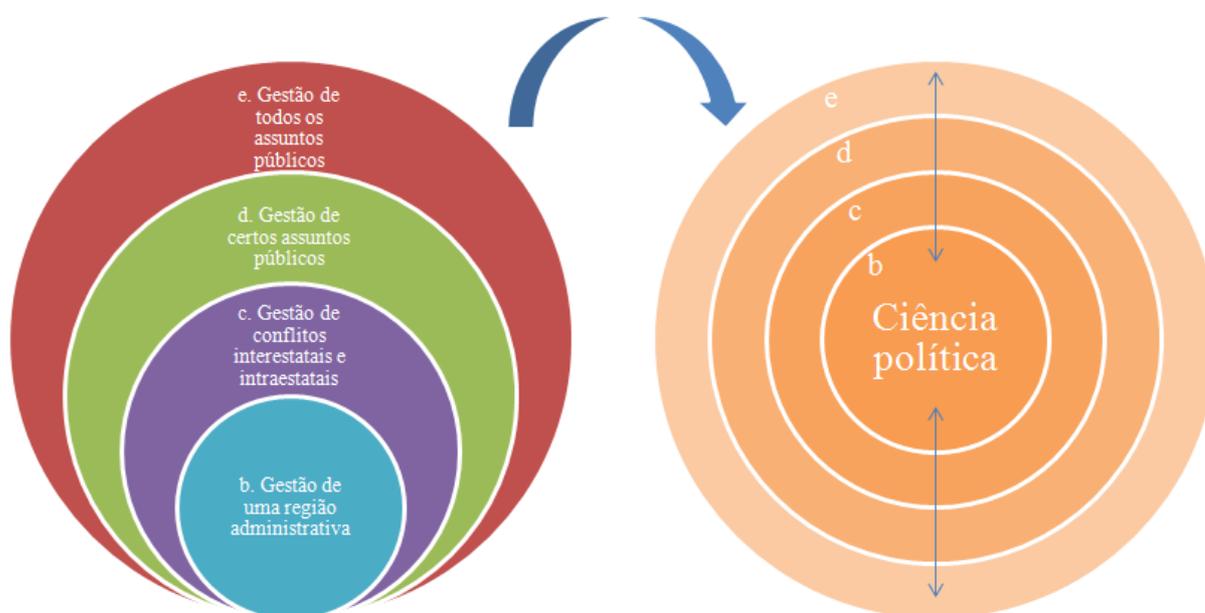


Diagrama 9 - Os sentidos da expressão “ciência política”. Fonte: elaborado pelo autor.

As disputas em torno do sentido de política que se restringem às concepções (b), (c), (d) e (e), no entanto, não contemplam o horizonte de nossa problematização. Apesar de haver diferenças substanciais entre essas diferentes concepções, o que há de comum em todas elas é a referência ao que é coletivo e público e se localiza no interior da esfera do “Estado”; o que significa, como já dissemos, que essas disputas se referem, em última instância, aos limites do Estado. A retomada de uma ponta solta deixada em nosso texto nos ajuda a vislumbrar uma outra instância da política que não deriva do Estado e não depende do Estado, porque o antecede: a instância caracterizável pela diferença, pelo conflito e pela influência. É essa instância que as definições 5, 8 e 9 presentes no dicionário Aulete Digital (LACERDA, s. d.) tangenciam.

5. Fig. Habilidade para negociar e harmonizar interesses diferentes [.]

8. Conjunto de princípios e opiniões de uma pessoa que constituem uma posição ideológica.

9. Fig. Esperteza, astúcia para obter alguma coisa[.]

Outras duas pontas soltas nas páginas passadas nos permitem tornar esta instância mais “tangível”. A primeira delas é a história da constituição da política como uma esfera autônoma da atividade social, conforme relatado por Bobbio (1998, p. 960). Enquanto na tradição clássica a política abarcaria o “*sociável e [o] social*” (p. 954), na concepção moderna haveria uma separação destas esferas. Segundo o autor, “*reduzir [...] a categoria da Política à*

atividade direta ou indiretamente relacionada com a organização do poder coativo é restringir o âmbito do "político" quanto ao "social", é rejeitar a plena coincidência de um com o outro" (p. 960).

Em nosso entendimento, essa separação perde de vista, no plano da teoria, a instância supramencionada por nós, que não se resume inteiramente ao social, pois envolve a diferença, o conflito e a interinfluência no que se refere a questões coletivas e públicas, mas não passa necessariamente pela esfera do ‘poder coativo organizado’, isto é, pela esfera do Estado e de suas instituições. Curiosamente, apenas em um dicionário de sociologia é que encontramos o reconhecimento desta instância, colocado nos seguintes termos: “*o conceito de política pode ser aplicado a virtualmente todos os sistemas sociais nos quais o poder é importante*” (JOHNSON. 1997, p. 178). Percebe-se que aqui não se fala do ‘poder coativo organizado’, mas de “poder” de um modo geral. Posteriormente essa relação ficará mais clara quando explorarmos melhor a relação entre poder e política.

Em relação às questões coletivas e públicas, esclarecemos que elas podem ser de natureza diversa, mas serão consideradas políticas desde que tenham o potencial de agrupar pessoas em polos opostos (SCHMITT apud MOUFFE, 2005, p. 12), “*desde o momento em que assumam[m] o aspecto de uma prova de força entre os grupos que representam esses interesses [conflitantes], ou seja, desde o momento em que se afirmem[m] como uma luta de poder*” (FREUND apud BOBBIO, 1998, p. 959). O jurista Lourival Vilanova explica a questão nos seguintes termos:

Qualquer fenômeno social pode tornar-se político. O que existe é a probabilidade maior ou menor de politização. Há factos [sic] fracamente políticos (ou artísticos), outros, [sic] fortemente tendentes à politização [...]. O certo é que os fenômenos políticos são suscetíveis de tomar conteúdos sociais diversos (2003, p. 371).

Como se percebe, a linha entre o social e o político é tênue, e a questão ficará ainda mais complexa quando também considerarmos como políticas a esfera do pessoal e do subjetivo. Nesse ponto de nossa discussão, perceberemos que até mesmo o “artístico” será considerado fortemente político. Antes de chegarmos a esse ponto, no entanto, precisamos caracterizar melhor essa instância da política à qual nos referimos. Para tanto, vale a pena recorrermos à distinção entre político e política proposta pelo historiador Pierre Rosanvallon em seu conhecido livro *Por uma história do político*:

Ao falar substancialmente do político, qualifico desse modo, tanto uma modalidade de existência da vida comum, quanto uma forma de ação coletiva que se distingue implicitamente do exercício da política. Referir-se ao político e não à política, é falar do poder da lei, do Estado e da nação, da igualdade e da justiça, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade; em suma, de tudo aquilo que constitui a pólis para além do campo imediato de competição partidária pelo exercício do poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições (ROSANVALLON, 2010, p. 73).

Essa outra instância da política sobre a qual falamos, portanto, corresponderia ao que Rosanvallon apresenta como **[o] político**, uma das modalidades de existência da vida comum e que transcende aquele campo mais restrito, associado ao Estado e suas instituições, ao qual o autor denomina **[a] política**. Nessa modalidade estão inclusos, por exemplo, o esporte, a arte, a religião e todas as outras áreas de atividade que levantam questões coletivas de natureza conflituosa que muitas vezes não chegam ou tardam a chegar à esfera do Estado¹²⁶. A partir de uma outra problematização¹²⁷, a politicóloga Chantal Mouffe faz a seguinte distinção, muito parecida com a proposta por Rosanvallon¹²⁸:

Por “**político**” refiro-me à dimensão do antagonismo que é inerente a todas as sociedades humanas, antagonismo que pode assumir formas muito diferentes e emergir em relações sociais diversas. “**Política**”, por outro lado, refere-se ao conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflituosas, porque afetadas pela dimensão do “político” (MOUFFE, 2003, p. 15, grifos meus).

Dessa distinção se compreende que a política seria apenas uma tentativa de “organização” da dimensão necessariamente conflituosa do político. Para a autora, essa organização teria como objetivo transformar o antagonismo dos conflitos em agonismo, isto é, transformar conflitos nos quais os oponentes se veem como “inimigos” sem nada em comum em conflitos nos quais os oponentes reconhecem que suas diferenças irreduzíveis não

¹²⁶ Como explica Allison (2016), desconsiderar o político destes exemplos é, em si, uma posição política e com repercussões também políticas. Em suas palavras: “*Dizer que uma área da atividade como o esporte, as artes ou a vida familiar não fazem parte da política, ou ‘não têm nada a ver com a política’, é fazer um tipo particular de posicionamento político*” (idem, tradução nossa).

¹²⁷ Essa problematização é bem discutida no livro *On the Political* (MOUFFE, 2005). Não nos interessa aqui estabelecer um diálogo com todo o pensamento da autora, mas apenas retomar essa distinção para esclarecermos nossa compreensão do fenômeno político de forma a caracterizarmos melhor a cena englobante política.

¹²⁸ A semelhança está na caracterização da “política”. A caracterização do “político” é diferente, mas tanto o que Rosanvallon quanto o que Mouffe apresentam como “o político” se inserem nessa esfera que estamos tentando caracterizar.

transformam o outro em um “inimigo” a ser erradicado (MOUFFE, 2005). Não pretendendo nos aprofundarmos mais na teoria de Mouffe, gostaríamos de trazer à discussão o conceito de “campo político” proposto pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1989)¹²⁹.

[...] entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em determinado momento [...] o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (p. 163-164).

Como se percebe, essa conceituação, apresentada em uma “*lógica da oferta e da procura*” (p. 164), parte do pressuposto de que existe uma “*divisão do trabalho do político*” (p. 163) que separa aqueles que possuem os meios de “*produção política*” (p. 164) daqueles que não os possuem, isto é, os agentes dotados de competência social e técnica para a política¹³⁰ e o restante dos cidadãos. Em nossa leitura, essa caracterização serve muito bem para descrever “a política”, tendo em vista que ela toma como “*lugar de produção*” (p. 164) política o espaço ocupado pelos “*profissionais*” (p. 166) da política, isto é, o espaço do Estado e de suas instituições.

A partir da distinção entre o político e a política, podemos aventar a existência de um campo político outro, mais amplo que aquele apresentado por Bourdieu, no qual as relações de força e as lutas para modificar essas relações de força não são travadas pelos profissionais da política, mas por outros agentes políticos, como militantes, jornalistas, professores, religiosos, líderes comunitários, músicos, atores, escritores, artistas e, enfim, o próprio cidadão comum. Neste campo político, todos possuem o principal meio de produção do político, isto é, a linguagem, e, portanto, todos produzem política a cada momento em que se

¹²⁹ Compreendemos o campo como um espaço simbólico de luta entre diferentes agentes cujas posições são objetivamente determinadas no interior de uma estrutura social. Para uma definição mais técnica, conferir Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant (1992, p. 72-73), cuja tradução reproduzo a seguir: “*em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (situs) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com outras posições (dominação, subordinação, homologia etc.)*” (BOURDIEU; WACQUANT apud BONNEVITZ, 2005, p. 60).

¹³⁰ Conforme caracterização realizada em *A Distinção: Crítica Social do Julgamento* (BOURDIEU, 2007).

utilizam dela. Vale retomar aqui a reflexão de Aristóteles (1985, p. 15) sobre o papel da linguagem para a constituição da pólis:

Agora é evidente que o homem, muito mais que a abelha ou outro animal gregário, é um animal social. Como costumamos dizer, a natureza nada faz sem um propósito, e o homem é o único entre os animais que tem o dom da fala. Na verdade, a simples voz pode indicar a dor e o prazer, e os outros animais a possuem (sua natureza foi desenvolvida somente até o ponto de ter sensações do que é doloroso ou agradável e externá-las entre si), mas a fala tem a finalidade de indicar o conveniente e o nocivo, e portanto também o justo e o injusto; a característica específica do homem em comparação com os outros animais é que somente ele tem o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto e de outras qualidades morais, e é a comunidade de seres com tal sentimento que constitui a família e a cidade.

Como se percebe nesse excerto, a linguagem, para Aristóteles, funda a comunidade que caracteriza a pólis por permitir a formação de consensos em relação a valores morais¹³¹. Nesse sentido, a linguagem é constitutiva da política, é uma condição para a política e, por consequência, não é possível dissociar estes dois elementos. Não podemos ignorar, no entanto, que esta comunidade formada pelo consenso e que é necessária para a constituição da pólis distingue-se da comunidade que efetivamente influenciará os destinos da pólis, pois enquanto aquela é formada por todos os que utilizam a linguagem, esta é formada por aqueles a quem é dado o direito de a utilizar na assembleia (aqueles a quem se aplica o princípio da isegoria, os homens livres e nativos, aos quais se confere o *status* de cidadão, excluindo-se desta categoria as mulheres, os estrangeiros e os escravos) (GUARINELLO, 2015).

Sem ignorarmos as diferenças substanciais entre a sociedade ateniense da Antiguidade Clássica e as sociedades ocidentais contemporâneas, gostaríamos de caracterizar o campo político cuja existência defendemos como o campo no qual a linguagem opera a fim de constituir esta comunidade, mencionada por Aristóteles, de seres que compartilham uma moral. Destacamos o uso da expressão “a fim de” porque a existência efetiva desta comunidade nos parece utópica na Antiguidade, como atestam os conflitos internos às cidades-estado mencionados por Guarinello (2015, p. 35-36), e ainda mais na

¹³¹ Ao falarmos de consenso, não estamos nos referindo ao “entendimento” preconizado por Habermas (2002) em sua teoria do agir comunicativo. Embora um diálogo com as reflexões deste autor possa ser fecundo, acreditamos que a distinção entre o agir comunicativo e o agir estratégico não é pertinente para os objetivos desta seção.

contemporaneidade, caracterizada pela crescente complexificação da sociedade e pela inexistência de consensos éticos¹³².

É certo que neste campo político a linguagem sofre a interferência de limitações de diversas ordens que restringem seu poder e circulação. Já na Grécia Antiga, o livre exercício da palavra era restringido não apenas pelo gênero (homem x mulher), pela procedência (nativo x estrangeiro) e pelo *status* social (livre x escravo), mas também pelo domínio das habilidades da oratória¹³³, de modo que mesmo entre aqueles que podiam falar, apenas alguns o faziam, dentre os quais poucos se destacavam a ponto de influenciar a tomada de decisões. Na contemporaneidade, são muitas as formas de restrição da linguagem, destacando-se entre elas aquelas referentes aos meios de comunicação. Assim, enquanto uns podem falar a milhões de pessoas por meio de um telejornal, outros só podem falar ao círculo restrito de seus conhecidos por meio de uma rede social. Essas limitações, no entanto, diferentemente do que acontece no campo político mencionado por Bourdieu, não impedem a produção da política, pois o sujeito não pode ser espoliado da linguagem, sendo até mesmo seu silêncio (infligido ou voluntário) um elemento signifiante (ORLANDI, 2007) e político.

Em resumo, portanto, na esteira da distinção entre a política e o político, proposta por Rosanvallon e Mouffe, gostaria de propor uma distinção entre o **campo da política**, que é o campo apresentado por Bourdieu, e o **campo do político**, a cuja caracterização sumária me dediquei nos parágrafos precedentes. A fim de evitar mal-entendidos, enfatizo que o “campo político” apresentado por Bourdieu passa a ser chamado, nesta distinção precedente, de “campo da política”. Vejamos no diagrama 10 uma tentativa de representar imageticamente as relações entre estes quatro conceitos.

¹³² Para o politicólogo francês Christian Le Bart, o discurso político serve para “*legitimar a ordem política enredando os fios de uma intriga em quatro passos*” das quais o quarto “passo” seria a crença de que “*a soma dos cidadãos forma uma comunidade*” (LE BART, 1998, p. 70-71 apud PIOVEZANI, 2007, p. 98, tradução nossa). Esse “mito” político, conforme a leitura do analista de discurso Carlos Piovezani, é uma condição necessária para o sucesso da política, como bem atestam os estudos do politicólogo Benedict Anderson sobre comunidades imaginadas e nacionalismo (2008).

¹³³ Sobre esse aspecto, o seguinte texto é esclarecedor: “[...] *na própria Assembléia [sic] nem todos tinham os mesmos recursos de atuação. Lido o relatório dos projetos levados à ordem do dia, o arauto pronunciava a fórmula tradicional: “Quem pede a palavra?” Segundo o princípio da isegoria, qualquer cidadão tinha o direito de responder a esse apelo. Mas, de fato, apenas poucos o faziam. Os que possuíam dons de oratória associados ao conhecimento dos negócios públicos, os hábeis no raciocinar e no usar a voz e o gesto, estes é que obtinham ascendência sobre o auditório, impunham seus pontos de vista através da persuasão retórica e lideravam as decisões. A eloquência [sic] tornou-se, assim, uma verdadeira potência em Atenas; sem ter necessidade de nenhum título oficial, o orador exercia uma espécie de função no Estado. Se além de orador era um homem de ação — como Péricles — tornava-se, durante algum tempo, o verdadeiro chefe político*” (FLORIDO, 1999, p. 7).

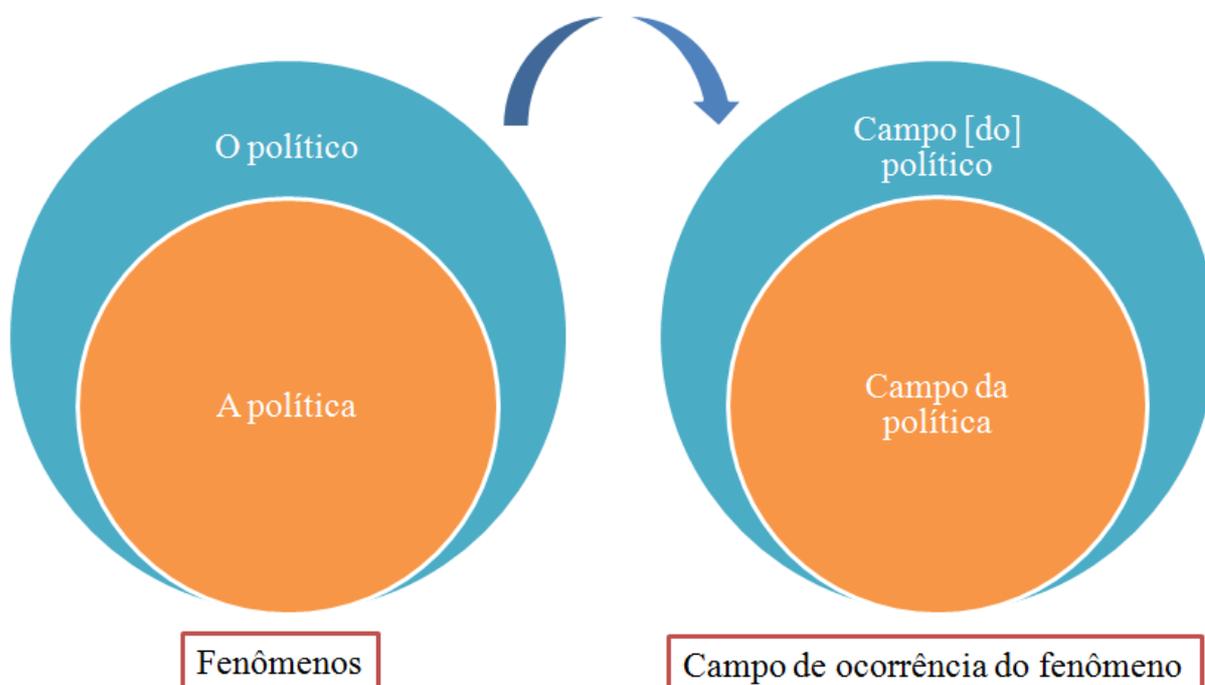


Diagrama 10 - As relações entre os conceitos de político, política, campo político e campo da política. Fonte: elaborado pelo autor.

Dando continuidade à caracterização do campo político, retomamos aqui a segunda ponta solta que havíamos mencionado, isto é, a problematização do conceito geral de política empreendida por Lincoln Allison. Com o perdão pela longa citação, reproduzimos abaixo suas palavras (2016, tradução nossa, grifos nossos):

[...] a definição de política é altamente, talvez essencialmente, contestada. Há um considerável desacordo sobre quais aspectos da vida social devem ser considerados 'políticos'. Em um extremo, muitos (especialmente, mas não apenas, feministas) afirmam que 'o pessoal é político', significando que as características essenciais da vida política podem ser encontradas em qualquer relacionamento, como aquele entre um homem e uma mulher. O uso comum, de qualquer modo, sugere um domínio muito mais restrito para a política: assume-se com frequência que a política apenas ocorre no nível do governo e do Estado e deve envolver disputa partidária. No sentido desenvolvido por Bernard Crick na obra *Em defesa da política*, o fenômeno da política é muito limitado no tempo e no espaço a certos tipos de sociedades liberais, plurais, que permitem um debate relativamente amplo.

Em nossa leitura, esse desacordo sobre os limites do político em relação ao social, que relegou uma instância do político ao limbo, conforme demonstramos anteriormente, é o que origina posições extremas como a de que tudo é político e a de que político é apenas aquilo que se refere ao Estado em sua configuração moderna. Acreditamos que essas posições

carecem de fundamentos empíricos, sendo a primeira uma tentativa exacerbada de politizar toda a realidade¹³⁴ - o que nos leva à impossibilidade da análise, pois se tudo é político, logo nada é político, afinal uma coisa só é aquilo que outra não é - e a segunda uma tentativa exacerbada de singularizar um determinado fenômeno histórico por meio de uma restrição conceitual pouco útil à reflexão teórica. Poderíamos colocar essas posições como os dois extremos de um contínuo de concepções sobre o que pode ser considerado político, no interior do qual as diversas outras concepções poderiam ser divididas entre as que se referem ao político e as que se referem à política. Vejamos no diagrama 11 uma tentativa de representar esse contínuo, na qual todos os sentidos mencionados no diagrama 9 estariam em (c).

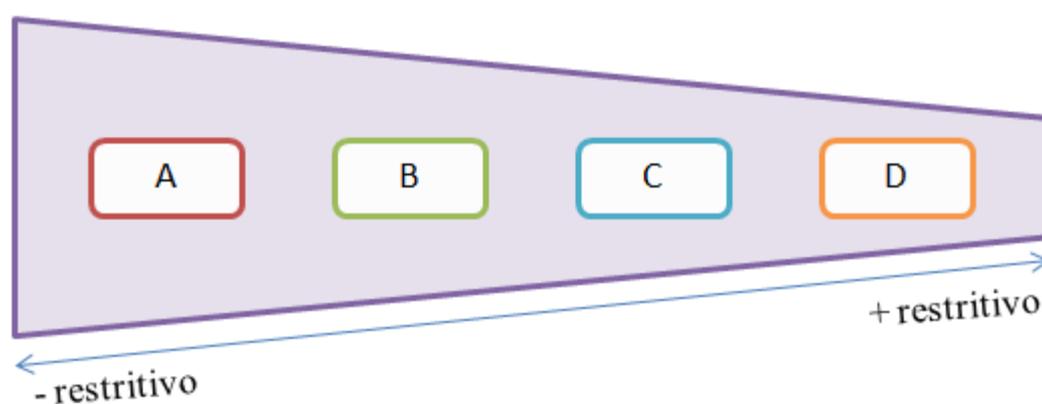


Diagrama 11 - Contínuo de concepções sobre o que pode ser considerado político: (a) tudo; (b) o que se refere a questões coletivas e públicas, isto é, ao campo do político; (c) o que se refere a todas as formas de Estado e suas instituições, isto é ao campo da política; (d) o que se refere ao Estado moderno e suas instituições. Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme viemos defendendo, há duas instâncias diferentes: a da própria **política** (c), que engloba o Estado em suas diferentes configurações, e não apenas a configuração moderna (d), e a do fenômeno **político** (b), que engloba questões coletivas e públicas não necessariamente relacionadas ao Estado. Esta segunda instância (b) difere da concepção extremada de que tudo é político (a) porque exclui do fenômeno político questões meramente pessoais. Essa afirmação, no entanto, deve ser relativizada, pois há muita coisa que foi considerada de âmbito exclusivamente pessoal sem sê-lo, e é neste aspecto que queremos nos deter agora, com base na noção mencionada por Allison de que o pessoal é político.

¹³⁴ Para Piovezani, a “*tendência à ‘politização’ de diferentes campos sociais da atividade humana*” que se observa nas ciências sociais a partir dos anos 70, é uma espécie de reação ao *linguistic turn* da década de 60, que levou à consideração de que tudo era linguagem (2007, p. 105).

Segundo a historiadora Suruchi Thapar-Björkert (2016), o slogan “o *peessoal é político*” é frequentemente utilizado pelo movimento feminista para se referir ao potencial libertador que se encontra na análise das identidades e experiências pessoais das mulheres, com base na crença de que “*quanto mais as mulheres transformam suas vidas e consciências, mais elas percebem o potencial de mudança [social]*” (2016, tradução nossa). Ele se origina de um memorando escrito em 1969 pela jornalista e ativista feminista Carol Hanisch em resposta à ativista Dottie Zellner, que teria questionado o caráter político do movimento feminista Women’s Liberation, afirmando que “*a tomada de consciência era apenas terapia*” (HANISCH, 2006, p. 1). De acordo com Hanisch, a concepção de que o pessoal é político nasceu de sua participação em grupos feministas, nos quais se compartilhavam experiências supostamente pessoais e a teorização ocorria da seguinte maneira:

Nós selecionamos tópicos por meio de dois métodos principais: Em um grupo pequeno, é possível para nós nos revezarmos e trazermos perguntas para a reunião (como, O que você prefere/ria, um bebê menina ou menino, ou nenhuma criança, e por quê? O que acontece com o seu relacionamento se o seu companheiro ganha mais dinheiro do que você? E se ele ganha menos?). Então circulamos pela sala respondendo às questões a partir de nossas experiências pessoais. Dessa forma, todo mundo fala. No final da reunião, tentamos resumir e generalizar o que foi dito e a partir daí fazer as conexões (HANISCH, 2006, p. 3-4, tradução nossa)¹³⁵.

A discussão das vivências pessoais dessas mulheres e o estabelecimento de conexões permitiu a constatação de que suas experiências transcendiam o plano individual, pois eram compartilhadas por todas elas. Os problemas pessoais, portanto, eram problemas coletivos, e enquanto problemas coletivos, demandavam soluções coletivas que só poderiam emergir de ações coletivas, de onde se compreende o caráter político das experiências pessoais (HANISCH, 2006, p. 3-4). Esse método de teorização certamente não estava isento de problemas, e a própria autora reconhecia isto ao afirmar que: “*todas nós precisamos aprender qual é a melhor forma de tirar conclusões das experiências e sentimentos sobre os quais falamos e como estabelecer todos os tipos de conexões*” (idem, p. 5, tradução nossa). Talvez por isso Thapar-Björkert (2016) identifique no uso desta concepção o perigo de que a política se torne excessivamente pessoalizada e perca de vista as questões que transcendem os indivíduos. É essa a conclusão que o intelectual inglês Terry Eagleton também chega ao

¹³⁵ Nossa tradução é uma revisão de uma tradução anônima que se encontra disseminada na Internet. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/190219/O+Pessoal%2B%C3%A9%2BPol%C3%ADtico.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

afirmar que “[...] *nem é adequado identificar o pessoal e o político: indubitavelmente é certo que o pessoal é político, mas há um sentido importante no qual o pessoal é também pessoal, e o político é político. A luta política não pode ser reduzida ao pessoal ou vice-versa*” (2006, p. 224).

A noção de que “o pessoal é político” certamente é uma das mais controversas no campo da ciência política, tendo sido revisitada por diversos estudos e até mesmo radicalizada pelo filósofo político Gerald Cohen (ASSUMPCÃO, 2015). Não nos interessa aqui retomar os vários desenvolvimentos desta noção e as críticas que lhe foram feitas¹³⁶, mas apenas destacar a sua principal contribuição para a teorização sobre a política. Para tanto, vejamos o que tem a dizer a politicóloga greco-francesa Eleni Varikas.

Esta afirmação insistia, ao contrário, sobre o caráter estrutural da dominação expresso nas relações da vida cotidiana, dominação cujo caráter sistemático tinha sido precisamente obscurecido, como se fosse o produto de situações pessoais. Não se tratava de escolher entre mudar as “mentalidades” e mudar as “instituições”, pois esta “escolha” implica numa concepção do privado e do público que as feministas denunciavam precisamente como uma mistificação. Tratava-se sobretudo de mostrar que a dominação era ao mesmo tempo oculta e assegurada através de poderosas instituições como a família, a heterossexualidade institucionalizada, a divisão e a estrutura sexuada do trabalho e do emprego (VARIKAS, 1996, p. 6).

Em outras palavras, o que a expressão “o pessoal é político” busca enfatizar é o caráter sistemático de determinadas experiências da vida cotidiana nas quais se observam relações de força que transcendem o pessoal, pois estruturam a própria sociedade. Nesse sentido, a luta pela mudança das mentalidades é também uma luta pela mudança da sociedade e suas instituições, uma luta política. Em suma, o que é político no pessoal é aquilo que o transcende e adentra a esfera do coletivo, do público, do campo do político.

A partir de uma teorização diferente, mas relacionada com o tipo de questões que essa concepção levanta, encontra-se também o conceito de **micropolítica**, entendido como o “*exercício do poder na vida cotidiana*” (HARRIS; WHITE, 2014, tradução nossa). Segundo o politicólogo alemão Roland Willner, o conceito de micropolítica foi utilizado pela primeira vez em 1961 pelo sociólogo Tom Burns no quadro de uma teoria da organização econômica (2011, p. 159). Posteriormente, ele encontrou largo desenvolvimento nos estudos organizacionais - destacando-se a problemática da micropolítica da educação (em

¹³⁶ Sobre a questão, conferir Varikas (1996).

organizações de ensino) e a micropolítica da saúde (em organizações de saúde) - e na filosofia política pós-estruturalista, sobre a qual nos deteremos adiante.

Sua entrada na ciência política ainda não parece ter se efetivado completamente, dada a ausência de um entendimento comum sobre a definição e a potência analítica deste conceito (NULLMEIER et al, 2003 apud WILLNER, 2011). Acreditamos que o estatuto problemático do conceito de micropolítica na ciência política se deve em parte à equiparação da política ao exercício do poder em geral, o que vai contra a concepção defendida por muitos autores de que haveria um tipo específico de poder político baseado “*na posse dos instrumentos mediante os quais se exerce a força física*” (BOBBIO, 1998, p. 955). Como se percebe, essa concepção mais restrita de ‘poder político’ está diretamente relacionada às concepções mais restritas de ‘política’ que vimos anteriormente, para as quais o poder político na contemporaneidade seria um monopólio do Estado e suas instituições.

A difusão do conceito de micropolítica em diferentes disciplinas não impede a identificação de alguns pontos em comum. Sobre isto, o filósofo da educação Donald Willower comenta: “*embora micropolítica seja definida de diversas maneiras por diferentes autores, ela, geralmente, ocupa-se com fenômenos, tais como, poder, influência e controle entre indivíduos e grupos em um contexto social, amiúde em uma organização*” (1991, p. 442 apud SIMÕES; LIMA, 1997, p. 107). Para alguns teóricos, o poder seria o principal fenômeno em estudo na perspectiva da teoria e da análise micropolítica, “*visto que os interesses individuais e grupais desenrolam-se e assentam em função do poder dos respectivos representantes*” (LIMA, 2003, p. 86).

Nesse sentido, importa esclarecer que compreendemos o poder na perspectiva aberta pelos estudos de Foucault, da qual deriva a concepção específica de micropolítica à qual recorreremos. Conforme explica Roberto Machado, as análises empreendidas pelo filósofo francês demonstraram a existência de uma forma de poder que não emana do Estado, nem é confiscada e absorvida pelo seu aparelho, embora possa se integrar a ele. Esse poder “periférico” ou “capilar” “*intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - e [...] se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele,*

penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder [sic] ou sub-poder [sic]” (2004, p. XII)¹³⁷.

O reconhecimento desta forma de poder leva Foucault a caracterizar o poder como algo ubíquo, afirmando que “*o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares*” (2014, p. 101). A ubiquidade do poder se soma a uma segunda característica também observada por Foucault em suas análises: a positividade do poder, caracterizável em termos de produtividade, isto é, da capacidade de produzir algo. As seguintes explicações de Foucault são bastante esclarecedoras:

É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ele ‘reprime’, ele ‘recalca’, ele ‘censura’, ele ‘abstrai’, ele ‘mascara’, ele ‘esconde’. De fato, o poder produz: ele produz real, produz domínios, objetos e rituais de verdade (FOUCAULT apud MACHADO, 2004, p. XVI).

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2004, p. 8).

Do reconhecimento da ubiquidade e da positividade do poder e, especialmente, de seu caráter antes produtor que repressor, deriva a concepção de uma “microfísica dos poderes” que se exerce pela produção de verdades, maneiras de viver, estruturas sociais etc. Nesse contexto, surge também a concepção de que mesmo os indivíduos são um resultado do poder: “*o indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, que é por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos*” (MACHADO, 2004, p. XX). Mas, como Machado esclarece, “*não é, certamente, todo poder que individualiza, mas um tipo específico que [...] Foucault intitulou de disciplina*” (2004, p. XX). Essa concepção, no entanto, leva Foucault a uma outra questão, que é a da relação entre o poder e a produção de sujeitos. Não nos interessa adentrar nessa questão, largamente explorada pelo autor em sua trilogia *História da Sexualidade* e em trabalhos complementares. O que nos interessa destacar é que o reconhecimento desta relação se faz pela reflexão sobre as formas de resistência ao poder que surgiram na década de 60 do século XX (luta feminista, luta antimanicomial etc.), sobre as quais Foucault afirma:

¹³⁷ Tratando da resistência e da insubmissão no contexto das lutas contra o poder, o filósofo Michel Onfray descreve a ubiquidade do poder e sua “penetração” na vida cotidiana nos seguintes termos: “*lá onde dois seres se olham, antes mesmo de se falarem, o poder elabora a relação, mina-a, determina-a*” (2001, p. 180).

Em suma, o principal objetivo destas lutas é atacar, não tanto “tal ou tal” instituição de poder ou grupo ou elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder. Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito ao outro através do controle e da dependência, e ligado à sua própria identidade através de uma consciência ou do autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Nisso reside o caráter político do poder que se exerce na vida cotidiana, e essa concepção nos permite passar da microfísica do poder para a micropolítica do poder. Essa passagem, muito bem explicada por Félix Guattari (2007), é que permite o desenvolvimento dos estudos sobre a micropolítica do desejo (DELEUZE; GUATTARI, 1996; GUATTARI; ROLNIK, 1996), isto é, sobre as “[...] *questões que envolvem os processos de subjetivação em sua relação com o político, o social e o cultural através dos quais se configuram os contornos da realidade em seu movimento contínuo de criação coletiva*” (ROLNIK, 2007, p. 11)¹³⁸. Percebe-se, portanto, na micropolítica, uma similaridade com o que já havia sido colocado pela concepção de que o pessoal é político, e isso nos leva a dizer que o que há de político no pessoal é aquilo que resulta do exercício de micropoderes.

Sintetizando este longo, mas necessário, percurso de reflexão, consideramos a existência de uma instância da política mais ampla que aquela associada ao Estado (em suas diferentes configurações) e suas instituições, e que se caracteriza pela diferença, pelo conflito e pela interinfluência. Nesta instância encontram-se questões coletivas e públicas de caráter conflituoso que não passam necessariamente pela esfera do poder coativo organizado, isto é, do Estado, mas que podem ser consideradas políticas pelo potencial de agruparem pessoas em polos opostos e constituírem lutas de poder. Na esteira de Pierre Rosanvallon e Chantal Mouffe, podemos considerar essa como a instância do **político**, tendo o antagonismo como elemento central, em oposição à instância mais restrita da **política**, na qual o papel central é conferido ao Estado enquanto uma tentativa de organização do antagonismo.

Em diálogo com Pierre Bourdieu, podemos compreender essas instâncias como campos formados por determinados agentes e meios de produção, sendo o **campo da política** formado pelos profissionais da política, que detêm os diversos meios de produção política

¹³⁸ A observação das relações entre a arte e a produção de subjetividades nos permite compreender por que o “artístico” é fortemente político, diferentemente do que havia afirmado Lourival Vilanova (2003, p. 371), em texto citado anteriormente.

descritos por Bourdieu, e o **campo político** formado por agentes políticos variados que utilizam a linguagem como principal meio de produção política na tentativa de criar consensos em relação a questões conflituosas. Neste campo se reconhece a existência da **micropolítica**, que assume como princípios a positividade e a ubiquidade do poder e, especialmente, sua penetração na vida cotidiana e seu papel na produção de subjetividades. Essa compreensão está diretamente relacionada às experiências individuais que transcendem a esfera do pessoal e que resultam do exercício de micropoderes, autorizando a compreensão de que **o pessoal é político** e de que a luta pela mudança das mentalidades é uma luta pela mudança da sociedade e, portanto, uma luta política.

3.3.3 O conceito de discurso político

Esclarecido, portanto, o que compreendemos como política, podemos passar à reflexão sobre o que vem a ser o discurso político. Em diálogo com o filósofo Claude Lefort, Patrick Charaudeau (2006), um dos maiores especialistas em discurso político, atribui a complexidade do fenômeno político à multiplicidade dos fatos que o constituem - fatos políticos *stricto sensu*, fatos sociais, fatos jurídicos e fatos morais - e explica que o discurso “*atravessa todas essas dimensões do fenômeno político*”. Contrapondo-se à cisão entre discurso e ação preconizada pelo senso comum, o autor defende que o discurso “*não tem sentido fora da ação*” e essa ação, no caso do discurso político, busca o exercício de um poder (p. 252).

Para o linguista francês, todo ato de linguagem “*emana de um sujeito*” e é regulado por três princípios “*que o inscrevem em um quadro acional*”: princípio de alteridade (o sujeito se define pelo outro), princípio de influência (o sujeito remete o outro a si)¹³⁹ e princípio de regulação (a relação entre os sujeitos é regulada). Mas “*agir sobre o outro não pode se reduzir a um simples fim de fazer fazer, de fazer dizer ou de fazer pensar*”, pois à intenção de influenciar o outro se soma a exigência de se produza um efeito¹⁴⁰: a submissão do outro à posição do sujeito falante (2006, p. 255). Essa exigência se relaciona com a possibilidade de uma sanção (seja ela uma ameaça ou uma gratificação) e esta possibilidade, se reconhecida

¹³⁹ Para Céli Regina Jardim Pinto, o discurso pode ser compreendido como uma fixação provisória de sentidos (2006, p. 80). Podemos relacionar esta compreensão com o princípio da influência afirmando que influenciar o outro através da linguagem é atribuir sentidos a uma realidade que é, por natureza, complexa, multiversal e plurissignificativa. Devemos esclarecer que tanto a influência quanto a fixação de sentidos são constitutivas da linguagem, o que significa que elas não dependem da intenção consciente e estratégica do sujeito, pois há fixação de sentidos e influência sempre que a linguagem é posta em uso.

¹⁴⁰ Trata-se aqui da distinção entre efeito pretendido e efeito produzido (CHARAUDEAU, 2014, p. 180)

pelo outro, confere ao sujeito falante a autoridade de falar o que fala e confere ao ato de linguagem um poder de ação, o que leva Charaudeau a concluir que “*todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social*” (2008, p. 17).

Como se percebe, essa reflexão nos conduz novamente à problemática da cena de enunciação de um discurso. O que nos interessa destacar, no entanto, é que a atribuição de papéis mencionada por Maingueneau assume na reflexão de Charaudeau um caráter mais político, por estar relacionada à produção e reprodução de relações de força. Nesse sentido, poderíamos concluir que todo ato de linguagem é político, o que encontraria coro no posicionamento da analista de discurso Simone Bonnafous, que parte de uma reflexão diferente para afirmar que discursos diversos “*podem ser chamados de ‘políticos’ porque eles veiculam, conscientemente ou não, ‘imaginários’, ‘sistemas de valores’, ‘crenças’, etc.*” (BONNAFOUS, 1999, p. 318, tradução nossa).

Embora concordemos com Bonnafous quanto ao caráter político das ideologias que perpassam todo uso social da linguagem, gostaríamos de adotar uma concepção um pouco mais restrita do discurso político com base na compreensão de que uma coisa é aquilo que as outras coisas não são; compreensão que nos levou a afirmar que nem tudo é política e nos leva agora a afirmar que nem todo discurso é político, ainda que possa veicular conteúdos políticos ou produzir efeitos políticos. Como explica Piovezani, acreditar que tudo é política impossibilita a concepção de uma especificidade do discurso político e acreditar que todo discurso é político “*equivalaria a dizer que ‘o discurso político não existe’, visto que onde tudo o é, talvez nada mais o seja efetivamente*” (2007, p. 106).

Ao restringirmos um pouco o escopo deste conceito não queremos nos colocar em um outro extremo e o igualarmos à “*fala do profissional da política*” (BOURDIEU apud MENEZES, 2004, p. 248), como o faz o politicólogo Christian Le Bart (apud PIOVEZANI, 2007, p. 109), pois estaríamos limitando o discurso político ao campo da política. O que nos interessa é encontrar uma posição intermediária no contínuo de concepções sobre o que é o discurso político (diagrama 12). Os dois polos deste contínuo podem ser observados nas discussões teóricas da contemporaneidade, mas suas origens remontam ao trabalho de vários filósofos da Antiguidade grega, sendo a concepção restrita encontrada na obra de Platão e a

concepção ampla nas reflexões de Protágoras e Górgias, como explica o analista do discurso William Augusto Menezes (2004, p. 249-250).

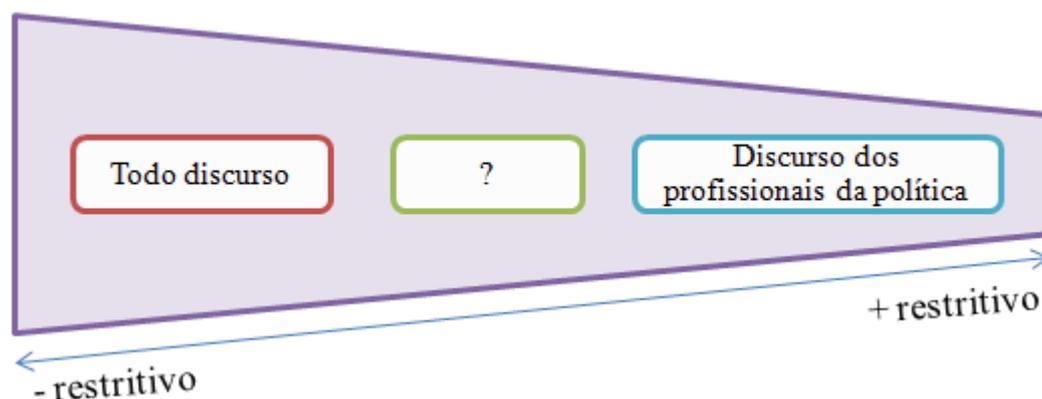


Diagrama 12 - Contínuo de concepções sobre o discurso político: (a) todo discurso; (b) ?; (c) o discurso dos profissionais da política. Fonte: elaborado pelo autor.

Na tentativa de firmar uma posição intermediária, Menezes (2004) adota como ponto de partida uma concepção alargada de política e reconhece a concepção difusa de poder defendida por Foucault. Na opinião de Piovezani (2007, p. 106), esta concepção leva a um silogismo falacioso expresso nos seguintes termos: “*se a política é a atividade do poder, e se o poder é um multifacetado conjunto de relações de força que está em todo lugar, logo, tudo é política*”. No entanto, Menezes (2004, p. 107) não segue por esse caminho e explica que a conclusão possível a ser tirada da defesa da ubiquidade do poder não é a de que tudo é política, mas a de que a política está em todos os lugares, o que traz implicações diferentes para a teoria e para a análise.

Mas estar em todos os lugares é não estar em lugar nenhum, como explica Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 125), e é por esse motivo que o autor defende uma “*via intermédia entre a concepção liberal e a concepção foucaultiana*”, sendo a concepção liberal aquela que parte da distinção entre Estado e sociedade civil e atribui ao primeiro o poder político. Ele propõe que “*as sociedades capitalistas são formações ou configurações constituídas por quatro modos básicos de poder*” que surgem em quatro espaços estruturais primários, a partir dos quais é possível se formar outros espaços: o espaço da produção, o espaço da cidadania, o espaço doméstico e o espaço mundial (quadro 5). Recorrendo a esta concepção, Menezes (2004, p. 250) conclui sua discussão afirmando que o discurso político é uma “*atividade de sujeitos nos diferentes espaços estruturais de produção e de manifestação deste discurso*”.

COMPONENTES ELEMENTARES ESPAÇOS ESTRUTURAIIS	Unidade de prática social	Forma institucional	Mecanismo de poder	Forma de direito	Modo de racionalidade
Espaço doméstico	Sexos e gerações	Família, casamento e parentesco	Patriarcado	Direito doméstico	Maximização da afectivi- dade
Espaço da produção	Classe	Empresa	Exploração	Direito da produção	Maximização do lucro
Espaço da cidadania	Indivíduo	Estado	Dominação	Direito territorial	Maximização da lealdade
Espaço mundial	Nação	Contratos, acordos e Org. Interna- cionais	Troca desigual	Direito sistémico	Maximização da eficácia

Quadro 5 - Mapa estrutural das sociedades capitalistas. Fonte: Santos (2010, p. 125).

Acreditamos que Menezes faz avanços consideráveis em relação ao nosso objeto de discussão, pois nos permite pensar em espaços outros de produção e reprodução do discurso político. A crítica de Boaventura de Sousa Santos à polarização entre Estado e sociedade civil permite ultrapassarmos o campo da política e pensarmos nos espaços diversos que constituem o campo do político, como o “espaço de produção”, tradicionalmente relegado à esfera do econômico, e o “espaço doméstico”, tradicionalmente relegado à esfera do privado. Sobre esta questão, importa discutir brevemente a relação entre o espaço público, o espaço privado e o espaço político. Na contemporaneidade, a polarização entre a esfera pública e a esfera privada têm se enfraquecido cada vez mais em virtude de dois movimentos inversos - a socialização do Estado e a estatização da sociedade - que culminam na constituição de uma “*esfera social repolitizada que não pode ser subsumida, nem do ponto de vista sociológico nem do jurídico, às categorias de ‘público’ ou ‘privado’*” (HABERMAS, 2014, p. 386). Isso nos leva a apresentar o espaço político como um espaço de limites imprecisos que se delimitam apenas contextualmente como um recorte do espaço público, do espaço privado e da zona de interseção entre eles, na forma como se vê no diagrama abaixo:

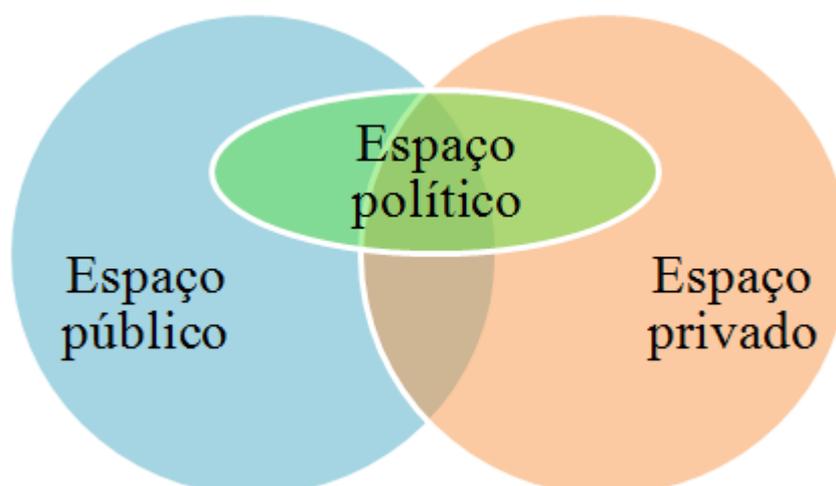


Diagrama 13 - O espaço político. Fonte: elaborado pelo autor.

Com base no entendimento delineado acima, podemos apresentar uma definição para o conceito de discurso político retirada de Piovezani (2007). Antes, no entanto, é necessário refletirmos sobre os diversos critérios que podem ser utilizados para se delimitar o discurso político. O semiótico Eric Landowski (1992, p. 10-11) menciona três desses critérios, sendo os dois últimos prioritários em relação ao primeiro: o critério **semântico** (falar de política), o critério **sintático**¹⁴¹ (estabelecer e transformar relações entre sujeitos) e o critério **pragmático** (fundamentar práticas). Já Le Bart (apud PIOVEZANI, 2007, p. 109) apresenta quatro critérios, sendo o primeiro o critério adotado pelo autor: a **fonte** (a procedência, quem fala, de onde fala), o **conteúdo** (o tema, o que se diz), os **modos de difusão** (como se publiciza) e os **efeitos** (o que se produz). Apontando a insuficiência dos critérios de conteúdo e de fonte para a caracterização do discurso político, mas afirmando que não se pode ignorá-los, Piovezani (2007) sugere três possíveis elementos de caracterização do discurso político: os gêneros do discurso, as posições enunciativas e a fronteira público-privado. Ele também recorre ao conceito de campo político de Bourdieu (o “campo da política”, em nossa proposta) e à distinção de Rosanvallon para demarcar as fronteiras desse tipo de discurso. Não nos interessa

¹⁴¹ Na obra original, em francês, o autor utiliza o termo “syntaxique”, cuja tradução exata seria “sintático”. No entanto, o tradutor da versão brasileira preferiu traduzi-lo por “sintático”. A presença de uma nota de rodapé elaborada pelo tradutor para explicar que o termo “midiático” (colocado entre aspas) se refere à mídia (p. 16) sugere sua pouca familiaridade com as ciências da linguagem e da comunicação, áreas nas quais seria completamente dispensável explicar o sentido do termo “midiático”. Essa pouca familiaridade certamente está na origem dessa inusitada tradução. No entanto, levando em conta que o termo “sintático” tem um sentido muito marcado no interior dos estudos gramaticais, parece-nos interessante manter a grafia com “x” quando a palavra for utilizada no sentido específico atribuído por Landowski. Vale ressaltar que a forma com “x” é dicionarizada como uma variante da palavra “sintático” pouco utilizada, como atesta uma pesquisa realizada no Google em 11 de agosto de 2016: 219.000 recorrências para “sintático” contra 3.570 recorrências para “sintático”.

reproduzir inteiramente aqui a reflexão entabulada pelo autor, mas apenas resgatar dela uma curiosa e talvez “acidental”¹⁴² definição para o discurso político.

[...] concebemos o discurso político como uma prática simbólica produzida [...] em circunstância pública, por um enunciador, legítimo ou em busca de legitimidade, que não se reduz a um “eu” pessoal”, destinada a uma audiência que não corresponde a um interlocutor individual, e cujo assunto em questão se refira direta ou indiretamente ao interesse comum de uma coletividade [...] (PIOVEZANI, 2007, p. 110)

Embora tenha sido cunhada para definir o discurso da política, parece-nos que esta definição também se aplica ao discurso político em geral, conforme nossa caracterização do “político”, desde que adotemos uma concepção de “enunciador legítimo” que não se limite aos profissionais da política, mas a todos aqueles que tomam a palavra no espaço público e, ao fazê-lo, conseguem legitimar sua enunciação (por meio da cena de enunciação, como é de se esperar). Se é na cena de enunciação que um discurso político se torna político, podemos nos aproximar de Jean Dubois quando este afirma que “*um discurso político é aquele que é lido como político*” (apud BONNAFOUS, 1999, p. 318, tradução nossa), o que também é colocado por Charaudeau nos seguintes termos: “*Qualquer enunciado, por mais inocente que seja, pode ter um sentido político a partir do momento em que a situação o autorizar. [...] Não é portanto, o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna*” (2008, p. 40). Essas concepções corroboram o que Maingueneau afirmara a respeito da cena de enunciação: é ela que confere a um texto o seu estatuto pragmático.

3.3.4 A cena englobante política

Como vimos anteriormente, as campanhas analisadas em nossa pesquisa são formadas por fotografias de vítimas que denunciam os diversos tipos de violência sofrida. Na campanha Parto com Respeito, mulheres denunciam a violência obstétrica, um dos “braços” da violência de gênero. Na campanha Ah, branco, dá um tempo, negros e negras denunciam a violência racial. Na campanha Sexualidade e ignorância, pessoas LGBT denunciam a LGBTfobia. Em

¹⁴² Falamos em uma definição “talvez acidental” porque ela não aparece ao final da reflexão realizada pelo autor, mas no meio dela e apenas como uma explicação para a afirmação que se seguirá no texto, o que se evidencia em uma estrutura oracional de subordinação sintática do tipo adverbial causal. Acreditamos que se o autor objetivasse apresentar tal definição, ela apareceria como conclusão de sua reflexão e em uma estrutura linguística diferente.

todos os casos, temos enunciadores que se postam no espaço público para tratar de questões coletivas e de caráter conflituoso que não passam necessariamente pela esfera do Estado.

O caráter público destas enunciações pode ser apreendido pela forma de circulação destas fotografias (em redes sociais do espaço virtual como o Twitter e o Facebook), quanto por sua forma de produção (em espaços públicos físicos - as áreas abertas da UnB, na campanha 2, e a avenida Paulista, na campanha 3).

As questões discutidas por esses enunciadores transcendem a esfera do individual e adentram a esfera coletiva porque as violências sofridas por eles não são simplesmente resultado da ação individual de outras pessoas, pois materializam estruturas sociais de poder e opressão que constituem a própria sociedade. A misoginia, o racismo e a LGBTfobia são mecanismos que produzem e reproduzem estruturas sociais que conferem poder ao homem branco cissexual e heterossexual. Onde há poder, há resistência, como disse Foucault, e portanto, compreendendo a resistência como outra forma de poder, fica evidente o caráter conflituoso dessas questões.

Ao trazerem essas questões a público, os enunciadores da campanhas em análise buscam interferir em relações de força extremamente poderosas e essa interferência se dá na forma de uma micropolítica. As denúncias feitas por eles não são diretamente relacionadas ao Estado, pois o “tu” destas enunciações não são os profissionais da política ou as instituições estatais, mas os cidadãos presentes nos espaços públicos físicos e virtuais onde as fotografias foram produzidas e onde elas circulam. Esse cidadão, na forma de um transeunte ou de um cibernauta, não é tomado como o cidadão racional que de tempos em tempos é chamado a se posicionar sobre uma questão (plebiscitos e referendos) ou a conferir autoridade a um representante (eleições), mas como um indivíduo empático que se sensibiliza com a dor alheia e, pela identificação, age a favor de uma causa (o que se expressa no espaço virtual por uma curta ou compartilhamento).

Se o sujeito que fala se coloca em uma posição de poder que deve ser reconhecida pelo sujeito-alvo para que seu projeto tenha influência adquira poder de ação, como isso se dá nas campanhas analisadas? Esse “eu” que denuncia não se legitima pela hereditariedade, pela divindade, pela vontade coletiva do povo: ele se legitima pela experiência da violência; é enquanto vítima que ele confere força e verdade à sua enunciação. Ele resiste à opressão, enquanto vítima, de pé, de cara limpa, na “praça pública”, com seu corpo e um cartaz.

3.4 Encenando o ativismo

Nesta subseção, pretendemos observar a cena genérica associada a essas campanhas, a partir da observação do gênero discursivo das fotografias em análise. Após discutir o conceito de gênero de discurso em Maingueneau, mostraremos como as características por nós observadas nos retratos fotográficos em análise nos levam a dizer que estamos diante da configuração de um novo gênero do discurso, ao qual denominamos “retrato ativista”.

Levantaremos a hipótese de que esse gênero surge de uma reconfiguração de dois gêneros diferentes (o retrato fotográfico e o cartaz de militância/ativismo) causada pelas injunções do mídiun Internet sobre práticas sociais de militância e ativismo, como a marcha, o protesto e a passeata. A partir de nossa hipótese, explicaremos o funcionamento sociodiscursivo desse gênero, refletindo sobre as semelhanças entre o papel desempenhado pelos ativistas em uma passeata, por exemplo, e o papel desempenhado pelos retratos desses ativistas no interior dos retratos ativistas.

3.4.1 O conceito de cena genérica

Conforme explica Maingueneau (2013, p. 96-97), a noção de cena englobante é insuficiente para caracterizar o quadro no interior do qual emergem os discursos, sendo necessário observar a maneira como esses discursos se organizam em textos a partir de determinados rituais sociolinguageiros. Esses rituais são conhecidos como gêneros do discurso e têm como finalidade assegurar a comunicação e promover a economia cognitiva (p. 69-70). Sobre essa questão, o filósofo russo Mikhail Bakhtin afirma: “*Se os gêneros do discurso não existissem e não tivéssemos o domínio deles e fôssemos obrigados a inventá-los a cada vez no processo da fala, se fôssemos obrigados a construir cada um de nossos enunciados, a troca verbal seria impossível*” (apud MAINGUENEAU, 2013, p. 70).

Diversos elementos caracterizam um gênero do discurso: uma finalidade reconhecida, o estatuto de parceiros legítimos, o lugar e o momento legítimos, a temporalidade (periodicidade, encadeamento, continuidade, validade etc.), o suporte, a organização textual e a especificidade dos recursos linguísticos (MAINGUENEAU, 2013, p. 72-76). Observando a interação entre esses diversos elementos é que podemos afirmar a existência de um gênero do

discurso. Embora essa teorização se refira a textos verbais, acreditamos que não há nenhum elemento que impeça sua transposição para textos não verbais ou textos mistos.

3.4.2 A cena genérica ativista

Analisando as fotografias que constituem as campanhas em análise, podemos observar similaridades formais entre elas, dentre as quais se destaca a presença de um indivíduo em um espaço público e a presença de um cartaz com texto verbal. Sua finalidade é similar à de um cartaz de ativismo utilizado em passeatas e protestos, pois se relaciona com a publicização de uma questão política, mas sua forma de circulação é um pouco diferente, pois o espaço virtual confere ubiquidade a essas fotografias, o que significa que, diferentemente do cartaz, que sempre pode ser localizado em um ponto específico do espaço físico, a fotografia se encontra ao mesmo tempo em pontos diferentes do espaço virtual.

A temporalidade dessas fotografias também difere da temporalidade do cartaz, pois este só se apresenta em sua integralidade no momento da passeata ou protesto. Com o término da ação, o cartaz perde seu caráter acional e funcional: textualmente ainda é um cartaz, mas não tem mais função. As fotografias de nosso *corpus* não perdem seu caráter acional e funcional porque elas integram a ação em sua própria materialidade: a presença do ativista segurando o cartaz na fotografia permite a continuidade de sua ação política. Além disso, o cartaz de ativismo dura enquanto durar a ação ativista, o que usualmente não passa de algumas horas. Diferentemente, as fotografias em nosso *corpus* duram enquanto estiverem no espaço virtual, o que é imprevisível *a priori*, mas raramente dura menos de um dia.

As considerações anteriores podem nos levar a pensar que nossas fotografias são meramente retratos jornalísticos, registrando uma ocorrência no mundo. Certamente, não há dúvidas de que estas fotografias se tratam de retratos, embora o foco não esteja na pessoa retratada, como geralmente ocorre, mas no cartaz que ela segura. Mas, diferentemente do que ocorre com o retrato jornalístico, que registra uma ação ocorrida anteriormente no mundo e a publiciza ao ser posto em circulação, os retratos de nosso *corpus* não buscam registrar uma ação prévia: a ação objetivada por esses retratos se inicia com a própria circulação das fotografias no espaço virtual. Enquanto em um retrato jornalístico o ato de fotografar é resultado da ação (no caso em análise, da ação ativista, seja uma passeata, um protesto etc.),

nos retratos de nosso *corpus* o ato de fotografar é que cria a ação. A história das campanhas corrobora nossa análise, pois na campanha 1 não houve ação no mundo físico, e nas campanhas 2 e 3 a ação só foi realizada para ser fotografada.

As similaridades com o cartaz de ativismo, a presença inegável de um cartaz no interior de nossas fotografias e a sua constituição como um cartaz nos leva a concluir que estamos diante de um novo gênero, um gênero híbrido ao qual poderíamos chamar de “retrato ativista”, compreendido como uma mescla entre o retrato fotográfico e o cartaz de ativismo. Como explica Maingueneau (2013), o modo de manifestação material dos discursos (o suporte e o modo de difusão) é fundamental para sua compreensão. Em suas palavras: “*hoje, estamos cada vez mais conscientes de que o mídiun não é um simples ‘meio’ de transmissão do discurso, mas que ele impõe coerções sobre seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer*” (p. 81).

Os cartazes em nossos retratos são marcações gráficas realizadas em suportes como papel ou quadro branco com instrumentos diversos como pincel atômico e impressora. Os retratos de nosso *corpus* são fotografias digitais, marcações gráficas realizadas em um suporte digital por meio da manipulação da luz em câmeras fotográficas. Nos retratos ativistas, os suportes e os instrumentos utilizados para grafar os textos nos suportes não diferem em nada dos gêneros primários cartaz de ativismo e retrato fotográfico. A diferença, no entanto, está no modo de circulação dos retratos ativistas em comparação como o modo de circulação dos cartazes de ativismo, como vimos anteriormente.

Essa diferença nos sugere que a origem do gênero que aqui estudamos se encontra na passagem de ações ativistas como o protesto e a passeata para o mundo virtual. As coerções do mídiun digital impedem que ativistas empunhem seus cartazes em prol de uma causa, pois o mundo virtual não é composto por átomos, moléculas ou células, mas por bits (0 ou 1), organizados em grupos de 8 na forma de *bytes*. Nessa passagem, portanto, a única forma dos ativistas circularem no espaço virtual junto aos seus cartazes é inscrevendo-se graficamente como imagem no interior de retratos fotográficos. Nessa inscrição, os sujeitos assumem uma postura física que se associa ao cenário da fotografia em uma performance de protesto, como se pode observar no olhar, na posição da cabeça e na postura do corpo dos sujeitos nos retratos.

Curiosamente, os cartazes não são segurados acima da cabeça, como ocorre no espaço físico, mas abaixo dela, à frente do peito. Isso também se deve à forma de circulação dos retratos, pois seus interlocutores não os receberão de longe, como nos espaços físicos, mas bem de perto, em uma tela de computador, celular ou *tablet* que dificilmente estará a mais de um metro do interlocutor. No entanto, podemos interpretar essa característica de uma forma mais livre, a contrateixo - uma superinterpretação -, e defender que eles seguram seus cartazes abaixo do rosto, sobre seu dorso, em suas mãos, porque as violências que eles sofreram, metonimizadas no cartaz, não está mais acima deles: eles as contêm nas mãos, e se elas cobrem parte de seus corpos violentados, elas não cobrem seus rostos na multidão.

3.5 Encenando a violência

Nesta subseção, apresentaremos o conceito de cenografia discursiva para Maingueneau, refletindo sobre a maneira como as fotografias que integram as campanhas analisadas constroem uma cenografia que tem como efeito legitimar os conteúdos veiculados por essas fotografias.

3.5.1 O conceito de cenografia

Para Landowski (1983, p. 80), a cenografia é um dos elementos discursivos que concorrem para produzir o efeito de “entrada em cena” dos atores do discurso, condicionando “*o grau de credibilidade dos enunciados trocados*” por esses atores. Os outros dois são os próprios enunciados e as determinações linguísticas que produzem o *ethos* dos sujeitos do discurso. Em outras palavras, o que Landowski está afirmando é que, enquanto uma instância discursiva criada no momento da enunciação, a cenografia legitima a própria enunciação, bem como os atores que estão nelas envolvidos e, principalmente, os enunciados por ela produzidos, contribuindo para a construção de um “efeito de credibilidade” essencial para a eficácia da prática social da linguagem.

Para Maingueneau, a cena englobante e a cena genérica, vistas anteriormente, constituem o quadro cênico de um texto e este “*define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido - o espaço do tipo e do gênero de discurso*” (MAINGUENEAU, 2013, p. 97). No entanto, há enunciações que estabelecem uma relação paradoxal com o

quadro cênico, pois elas recorrem a uma cena englobante e a uma cena genérica mas a denegam, construindo uma cena de enunciação diferente. Essa cena é a cenografia, e geralmente ela é utilizada em textos de caráter persuasivo ou textos cuja legitimidade e valor são conferidos por sua originalidade.

A cenografia de um texto “*leva o quadro cênico a se deslocar para o segundo plano*” (MAINGUENEAU, 2013, p. 97), pois o leitor não se confronta diretamente com o quadro cênico, mas com a cenografia que ele institui. Se o quadro cênico for compreendido como uma moldura, a cenografia seria uma imagem que busca ofuscar ou denegar a moldura. Por seu caráter paradoxal, a cenografia costumeiramente é vista como uma espécie de “armadilha” enunciativa, como no famoso programa eleitoral de François Mitterrand, analisado por Maingueneau (2008a, 2013), no qual o quadro cênico é camuflado por uma cenografia de “carta”.

3.5.2 A cenografia da violência

Nas fotografias que compõem nosso *corpus* parece haver uma cenografia que não denega completamente o quadro cênico, mas institui uma cena que lhe é cronologicamente anterior: a cena da própria violação sofrida pelos sujeitos retratados na fotografia. O recurso utilizado para instituir essa cena é a retomada dos enunciados racistas, misóginos e LGBTfóbicos direcionados às vítimas que aparecem nas fotografias. A exposição desses enunciados presentifica nas fotografias o momento em que as vítimas experienciaram a violência. Nesse momento, a cenografia institui novos coenunciadores: o agente político da cena englobante e o ativista da cena genérica se transformam em “vítima”; o cidadão empático da cena englobante e o transeunte/cibernauta da cena genérica se transformam em “espectadores”. Embora continuemos no espaço público de uma enunciação política, estamos também, paradoxalmente, no espaço privado de uma subjetividade violentada.

Na campanha 1, por exemplo, o fundo branco das fotografias parece nos levar de volta ao espaço do hospital no qual ocorreu a violência obstétrica, pois se a cenografia se apoia na memória coletiva para legitimar a enunciação (CARVALHO, 2011, p. 85), é na memória coletiva que encontramos a associação entre paredes brancas e hospitais. Nas campanhas 2 e 3, assim como em algumas fotografias da campanha 1, a ausência de narrativa e de atribuição

dos autores dos enunciados criam um cenário etéreo que nos remete à natureza fluida e corrosiva da memória. Ler os cartazes segurados pelas vítimas é se colocar ao lado delas e sofrer também a violência. É neste processo simbólico de identificação que reside o caráter mais político destas campanhas, pois a ação política no âmbito de uma micropolítica busca atuar especialmente nas subjetividades, e a identificação é condição de sucesso para a ação micropolítica que atinge relações de força tão disseminadas e dissimuladas como as que sustentam e são sustentadas pela misoginia, pelo racismo e pela LGBTfobia.

4 ESTIMANDO A PESQUISA

Um dos principais desafios relacionados aos direitos humanos na contemporaneidade é o desafio de sua promoção, relacionado tanto à divulgação dos direitos humanos quanto à denúncia de sua violação. Entre os diversos atores sociais que assumem a tarefa de resolver este desafio encontram-se militantes e ativistas vinculados, ou não a ONGs e outras instituições. Uma das principais características da pós-modernidade é a disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação e, em função disto, a emergência de uma nova forma de cultura. No contexto da cibercultura, ativistas têm realizado diferentes tipos de ação política, constituindo um novo tipo de ativismo.

Nesta dissertação refletimos sobre uma das ações que constitui o ciberativismo em prol dos direitos humanos: a realização de campanhas virtuais, dentre as quais se destacam as campanhas fotográficas. Em nossas análises, focalizamos um tipo específico de campanha fotográfica virtual composto por retratos de ativistas. Analisamos esses retratos em diálogo com um conceito tripartite advindo dos Estudos do Discurso de orientação francesa (EDF): o conceito de cenas de enunciação, subdividido em cena englobante, cena genérica e cenografia, conforme proposta do linguista Dominique Maingueneau. Com esse conceito pudemos refletir sobre a emergência e circulação dessas campanhas no espaço virtual e compreender como elas legitimam a si próprias por meio da enunciação de forma a engajar seus interlocutores.

Em nossas reflexões teóricas, apresentamos alguns pressupostos para a construção de uma concepção discursiva dos direitos humanos baseada nos EDF que podem ser retomados e desenvolvidos posteriormente em contraposição a uma concepção discursiva dos direitos humanos de orientação niilista. Além disso, construímos uma “ponte teórica” entre o conceito de “repertório” da teoria do confronto político e o conceito de cenas da enunciação dos EDF, aproximando as reflexões sobre a prática discursiva e a prática social no campo do ativismo. Também aprofundamos a caracterização do conceito de cena englobante, o que pode ser considerado uma contribuição para os EDF, tendo em vista que Maingueneau não explora bem esse conceito em suas obras.

Nossas análises situaram os retratos que constituem as campanhas selecionadas na cena englobante política, compreendida de uma forma mais ampla do que aquela relacionada apenas ao Estado e suas instituições. Em relação à cena genérica, observamos que os retratos constituem um novo gênero discursivo forjado no espaço virtual pela hibridização entre os

gêneros cartaz de ativismo e retrato fotográfico para atender as coerções impostas pelo novo mídiu à passagem de ações como o protesto e a passeata para a matéria digital. A análise da cenografia dos retratos nos permitiu compreender como esses retratos engajam e mobilizam os interlocutores, pois observamos a constituição de uma cenografia que revivifica a situação de violência sofrida pelos enunciadore e a compartilha com os interlocutores, tornando-os simbolicamente vítimas da mesma violência.

Essas considerações sobre o nosso *corpus* levantam outras questões de pesquisa relacionadas aos aspectos discursivos dessas campanhas que podem ser desenvolvidas em trabalhos posteriores, como a problemática do *ethos* e do *pathos* em retratos de ativismo e as relações estabelecidas entre os diversos enunciadore que transitam nas fotografias. Nossos resultados também sugerem a importância de refletirmos sobre o papel dos discursos na luta pelos direitos humanos, especialmente os discursos advindos de experiências de opressão, corroborando as considerações de Lynn Hunt (2009) sobre o papel dos relatos de tortura para a constituição de uma nova sensibilidade - a sensibilidade que permitiu a emergência do próprio conceito de direitos humanos e que certamente é necessária para a construção de uma cultura dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. *Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?* **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 52-84, set.-dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/04.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016.
- ADEODATO, João Maurício. **Ética e retórica: para uma teoria da dogmática jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- AGGARWAL, Pramila. Understanding community. In: DIGUE, Anita et al. **Participatory lifelong learning and information and communication technologies**. New Delhi: Jawaharlal Nehru University, [2015]. Disponível em: <http://www.unesco.org/education/aladin/paldin/pdf/course_01.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.
- AGUIAR, Janaína Marques. **Violência institucional em maternidades públicas: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-21062010-175305/publico/JanaínaMAGuiar.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2015.
- ALLISON, Lincoln. *Politics*. In: MCLEAN, Iain; MCMILLAN, Alistair. **The concise Oxford dictionary of politics**. 3 ed. Oxford: Oxford University Press, 2016. Disponível em: <<http://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780199207800.001.0001/acref-9780199207800-e-1042?rskey=sG2JCy&result=1>>. Acesso em: 21 jun. 2016.
- ALONSO, Angela. *Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito*. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, p. 21-41, 2012. Disponível em: <http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/05/3-ano2v3_artigo_angela-alonso.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2016.
- ALVES, José Augusto Lindgren. **Os direitos humanos na pós-modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AMOSSY, Ruth. *Ethos*. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 220-221.
- ANGERMULLER, Johannes; MAINGUENEAU, Dominique; WODAK, Ruth. *The discourse studies reader: an introduction*. In: _____ (edits.). **The discourse studies reader: main currents in theory and analysis**. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014.

- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: UNB, 1985.
- ASSUMPÇÃO, San Romanelli. "*O pessoal é político*" e a estrutura básica como objeto da justiça: reflexões sobre o horizonte de justificação moral e o escopo da justiça. In: GURZA LAVALLE, Adrián; VITA, Álvaro de; ARAÚJO, Cícero. (Org.). **O papel da teoria política contemporânea: justiça, constituição, democracia e representação**. São Paulo: Alameda, 2015, p. 135-162.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BEALEY, Frank. **The Blackwell dictionary of political science**. Oxford, UK: Blackwell, 1999.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BECKER, Jonas; KRAUSE, Décio. *Identidade, individualidade e quase-conjuntos*. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v. 6, n. 2, p. 25-39, 2007. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/reic/article/view/753/655>>. Acesso em: 28 mar. 2016.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- _____. *Política*. In: _____ et al (orgs.). **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: UnB, 1998.
- BONAVIDES, Paulo. *Conceito de Estado*. In: _____. **Ciência política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- BONNAFOUS, Simone. *L'analyse du discours politique*. In: MARI, Hugo et al (orgs.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999, p. 317-326. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/site/e-livros/Fundamentos%20e%20Dimens%C3%B5es%20da%20An%C3%A1lise%20do%20Discurso.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2016.
- BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- _____. *A representação política: elementos para uma teoria do campo político*. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____; WACQUANT, Loïc. **Réponses: pour une anthropologie réflexive**. Paris: Seuil, 1992.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília:

- Secom, 2014. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2015.
- CALISE, Mauro; LOWI, Theodore J. **Hyperpolitics**: an interactive dictionary of political science concepts. Chicago: University of Chicago, 2010.
- CANDAU, Vera Maria. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença*. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, jan.-abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.
- CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. *O processo de produção discursiva: uma visão da contribuição de Michel Foucault ao debate epistemológico*. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 62-73, 2001. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/7696/5559>>. Acesso em: 21 fev. 2016.
- CASTELLS, Manuel. *A política da Internet I: redes de computadores, sociedade civil e o Estado*. In: _____. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 114-138.
- _____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática*. **Revista Diadorim**: revista de estudos linguísticos e literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. v. 10, p. 1-23, dez. 2011. Disponível em: <www.revistadiadorim.letras.ufrj.br/index.php/revistadiadorim/article/download/18/1>. Acesso em: 14 jan. 2016.
- _____. *Efeito pretendido/efeito produzido*. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2014a, p. 450-452.
- _____. *O discurso político*. In: EMEDIATO, Wander et al (orgs.). **Análise do discurso**: gêneros, comunicação e sociedade. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso da UFMG, 2006, p. 251-268. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20-%20G%C3%AAneros,%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Sociedade.pdf>>. Acesso em 07 jun. 2016.
- _____. **O discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.

- _____. *Situação de comunicação*. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2014b, p. 450-452.
- _____; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CISNEIROS, Daniel. *(In)Definindo o que (Não) é Cinema Queer*. In: SEMINÁRIO DESFAZENDO GÊNERO: ATIVISMOS DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO, 2., 2015, Salvador. **Anais do II Seminário Desfazendo Gênero**. Salvador: UFBA, 2015. Disponível em: <http://www.desfazendogenero.ufba.br/modulos/consulta&relatorio/rel_download.asp?nome=65930.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.
- _____. *Corpos violados: discursos sobre a violência sexual nas fotografias do projeto Unbreakable*. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO (SEAD), 7., 2015, Recife. **Anais do VII SEAD**. Recife: SEAD, 2015. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/7SEAD/POSTERES/DanielCisneiros.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.
- COHEN, Anthony P. **The symbolic construction of community**. London: New York: Routledge, 1985.
- COLLIN, Peter H. **Dictionary of politics and government**. 3rd. ed. London: Bloomsbury, 2004.
- COSTA, Rogério da. *Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva*. **Interface**. Comunicação, Saúde e Educação, São Paulo, v. 9, n.17, p. 235-248, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n17/v9n17a03.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.
- COURTINE, Jean-Jacques. *A estranha memória da Análise do Discurso*. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs.) **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 25-32.
- CURADO, Jacy Corrêa; SANTOS, Luan Fernando Schwinn. *Os sentidos de comunidade identitária de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros: a presença do preconceito e discriminação!* In: ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA, E EXTENSÃO (ENEPEX), 8., 2014, Dourados. **Anais do 8º ENEPEX**. Dourados: UFGD, 2014. Disponível em: <<http://eventos.ufgd.edu.br/enepex/anais/arquivos/324.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *1933 - Micropolítica e segmentaridade*. In: _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996, p. 83-115.
- DEMBOUR, Marie-Bénédicte. *Whats are human rights? Four schools of thought*. **Human rights quarterly**, v. 32, n. 1, Feb. 2010, p. 1-20. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/372282>>. Acesso em: 02 nov. 2011.
- DEMBOUR, Marie-Bénédicte. *Whats are human rights? The four school model*. In: _____. **When humans become migrants**. Illustrations and poster design by Con Chrisoulis. Brighton: University of Brighton, [2015]. 1 pôster. Disponível em: <http://blogs.brighton.ac.uk/humanrights/files/2015/01/Dembour_Research_Poster-1600-ryrjei.jpg>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- DOSSE, François. **História do estruturalismo**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp. 1993. 2 v.
- DUBOIS, Jean. *Énoncé et énonciation*. **Langages**, n. 13 [L'analyse du discours], 1969, p. 100-110. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1969_num_4_13_2511>. Acesso em: 19 mar. 2016.
- DURAS, Marguerite. **Écrire**. Paris: Gallimard, 1993.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UNB, 2001.
- _____. **Language and Power**. Longman, Londres, 1989.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- FLORIDO, Janice (edit.). *Na assembléia, quem pede a palavra?* In: PLATÃO. **Diálogos: Eutífron ou da religiosidade: Apologia de Sócrates: Críton ou do dever: Fédon ou da alma**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- _____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- _____. *Sujeito e poder*. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 229-250.

- _____. *Verdade e poder*. In: _____. **Microfísica do poder**. 20. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- GALINARI, Melliandro Mendes. *Hipóteses para uma análise discursiva das imagens*. In: MENDES, Emília (coord.). **Imagem e discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013, p. 355-369.
- GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.
- GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014a.
- _____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2014b.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. *Cidades-estado na Antiguidade Clássica*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- GUATTARI, Felix. *1985 - Microfísica dos poderes e micropolítica dos desejos*. In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina Velasco e (Orgs.). **Foucault hoje**. Rio de Janeiro. 7Letras, 2007.
- _____; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GUIMARÃES, Anibal. *Sexualidade heterodiscordante no mundo antigo*. In: DIAS, Maria Berenice (org.). **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.
- HABERMAS, Jürgen. *Ações, atos de fala, interações mediadas pela linguagem e mundo da vida*. In: _____. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- _____. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Unesp, 2014.
- HANISCH, Carol. **The personal is political: the Women's Liberation Movement classic with a new explanatory introduction**. S. l.: s. n., 2006. Disponível em: <<http://carolhanisch.org/CHwritings/PersonalisPol.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso*. In: BARONAS, Robert Leiser (org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2007.

- HARRIS, John; WHITE, Vicky. **A dictionary of social work and social care**. Oxford: Oxford University Press, 2014. Disponível em: <<http://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780199543052.001.0001/acref-9780199543052-e-1014>>. Acesso em: 22 jun. 2016.
- HENRY, Paul. *Os fundamentos teóricos da "Análise Automática do Discurso" de Michel Pêcheux (1969)*. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 13-38.
- HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- JORGE, Marco Antonio Coutinho. *Introdução - o real e a realidade*. In: _____. **Fundamentos da psicanálise: de Freud a Lacan, v. 2: a clínica da fantasia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010, v. 2, p. 9-13.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Contexto*. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 127-128.
- KNIGHT, Charles. **Political Dictionary...** London: Charles Knight and Co., 1846.
- LACERDA, Carlos Augusto (edit.). **[Dicionário] Aulete Digital**. S.l.: Lexicon Editora, s.d. Disponível em: <www.aulete.com.br>. Acesso em: 03 jan. 2015.
- LAGAZZI, Suzy. *A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL (ENANPOLL), 23., 2008. Goiânia. **Programa de Trabalho do GT em Análise do Discurso...** Disponível em: <<http://dml.fflch.usp.br/sites/dml.fflch.usp.br/files/Suzy%20Lagazzi.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.
- _____. *O recorte significativa na memória*. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO (SEAD), 3., 2007. Porto Alegre, RS. **Anais do III SEAD...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/3SEAD/Simposios/SuzyLagazzi.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.
- LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica**. São Paulo: Educ; Pontes, 1992.
- _____. *Simulacres en construction*. **Langages**, n. 70 (La mise en discours), 1983, p. 73-81. Disponível em: <www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1983_num_18_70_1153>. Acesso em: 17 set. 2015.

LAZZERI, Thais. *Parto com respeito*. **Época**, São Paulo, n. 895, p. 68-75, 3 ago. 2015a.

_____. *Violência obstétrica: 1 em cada 4 brasileiras diz ter sofrido abuso no parto*. **Época**, 31 jul. 2015b. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/07/violencia-obstetrica-1-em-cada-4-brasileiras-diz-ter-sofrido-abuso-no-parto.html>>. Acesso em: 24 set. 2015.

LIMA, Cristiane Cavalcante de. **A micropolítica numa escola básica: interações pessoais no cotidiano escolar**. 2003. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, 2003.

MACHADO, Roberto. *Por uma Genealogia do Poder*. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 20. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008a.

_____. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2015a.

_____. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010a.

_____. **Frases sem texto**. São Paulo: Parábola, 2014.

_____. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008b.

_____. *Jean Dubois et les débuts de l'analyse du discours en France: quelques réflexions*. **Linx**: Linguistique Institut Nanterre Paris X, n. 34-35 [Lexique, syntaxe...automatique. Hommage à Jean Dubois], 1996, p. 27-33. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/linx_0246-8743_1996_num_34_1_1412>. Acesso em: 19 mar. 2016.

_____. **La situation d'énonciation, entre langue et discours**. Version révisée. s.d. [entre 2004 e 2015]. Disponível em: <<http://dominique.maignueneau.pagesperso-orange.fr/pdf/Scene-d-enonciation.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2015.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes: Ed. da UNICAMP, 1997.

_____. **O discurso pornográfico**. São Paulo: Parábola, 2010b.

_____. *O poeta e o camponês: o impossível ponto de vista do dominado*. LARA, Gláucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (orgs.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015b.

- MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.
- _____. *Elementos para uma história da análise do discurso na França*. In: ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010, p. 9-22.
- MANN, Patrice. *Ação coletiva*. In: BOUDON, Raymond; BESNARD, Philippe; CHERKAOUI, Mohamed; LÉCUYER, Bernard-Pierre (dirs.). **Dicionário de sociologia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990a, p. 10-11.
- _____. *Movimento social*. In: BOUDON, Raymond; BESNARD, Philippe; CHERKAOUI, Mohamed; LÉCUYER, Bernard-Pierre (dirs.). **Dicionário de sociologia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990b, p. 169.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 19-38.
- MARQUES, Welisson. *Metodologia de Pesquisa em Análise do Discurso face aos novos suportes midiáticos*. **Domínios de Lingu@Gem**, v. 5, p. 58-73, 2011. Disponível em:
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/12277/7597>>. Acesso em: 03 jun. 2016.
- MCLEAN, Iain; MCMILLAN, Alistair. **The concise Oxford dictionary of politics**. 3 ed. Oxford: Oxford University Press, 2016. Disponível em:
<<http://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780199207800.001.0001/acref-9780199207800>>. Acesso em: 21 jun. 2016.
- MELO, Alessandro de. *A construção do objeto turístico: diálogos com a epistemologia de Gaston Bachelard e Pierre Bourdieu*. In: Seminário Internacional de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 4., 2006, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2006. Disponível em:
<http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenu/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT14-10.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.
- MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. *A ação coletiva e seus intérpretes*. **Pensamento plural**, Pelotas, n. 1, p. 65-87, jul.-dez. 2007. Disponível em:
<<http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/01/04.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016.
- MORAES, Dênis de. *A cibermilitância: movimentos sociais na Internet*. In: _____. **O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MENDES, Emília (coord.). **Imagem e discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013.
- MERQUIOR, José Guilherme. **De Praga a Paris: uma crítica do estruturalismo e do pensamento pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

- MOUFFE, Chantal. *Democracia, cidadania e a questão do pluralismo*. **Revista Política e Sociedade**, Santa Catarina, n. 03, out. 2003, p. 11-26. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2015/1763>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- _____. *Politics and the Political*. In: _____. **On the political**. London: New York: Routledge, 2005, p. 8-34.
- MOZDZENSKI, Leonardo. *A intertextualidade no videoclipe: uma abordagem discursiva e imagético-cognitiva*. **Contemporanea**, v. 7, n. 2, dez. 2009. p. 1-33. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3679/2879>>. Acesso em: 16 jul. 2012.
- ONFRAY, Michel. **Política do rebelde: tratado de resistência e insubmissão**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.
- _____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2009.
- _____. *Educação em direitos humanos: um discurso*. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. (orgs.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2008, v. , p. 295-311.
- _____. *Segmentar ou recortar? Linguística: questões e controvérsias*, Uberaba, 1984, p. 9-26 (Série Estudos, v. 10, Publicação do curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba). Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/159965104/Orlandi-Segmentar-Ou-Recortar>>. Acesso em: 13 mar. 2016.
- OTT, Auguste. **Dictionnaire des sciences politiques et sociales...** Paris: M. J. P. Migne, 1855, v. 3.
- PAES, Letícia da Costa. **A política dos direitos humanos - entre paradoxos e perspectivas**. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=19325@1>. Acesso em: 06 ago. 2015.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 61-162.
- _____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

- _____. *Sobre os contextos epistemológicos da Análise do Discurso*. In: ORLANDI, Eni (org.). **Análise do discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2014.
- _____; FUCHS, Catherine. *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 163-252.
- PENNYCOOK, Alastair. (2006) *Uma lingüística aplicada transgressiva*. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, p. 67-84.
- PEREIRA, Marcos Abílio. . *Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital*. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 4, 2011, Rio de Janeiro. **Anais do IV Encontro da Compolítica**, 2011. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2015.
- PERINI, Mário A. *Sobre língua, linguagem e Linguística: uma entrevista com Mário A. Perini*. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem (ReVEL)**, v. 8, n. 14, 2010. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_14_entrevista_perini.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.
- PERUZZO, Cicília M. Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. *Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças*. **Libero**, São Paulo, v. 12, p. 139-152, 2009. Disponível em: <www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/download/6790/6132>. Acesso em: 10 out. 2016.
- PETERSEN, Alan; LUPTON, Deborah. *The duty to participate*. In: _____. **The new public health: health and self in the age of risk**. London: Sage, 2000.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Elementos para uma análise de discurso político*. **Barbarói** (USCS), v. 24, p. 87-118, 2006. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/821/605>>. Acesso em: 01 out. 2015.
- PIOVESAN, Flávia; PIOVESAN, Luciana; SATO, Priscila Kei. *Implementação do direito à igualdade*. In: PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Max Limonad, 1998.
- PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz**: reflexões sobre o discurso político brasileiro contemporâneo. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), São Paulo, 2007. Disponível em:

<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103594/piovezanifilho_cf_dr_ar_afcl.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 jun. 2016.

POSSENTI, Sírio. *Sobre as noções de sentido e de efeito de sentido*. In: _____. **Os limites do discurso**: ensaios sobre discurso e sujeito. São Paulo: Parábola, 2008.

ROBERTSON, David. **The Routledge dictionary of politics**. 3rd. ed. London, New York: Routledge, 2004.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, UFRGS, 2007.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

SANTOS, Amanda de Souza; VAZ, Paulo. *A generalização da vítima de preconceito e a construção de narrativas de sofrimento*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2845-1.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Direitos humanos - o desafio da interculturalidade*. **Revista Direitos Humanos**, v. 02, p. 10-18, jun. 2009. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Direitos%20Humanos_Revista%20Direitos%20Humanos2009.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. *O Estado e os modos de produção de poder social*. In: _____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 115-133.

_____. *Para uma concepção intercultural dos direitos humanos*. In: _____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010, p. 433-470.

_____. *Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. In: _____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 93-135.

SILVA, Edvania Gomes da. **Os (des)encontros da fé**: análise interdiscursiva de dois movimentos da Igreja Católica. 2006. 293 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: [s.n.], 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000408569>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

SILVA, Rosalina Carvalho da; SIMON, Cristiane Paulin. *Sobre a diversidade de sentidos de comunidade*. **Psico**, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 39-46, 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1373/1073>>. Acesso em: 10 out. 2016.

- SIMÕES, Roberto Porto; LIMA, Suzy Mary do Nascimento. *Relações públicas e micropolítica: um estudo comparativo de seus processos e programas*. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 7, nov. 1997. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/2990/2272>>. Acesso em: 17 jul. 2016.
- SZTOMPKA, Piotr. *Os movimentos sociais como forças de mudança*. In: _____. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- THAPAR-BJORKERT, Suruchi. *Personal as political*. In: MCLEAN, Iain; MCMILLAN, Alistair. **The concise Oxford dictionary of politics**. 3 ed. Oxford: Oxford University Press, 2016. Disponível em: <<http://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780199207800.001.0001/acref-9780199207800-e-1002?rkey=64516r&result=1>>. Acesso em: 21 jun. 2016.
- UGARTE, David de. **O poder das redes: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- VALDEMARIN, Vera Teresa. *A construção do objeto de pesquisa*. In: SILVA, Marilda da; VALDEMARIN, Vera Teresa (orgs.). **Pesquisa em educação: métodos e modos de fazer**. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2010.
- VAN DIJK, Teun A. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.
- VARIKAS, Eleni. *"O pessoal é político": desventuras de uma promessa subversiva*. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-3.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- VILANOVA, Lourival. *Política e direito: relação normativa*. In: _____. **Escritos jurídicos e filosóficos**. São Paulo: Axis Mundis: IBET, 2003. v. 1.
- VIOLA, Solon Eduardo Annes. *A crise da democracia e o modelo autoritário*. In: _____. **Direitos humanos e democracia no Brasil**. São Leopoldo: Unisinos, 2008.
- WATTS, Duncan. **Dictionary of American Government and Politics**. Edinburgh University: Edinburgh, 2010.
- WILLNER, Roland. *Micro-politics: an underestimated field of qualitative research in political science*. **German Policy Studies**, v. 7, n. 3, 2011, p. 155-185. Disponível em: <https://www.wiso.uni-hamburg.de/fileadmin/sowi/politik/methoden/Roland/GPS_3-2011_Willner.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2016.

YOUNG, Iris Marion. *City life and difference*. In: _____. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ANEXO A - Retratos fotográficos analisados

Campanha 1: #partocomrespeito (2015)

ÉPOCA



ÉPOCA



ÉPOCA



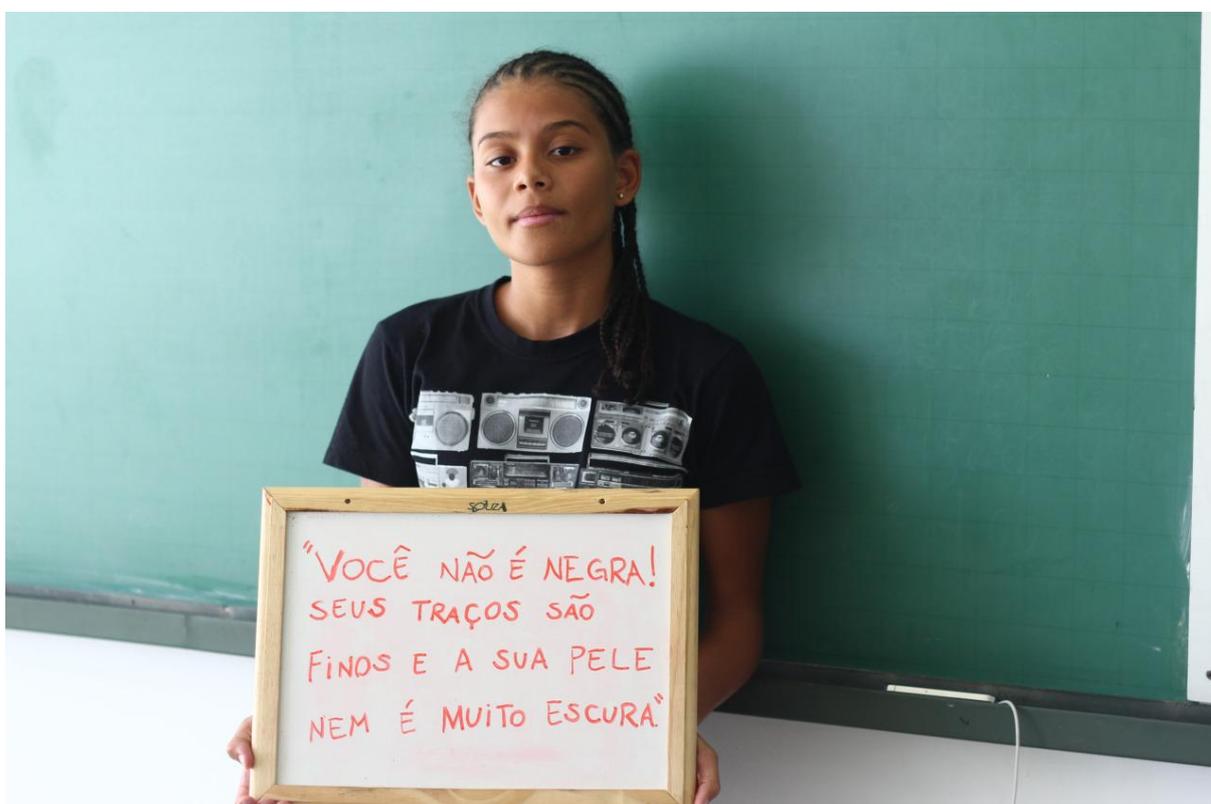
ÉPOCA



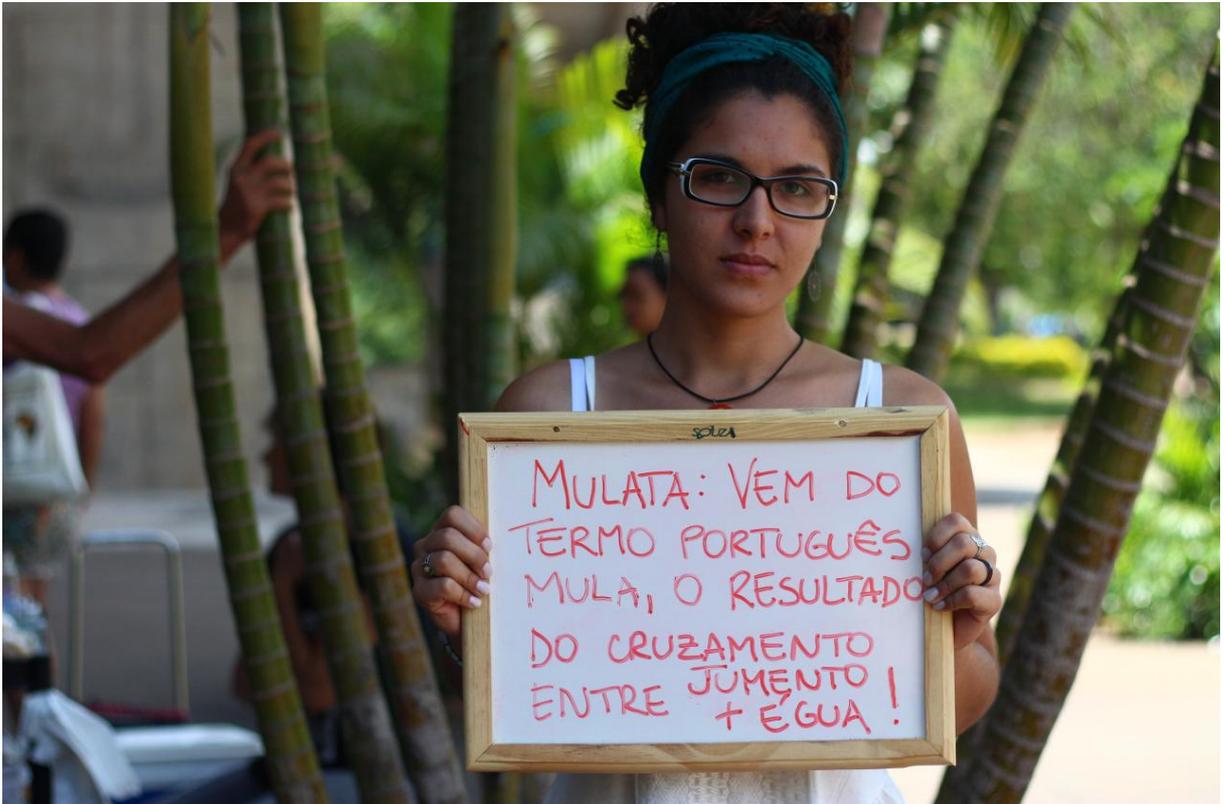
ÉPOCA



Campanha 2: *Ah, branco, dá um tempo* (2015)







Campanha 3: *Sexualidade e ignorância* (2015)





